CARNE DE VACA SOBE 10% Pág. 24

Diário de Lisboa

ANO 66 N.º 22 206 Terça-feira, 4 de Novembro de 1986 Preço 40$00

CONSPIRAÇÃO COM A FLA

Amaral confessa e ataca ministros da República

Desafiado por deputados do PS e do PCP a quebrar o silêncio sobre as declarações do líder separatista, José de Almeida, que em entrevista ao «semanário» o acusou de «agente duplo da FLA e do Poder Central», o chefe do governo regional dos Açores, Mota Amaral, sublinhou esta manhã, em conferência de Imprensa, que «não aceita lições de patriotismo de ninguém». O líder regional, que, esta tarde ainda, foi a Belém explicar ao Presidente da República as «ligações» mantidas em 1975 com a FLA, considerou para os jornalistas ser «injustificada» e digna de «repúdio» a «campanha desencadeada desde meados de Agosto contra a autonomia dos Açores e agora contra mim próprio, agitando o espantalho do separatismo».

Continua na pág. 3

Memórias do fascismo desbaratadas

Arquivos do Ministério das Finanças vendidos a peso

Pág. 2

Dias Loureiro ao "DL"

Não haverá remodelação do Governo

«O Primeiro Ministro de Portugal é o Professor Cavaco Silva», disse esta manhã ao «DL» o secretário-geral do PSD, Dias Loureiro, respondendo assim às declarações de José Miguel Júdice hoje publicadas pelo «Correio da Manhã», que referiam a necessidade de se proceder nesta altura a uma remodelação governamental.

Dias Loureiro limitou-se depois a desmentir qualquer hipótese de alterações no elenco governamental e muito menos que tal assunto venha a ser abordado no seio da Comissão Política, cuja reunião de «rotina» está marcada para amanhã.

De qualquer forma, outros círculos do partido admitem que a questão venha mesmo a ser levantada não só pelo peso que a distrital de Lisboa, orgão a que Júdice preside, tem na Comissão Política como também pelo facto de ser esta a primeira vez que uma voz do partido vem a público tocar num assunto quase tabu dentro do PSD: a remodelação do Governo.

Entretanto, outras fontes sociais-democratas contactadas pelo «DL» adiantaram-nos que se vinha falando internamente em «mexidas» no actual Gabinete, mas a «realizar apenas lá para Janeiro ou Fevereiro», portanto, «sempre depois da dis-

Continua na pág. 3

O «DL» em Bordéus com o patrocínio

CONVERSE

«DL» COM O SPORTING

PATROCÍNIO DE:

LAGOSTA REAL

APOIO DE:

EURO-PRÁTICO

Soc. Comer. de Imp., Exp. & Representações, Lda

A casa das brilhantes ideias

Denunciado na sessão de abertura do Colóquio sobre o Estado Novo

Arquivo do Ministério das Finanças foi vendido a peso

A situação calamitosa em que se encontram os arquivos de diversas instituições, necessários ao estudo do Portugal Contemporâneo, foi esta manhã denunciada na sessão de abertura do «Colóquio sobre o Estado Novo — das origens ao fim da autarcia» que se realizou na Fundação Calouste Gulbenkian. Perante uma plateia de investigadores, e na presença do Presidente da República, Fernando Rosas, membro da comissão organizadora, deu vários exemplos da degradação. E, assim, ficámos a saber que «o arquivo do Ministério das Finanças relativo ao racionamento durante a guerra foi vendido a peso»...

As dificuldades de investigar sobre a história contemporânea de Portugal, antes e depois do 25 de Abril de 1974, foram, naturalmente, o tema das intervenções que marcaram a sessão de abertura do «Colóquio sobre o Estado Novo— das origens ao fim da autarcia». Para o grande público, é tema virgem, desconhecido, e se não é necessário muito esforço para enumerar os obstáculos colocados antes de 1974, as dificuldades sentidas pelos investigadores depois da queda de Marcelo Caetano são inúmeras.

Os arquivos pessoais de Oliveira Salazar e Marcelo Caetano estão fechados, sendo necessário cumprir o prazo de 25 anos após a morte dos ditadores para serem consultados. A denuncia de Fernando Rosas estendeu-se a outros campos: à inacessibilidade dos arquivos da PIDE, Legião Portuguesa e Mocidade Portuguesa, ao apodrecimento a que estão sujeitos nas caves dos Ministérios os arquivos da Acção Nacional Popular, ao abandono dos elementos sobre as eleições realizadas durante a ditadura. «O arquivo do Ministério das Finanças relativo ao racionamento durante a II Guerra Mundial foi vendido a peso», denunciou aquele membro da comissão organizadora.

Quando tudo terminava em Afonso Henriques

Esta situação que torna os caminhos do conhecimento da história contemporânea de Portugal extremamente difícil, é incompreensível num país que readquiriu a Liberdade.

Coube ao professor Joel Serrão, membro da Comissão Científica, falar dos tempos do passado, quando o seu professor de história terminava o estudo em D. Afonso Henriques: «passámos todo oa ano a estudar os Lusitanos»...

Joel Serrão recordou, no entanto, aqueles que inovaram e sofreram a marginalidade das instituições . Foi a oportunidade para denunciar a censura da História de Portugal de António Sérgio, «que se quedou pelo primeiro volume, uma vez que ele foi impedido de a escrever pelo Governo», de recordar a memória de Barradas de Carvalho, o labor de Fernando Piteira Santos, e contar os limites a que foi sujeito o seu Diccionário de História de Portugal. «Tive que fazer uma concessão, terminar em 1925 e nem mais um dia... porque tentar prolongar para além daquela data significaria o malogro da empresa», salientou Joel Serrão.

«Os historiadores foram cidadãos»

O Presidente da República foi tambem lembrado, devido à escolha de Teófilo Braga para tema da sua licenciatura. Mário Soares, ao usar da palavra, recordou o episódio de um tempo em que a história portuguesa se quedava nos factos e nos anos impostos pela ditadura.

«Foi um escândalo quando escolhi Teófilo Braga, pois diziam que não era história», salientou. A dicotomia imposta pelo Poder era clara: «ou era politica, naturalmente subversiva, ou jornalismo, como então se dizia».

Para Mário Soares, «a história só tem sentido com vista ao futuro», e lembrando Fernão Lopes, Jaime Cortesão, António Sérgio, o Presidente da República sublinharia que «todos os historiadores foram, antes de mais, cidadãos». «Para modificar a sociedade actual, no sentido de uma sociedade mais justa, mais democrática, tem que se compreender o passado histórico», acentuou.

Sobre a situação de abandono e depradação a que estão sujeitos os arquivos portugueses, Mário Soares declarou ser «necessário chamar a atenção dos poderes públicos»: «em determinados Ministérios há uma riqueza imensa, e julgo que não tem havido a percepção disso», sublinhou, lembrando a acção desenvolvida pelo Iº Governo Constitucional, de que era Primeiro-Ministro, ao promover a criação da «Comissão do Livro Negro sobre o Fascismo».

Voltando ao tempo presente, quando há cerca de 4 mil licenciados em História sem colocação, o Presidente da República adiantou, como solução, a criação de brigadas de investigadores para fazer o inventário do nosso passado, porque «é necessário salvar os arquivos».

«Retirar o discurso ideológico»

Dividido em sete secções, que englobam o estudo do Estado Novo numa perspectiva comparada, a economia, política externa, os movimentos de oposição, a questão colonial, sociedade, cultura e aparelhos ideológicos, o Colóquio pretende dar um novo contributo ao estudo do salazarismo.

«Achamos que estava na hora de retirar ao estudo do estado Novo o discurso ideológico, e puxá-lo para um discurso no campo das Ciências Sociais», declarou ao «DL» Nuno Teixeira. Trata-se «do desbravar de um caminho que está atrasado na nossa historiografia, enquanto que noutras está mais avançado», continuou aquele membro da comissão organizadora.

Fazer, simultâneamente, o ponto da situação e lançar pistas é o objectivo desta iniciativa, que terá pública divulgação quando, no próximo ano, forem editadas as actas do Colóquio, estando já firmado o contrato com uma editora. Aliás, de acordo com Nuno Teixeira, «as instituições foram receptivas à idéia e, em relação às expectativas, a resposta foi bastante positiva».

Deste modo, a organização conta com apoios de diversas entidades, do Banco de Portugal à Câmara Municipal de Lisboa, da Fundação Calouste Gulbenkian aos Investimentos e Participações do Estado, da Junta Nacional de Investigação Cientifica e Tecnológica ao Centro Cultural Luso-Americano, do Instituto italiano de Cultura à Secretaria de Estado da Cultura, da UGT à Embaixada da Austria, da Cooperativa de Estudos e Documentação à Editorial Fragmentos.

De 1926 à entrada na EFTA

O percurso da história contemporânea portuguesa a ser objecto de estudo, reflexão e debate pelos investigadores presentes, estende-se desde o 28 de Maio de 1926 a 1959, ano da entrada de Portugal na EFTA, marcado pelo inicio do isolamento internacional do regime.

Estes trinta anos são ricos de acontecimentos que marcam a consolidação do regime, da legislação— Constituição de 1933, Acto Colonial, Estatuto Nacional do Trabalho— às palavras de ordem do Chefe— «Nada contra a Nação, Tudo pela Nação»— à esperança da revolta: 18 de Janeiro de 1934 e candidatura do general Humberto Delgado, em 1958.

São três décadas que irão ser dissecadas em pormenor por especialistas nacionais e estrangeiros das várias áreas das Ciências Sociais, acompanhadas por uma exposição documental e iconográfica, constituída por 90 peças, a ser inaugurada esta tarde na Biblioteca Nacional.

A necessidade de um estudo inter-disciplinar está igualmente presente na comissão promotora do Colóquio constituída pelo Centro de Estudos de Sociologia e de História Contemporânea do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), Centro de História Económica e Social e de Investigação sobre Economia Portuguesa do Instituto Superior de Economia (ISE), Faculdade de Economia de Coimbra e Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

Da Comissão Cientifica fazem parte os professores Oliveira Marques, Adérito Sedas Nunes, Alfredo Marques, Angela Guimarães, António Barreto, António Lopes Vieira, Boaventura Sousa Santos, Fernando Oliveira Baptista, Fernando Piteira Santos, Francisco Pereira de Moura, Jaime Reis, Joel Serrão, João Pereira de Almeida, José Medeiros Ferreira, Manuel Jacinto Nunes, Manuel Villaverde Cabral e Miriam Halpern Pereira.

A Comissão Organizadora é integrada por António Costa Pinto, António Moreira, Fernando Marques da Costa, Fernando Rosas, João Serra, José Brandão de Brito e Nuno Teixeira.

Deputados do PSD criticam oposição

Os deputados sociais-democratas do distrito de Leiria e a comissão política distrital do PSD consideram que os partidos «ditos de esquerda da oposição estão a colocar-se numa atitude antinacional».

Em comunicado distribuído já ao princípio da madrugada de hoje, depois de uma conferência de Imprensa efectuada segunda-feira à noite, disseram que «aqueles partidos impedem sempre que o podem fazer as reformas que eles próprios reconhecem necessárias à mudança do País no sentido do progresso e da justiça social».

Como exemplo, os sociais-democratas de Leiria apontaram o caso da Companhia Nacional de Petroquímica, «que o Governo não pôde extinguir em consequência da oposição da maioria de esquerda (PS-PCP-PRD)». Por outro lado, criticaram o projecto de lei do Partido Comunista, no sentido de as futuras regiões administrativas virem a corresponder aos actuais distritos, dizendo que isso é uma manobra que visa a desagregação nacional e do Estado».

PRD quer resolver problema do Divor

O deputado do PRD eleito pelo círculo de Évora disse ontem na capital do Alto Alentejo, que «não tem havido vontade política para se resolver a questão da cooperativa hortícola do Divor». João de Brito, que falava numa conferência de Imprensa, durante a qual deu a conhecer algumas iniciativas a levar a cabo pelo seu partido, considerou que aquela cooperativa é viável, uma vez estruturada, «pois possui maquinaria da mais avançada do mercado».

O deputado renovador democrático considerou, ainda, a referida cooperativa, paralisada há mais de um ano e que tem um passivo na ordem de um milhão de contos, como um complexo agro-alimentar «muito importante para o Alentejo».

Em relação ao hospital do Patrocínio, recentemente doado á Misericórdia local, após ter estado na posse do hospital distrital de Évora, João de Brito acusou o Governo de ter «alienado parte do património deste estabelecimento, ao decidir transferi-lo para a Santa Casa». Aquele representante do PRD no Parlamento criticou a ministra da Saúde, Leonor Beleza, por ter tomado aquela decisão «sem que tivesse ouvido alguém, nomeadamente os dirigentes do hospital distrital eborense».

Na reunião com os jornalistas, João de Brito criticou e condenou o facto de 418 fogos habitacionais, localizados no Bairro da Malagueira e que pertencem ao Estado, «estarem paralisados e a degradarem-se há vários anos». «Não se pode compreender que, num concelho onde existem cerca de 1200 famílias sem habitação condigna, se estejam a degradar os referidos fogos» — sublinhou o deputado.

Amaral em Lisboa:

"Não aceito lições de patriotismo"

Continuação da pág. 1

Num tom vivo, a acusar o toque da «campanha», Mota Amaral aproveitou a ocasião para contra-atacar e criticar o também os encontros de José de Almeida com o anterior e com o actual Ministro da República para os Açores. Segundo Amaral, o desmentido, ontem divulgado por um porta-voz de Rocha Vieira, de qualquer «audiência formal e oficial» com o dirigente separatista é um «desmentido apressado».

O dirigente regional considerou tais contactos, do representante da FLA com os ministros da República, «um elemento perturbador que pode dar a ideia de se estar a tirar o tapete à autonomia democrática». Adiantou que protestará junto de Mário Soares e de Cavaco Silva contra tais encontros ocorridos-salientou- depois de 1984, quando o «autoproclamado» líder separatista decidíu «negociar com o Estado a independência dos Açores».

Tal como já fizera ontem noutro encontro com jornalistas em Ponta Delgada, Mota Amaral acentuou ter «sempre apresentado a autonomia dos Açores como a solução portuguesa, europeia, ocidental». Disse ter mantido em 1975 algumas «conversas informais, nada conspiratórias» com José de Almeida, mas admitíu que continuam a encontrar-se «em casa de amigos comuns, ocasionalmente, porque todos nos conhecemos e falamos nos Açores por razões locais, geográficas, de proximidade».

«São-disse- encontros às claras e não como os mantidos clandestinamente pelos ministros da República».

Considerou o separatismo uma corrente de opinião «sem grande expressão ou significado no povo açoreano». Na declaração escrita, lida aos jornalistas, Mota Amaral sublinhou que os açoreanos «demonstram, como portugueses que são, participando nos actos eleitorais nacionais, o seu empenho e o seu envolvimento com os problemas que dizem respeito ao conjunto do nosso País».

«A minha tarefa situa-se em alto nível de Estado, conforme ficou salientado na revisão constitucional de 1982», frisou ainda o dirigente regional que, a uma pergunta colocada na conferência sobre o grau de solidariedade dos orgãos nacionais do PSD ao seu líder nos Açores, respondeu que o PSD «não tem vantagens em ir degolando os seus altos responsáveis». Lembrou, a propósito, recentes posições de solidariedade de Cavaco Silva e da direcção do seu partido.

Interrogado sobre o seu silêncio durante uma manifestação de açoreanos em Toronto, no mês passado, de teor claramente separatista, Mota Amaral considerou não lhe caber reprimir a livre expressão das pessoas e minimizou o facto. Adiantou, entretanto, que a comunidade açoreana nos Estados Unidos e no Canadá totaliza centenas de milhares de pessoas e representa o melhor mercado para a região autónoma em termos comerciais e turísticos.

Disse ainda desconhecer o alcance e conteúdo dos encontros de José de Almeida com João Jardim e frisou que o luto nacional pela morte de Samora Machel foi respeitado nos Açores.

Portugal discute em Viena segurança e cooperação

O secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, Azevedo Soares, representa Portugal na terceira fase da Conferência sobre Segurança e Cooperação na Europa que hoje começa em Viena. Nessa reunião, o governante português é acompanhado pelo director-adjunto dos Negócios Políticos e Económicos, Nunes de Carvalho. O embaixador Queirós de Barros acompanhará por seu turno os trabalhos da conferência.

O cumprimento dos acordos celebrados em Helsínquia em 1975, em que uma cimeira de chefes de Estado e de governo confirmou o mapa europeu resultante da Segunda Guerra Mundial, será analisado pelos 35 países signatários de tais acordos e que participam também nesta conferência: todos os países europeus, à excepção da Albânia, os Estados Unidos e o Canadá.

A habitual reunião de ministros de Negócios Estrangeiros que dá início à conferência assume especial significado pelo encontro que os titulares das respectivas pastas nos Estados Unidos e União Soviética, George Shultz e Eduard Shevrdnadze vão ter em Viena, menos de um mês após a cimeira de Reiquejavique, no qual o desarmamento será o principal tema em debate. Observadores admitrem que nesta conferência o bloco ocidental dê prioridade a questões humanitárias, ao passo que o bloco de Leste procure, sobretudo, debater questões de desarmamento e de cooperação económica e técnica.

Por sua vez, os países neutros e não-alinhados, que procuram novamente fomentar o diálogo entre o Leste e o Oeste, anunciaram que vão propor a ampliação dos temas a discutir na conferência, de modo a incluir nestes a luta contra o terrorismo e uma maior cooperação em casos de acidentes nucleares, como o de Chernobyl.

Shevrdnadze e Shultz encontram-se

Sheverdnadze foi o primeiro ministro dos Negócios Estrangeiros a chegar a Viena, tendo marcado para hoje um primeiro encontro com George Shultz na Embaixada norte-americana e para quarta-feira um segundo encontro na Embaixada soviética.

Ao chegar, segunda-feira, a Viena, Shevrdnadze declarou à Imprensa que ia não só avistar-se com Shultz mas também com outros ministros, declaração que, segundo os observadores, tinha o evidente propósito de travar as esperanças num diálogo Washington-Moscovo.

Dezenas de organizações e grupos relacionados com a defesa dos direitos humanos e exilados dos países da Europa de Leste estão reunidos em Viena, tendo em vista a conferência. Entre os dissidentes cuja chegada está prevista contam-se os soviéticos Yuri Orlov e Anatoli Charamski. Cerca de um milhar de polícias estão encarregados da segurança em torno do antigo Palácio Imperial de Viena (Hofburg), onde se realiza a conferência, e das residências dos ministros, especialmente de Shultz e Shevrdnadze.

PR preside à inauguração de exposição de máquinas

O Presidente da República, Mário Soares, presidirá amanhã, no Palácio de Cristal, no Porto, à inauguração da exposição de máquinas e ferramentas (EMAF / 86), anunciou ontem a Associação Industrial Portuense.

Nesta exposição, que ocupa uma área de cerca de 5000 metros quadrados, estão representados 372 expositores, designadamente da União Soviética, Checoslováquia, Espanha, França, Itália, RFA. A exposição é promovida pelo departamento de feiras e exposições da Associação Industrial Portuense, em colaboração com o centro de cooperação dos industriais de máquinas e ferramentas.

Paralelamente, vai realizar-se um ciclo de três colóquios em colaboração com o CIMAF e com o patrocínio da ordem dos engenheiros. Estes colóquios, versando temas de exportação e tecnologia de ponta (laser e robótica) estão previstos para os dias 6, 8 e 9 de Novembro. A exposição estará patente ao público até ao dia 9.

Dias Loureiro diz que não há remodelação

Continuação da pág. 1

cussão do Orçamento de Estado para 1987». E se há quem seja peremptório em admitir que há «ministros cuja actividade é passível de críticas» não deixam de afirmar que a intervenção do presidente da Distrital de Lisboa é ««extemporânea» e susceptível de «criar dificuldades a Cavaco».

Ainda noutras áreas do partido houve quem não hesitasse em dizer que a «pressão» de José Miguel Júdice só vem dar uma «ajudinha ao PS», partido que, como é sabido, vem insistindo na necessidade de mudar alguns ministros.

De realçar que o Presidente da Comissão Distrital de Lisboa falou após uma reunião desta estrutura partidária ontem realizada. Na ocasião, Júdice escusou-se a revelar quais os sectores que considera «doentes», mas não hesitou em apontar quais os que se encontram de boa saúde. De entre estes citou as áreas do Trabalho, Obras Públicas e Administração Interna, respectivamente tuteladas por Mira Amaral, Oliveira Martins e Eurico de Melo. Quanto a secretários de Estado as preferências daquele dirigente partidário vão para o inquestionável Carlos Pimenta e ainda para Durão Barroso e Pedro Santana Lopes,—estes dois jovens «ideólogos» do partido curiosamente da Distrital de Lisboa, e cujas opiniões, dizse, calam fundo na estratégia de Cavaco.

Mas como nos garantia um alto dirigente do PSD, quando houver remodelação, o Primeiro Ministro «limitar-se-á a apresentá-la como facto consumado»...sem dar cavaco a ninguém.

Reunião do Governo

Para quinta-feira está entretanto aprazada uma reunião dos 49 membros do Governo, precisamente no dia em que passa um ano da tomada de posse do Executivo.

Trata-de de «uma reunião geral» de balanço da actividade governamental e um momento para reflectir sobre a presente situação política.

Aurea Sampaio

Doze anos depois

JC comemora aniversário da sua fundação

A Juventude Centrista comemora hoje o 10.º aniversário da sua criação com a realização de um espectáculo e de um comício em Lisboa.

Numa nota da JC distribuída à Imprensa, afirma-se que em «4 de Novembro de 1974 a JC realizou o seu primeiro comício no Teatro de S. Luiz, que forças de esquerda e extrema-esquerda em vão tentaram boicotar, assaltando de seguida a sede do CDS». A mesma nota omite, no entanto, a série de assaltos praticados por aquela organização juvenil a sedes distritais de partidos de esquerda no chamado «Verão quente» de 1975.

No espectáculo desta noite participam Nuno e Henrique, José Campos e Sousa, Nuno da Câmara Pereira e os Heróis do Mar. No comício intervirão Manuel Monteiro (responsável da JC) e Adriano Moreira, líder do CDS.

Afinal as FA's estão descontentes com o seu orçamento para 1987

As Forças Armadas consideram a proposta de Orçamento militar para o próximo ano como «impraticável» e «insustentável», perguntando mesmo se com ela «não se pretende acabar com a instituição», disse uma fonte de hierarquia das Forças Armadas, citada pela NP.

As Forças Armadas fazem notar que o Orçamento para 1987 é o mais baixo desde 1910, em termos reais, e afirmam que ele «parece revelar a intenção de amesquinhar a instituição», comentou a mesma fonte da hierarquia que falou para a referida agência sob condição de não se identificar.

«Só a reserva institucional que impede as Forças Armadas possam expressar publicamente as suas posições sobre o assunto levou a que o ministro das Finanças dissesse na Assembleia da República que os militares não estão descontentes», acrescentou.

«O que se sente — continuou a mesma fonte — é que no Ministério das Finanças as apreciações são feitas de forma global sem a preocupação de atender às especificações e diversidades existentes na instituição militar».

«Só assim se explica que o Orçamento deste ano represente um acréscimo inferior ao verificado em 1986 e seja o mais baixo desde 1910 em termos reais, não obstante as promessas feitas pelo Primeiro-Ministro na Primavera passada».

As Forças Armadas criticam também o facto de «o esforço de modernização e reequipamento ter sido deixado praticamente nas mãos dos aliados de Portugal na NATO, o que retira credibilidade internacional ao País».

«O facto de o Ministério das Finanças não ter efectuado qualquer correcção orçamental relativamente aos combustíveis destinados a fins operacionais, que agora são pagos pelas Forças Armadas aos preços correntes» é também criticado por aquela fonte.

«Parece que se considera que a Defesa Nacional e a prontidão das Forças Armadas são algo de interesse secundário até porque se verifica que há áreas como a indústria, a agricultura e as pescas que gozam de diversas bonificações para combustíveis e isto para já não falar de benefícios de bancos e de empresas públicas», concluiu.

Entretanto realiza-se esta amanhã uma reunião da Comissão Parlamentar de Defesa à qual estará presente o ministro da Defesa, Leonardo Ribeiro de Almeida, que explicará aos deputados as opções do Executivo na área da sua tutela.

Leonor Beleza foi ontem a S. Bento

O Estado gastará em 1986 mais cerca de 6,5 milhões de contos na comparticipação do pagamento de medicamentos do que inicialmente previsto, disse ontem na Assembleia da República a ministra da Saúde, Leonor Beleza.

A ministra admitiu, em reunião conjunta com as comissões parlamentares de Economia e Finanças e de Saúde, que os investimentos estatais previstos para o sector da saúde em 1986 só foram concretizados em 65 por cento do total.

De acordo com uma fonte parlamentar a ministra explicou na reunião que a não concretização da totalidade dos investimentos previstos no plano de investimentos e despesas de desenvolvimento da administração central (PIDACC) se ficou a dever a atraSos na conclusão das obras.

Leonor Beleza respondia a perguntas dos deputados sobre os motivos por que não foram feitos investimentos previstos quando continuam por entrar em funcionamento hospitais como os de Coimbra e do Restelo, em Lisboa, entre outros.

A ministra, segundo a mesma fonte, disse às comissões parlamentares que o défice do Serviço Nacional de Saúde aumentou em cerca de 25 por cento, mas não precisou o valor dos aumentos.

Leonor Beleza reuniu-se com as comissões parlamentares de Economia e Finanças e de Saúde no âmbito das discussões sobre o Orçamento de Estado para 1987.

A.R. suspende criação da Silopor

A Assembleia da República decidiu suspender a vigência do decreto-lei do Governo que cria uma sociedade anónima de responsabilidade limitada com a designação de Silopor (Empresa de Silos Portuários), foi hoje publicado na folha oficial.

A Silopor foi criada com parte do património da Empresa Pública de Abastecimento de Cereais (EPAC), nomeadamente com os seus mais importantes silos cerealíferos.

O Parlamento havia decidido anteriormente opôr-se também à extinção da Companhia Nacional de Petroquímica (CNP).

Para debate da situação política nacional

PS reuniu com PCP e MDP

O secretário-geral do PS, Vítor Constâncio, afirmou ontem que os contactos que os socialistas iniciaram ontem com os restantes partidos da oposição não se destinam «a qualquer arranjo parlamentar para uma crise artificial». A declaração foi feita no final do encontro com uma delegação do PCP, o primeiro partido que se deslocou à sede do PS nesta ronda de reuniões a convite destes.

Vítor Constâncio revelou que o seu partido vai expor às outras forças três questões essenciais: revisão do Regimento da Assembleia da República, alterações ao estatuto da oposição e a situação na Comunicação Social. Sobre este último tema, o dirigente do PS afirmou que vai discutir com as delegações dos outros partidos a proposta de lei que o PS tem na Assembleia da República sobre este domínio, designadamente sobre audiovisuais. Explicou ainda que um dos aspectos que o PS pretende conseguir na comunicação é a «desgovernamentalização da gestão». «Portugal tem de deixar de ser o único país da Europa democrática em que os conselhos de gestão são exclusivamente nomeados pelo Governo» — acrescentou.

O secretário-geral do PCP, Álvaro Cunhal, que chefiou a delegação comunista, disse que o encontro com os socialistas foi «positivo e útil» Para o líder comunista o encontro teve o mérito de «renovar o diálogo entre partidos democráticos, designadamente o PCP e o PS». Álvaro Cunhal acentuou que o seu partido considera «altamente prejudicial» a política do actual Governo e acrescentou que «é necessário abrir caminhos a uma alternativa democrática».

PS recebe MDP/CDE

A delegação do PS recebeu também o MDP/CDE para discutirem a situação da política nacional. Segundo a Anop, ambos «mostraram uma convergência de pontos de vista» sobre a necessidade do Governo respeitar o estatuto da oposição. No final do encontro, o dirigente do MDP/CDE José Manuel Tengarrinha manifestou a preocupação do seu partido pela «degradação da vida democrática, com a subversão das regras, mecanismos e instituições» através da instalação de um regime «policiesco e intimidatório» que afecta sectores importantes da vida portuguesa.

Para o presidente do MDP é «indispensável o esclarecimento do público sobre as atitudes» tomadas pelo Executivo e que não são reveladas, nomeando as relativas à CEE e à viagem de Cavaco Silva aos Estados Unidos, entre outras. «É necessária a criação de mecanismos de esclarecimento da população», afirmou.

Em relação ao Orçamento de Estado, em debate no Parlamento, José Manuel Tengarrinha disse que o seu partido partilha das mesmas preocupações do PS no sentido de centrar a discussão em «questões-chave e não em questões secundárias», que dispersariam a discussão.

S R

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO
SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA E ENERGIA

Direcção-Geral de Energia

ÉDITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do Art.º 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção de Serviços Regional, sita em Lisboa, na Rua Pascoal de Melo, 81-3.º, e na Secretaria da Câmara Municipal do concelho de Almeirim, em todos os dias úteis, durantes as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes éditos no «Diário da República», o projecto apresentado pela EDP – Electricidade de Portugal-EP, Direcção Distribuição Tejo, a que se refere o processo 1/3226, arquivo 95, para o estabelecimento na freguesia de Fazendas de Almeirim, concelho de Almeirim, de uma linha aérea a 30 KV, com 709 metros, do poste n.º 3 da linha para o PT n.º 1 da Herdade da Grouxa ao PT n.º 1452 do Infantário das Fazendas de Almeirim.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção de Serviços Regional, ou na Secretaria daquela Câmara Municipal, dentro do citado prazo.

Direcção de Serviços Regional de Lisboa, em 22 de Outubro de 1986

P.º O ENGENHEIRO DIRECTOR DE SERVIÇOS

Joaquim Gonçalves dos Santos

TRIBUNAL CÍVEL
DA COMARCA DE LISBOA
8.º JUÍZO

ANÚNCIO

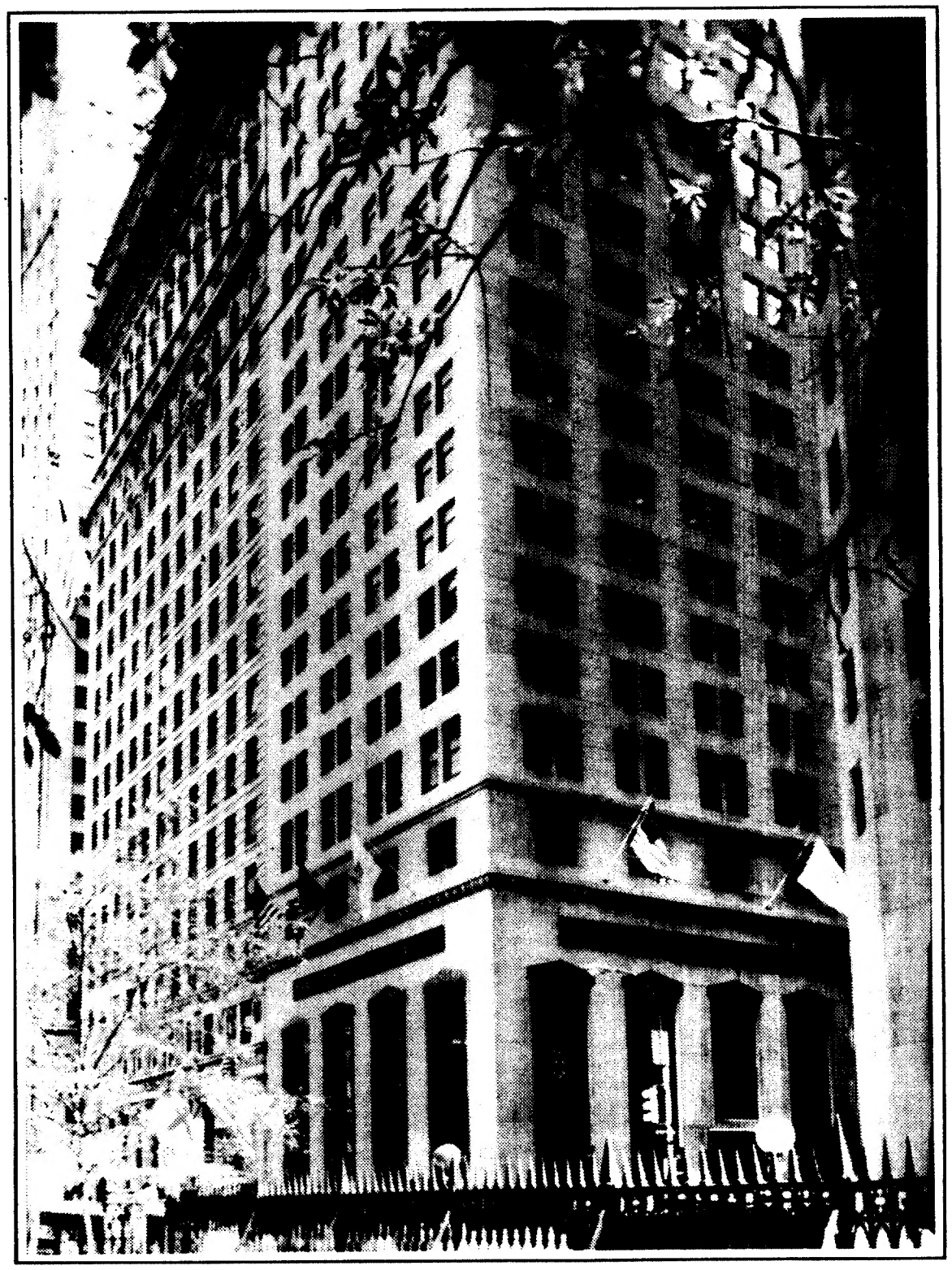
ACÇÃO COM PROCESSO ORDINÁRIO N.º 3206 DA 3.ª SECÇÃO.
AUTOR — REPAUTO DE MOSCAVIDE, ACESSÓRIOS E AUTOMÓVEIS, LD.ª.
RÉUS – VIRGÍLIO BRANDÃO e MARIA DA CONCEIÇÃO CRESPO, ambos com última residência conhecida na Rua Fernão de Magalhães, n.º 29-2.º-Dt.º, em Lisboa.
Correm éditos de Trinta dias contados da segunda e última publicação do anúncio CITANDO OS RÉUS para em VINTE DIAS contestarem a acção com a advertência de que a falta de contestação importa a confissão dos factos articulados pela Autora que pede a sua condenação a pagar-lhe a quantia de Esc. 455791$60, acrescida de juros vincendos até final e das custas e despesas realizadas com a presente acção, bem como em procuradoria condigna.

Lisboa, 7 de Outubro de 1986

O JUIZ DE DIREITO,
(Jorge dos Santos)
A ESCRIVÃ ADJUNTA,
(Luísa Vaz Pinto)

«DL» 4/11/86 — 2.ª Pub.

BPA em NOVA IORQUE



No edifício agora denominado "BPA Building",
as novas instalações da Sucursal do Banco Português do Atlântico em Nova Iorque.

Para participar ainda mais activamente no estreitamento das relações económicas PORTUGAL--ESTADOS UNIDOS

Em NOVA IORQUE
estamos agora em novas instalações

BPA BUILDING
2, Wall Street
Telef.: 306-7800 • Telex: 428339
N. Y. 10 005

BPA
1919

BANCO PORTUGUÊS DO ATLÂNTICO

Sempre na primeira linha

Barreto quer entregar mais terras

Reforma Agrária convoca vigília para 21 deste mês

As organizações da Reforma Agrária convocaram uma vigília para o próximo dia 21 com o objectivo de «exigir o fim dos ataques às UCP's/Cooperativas Agrícolas e uma política de estabilidade e apoio a quem trabalha a terra», afirmam o Secretariado das UCP's/Cooperativas Agrícolas e os Sindicatos dos Trabalhadores de Agricultura dos distritos de Beja, Évora, Portalegre, Santarém e Setúbal.

Num documento que tem por título «Governo insiste na destruição da Reforma Agrária, trabalhadores organizam novas formas de luta», aquelas estruturas da Zona de Intervenção da RA adiantam que a vigília decorrerá em diversas localidades dos cinco distritos acima referidos — Beja, Évora, Portalegre, Santarém e Setúbal —, apelando à «mobilização e participação de todos os trabalhadores da Reforma Agrária e à solidariedade dos trabalhadores dos restantes sectores e da população em geral».

Os secretariados e sindicatos decidiram ainda promover a discussão, nos cinco distritos atrás assinalados, de um Encontro Extraordinário da Reforma Agrária para análise da situação e definição de novas iniciativas a desenvolver. As mesmas organizações deliberaram ainda «intensificar as acções de informação, resistência e luta nas herdades, aldeias e vilas contra a demarcação de novas reservas», continuando a promover, para o efeito, plenários e reuniões nas UCP's e com as populações prejudicadas.

Mantém-se de pé a possibilidade de uma deslocação dos trabalhadores da Zona de Intervenção da Reforma Agrária, em conjunto, a Lisboa, «caso a ofensiva e a destruição do aparelho produtivo não parem», acrescenta o mesmo documento dos secretariados e sindicatos agrícolas atrás mencionados.

O documento dá ainda conta do plenário de 29 do mês findo, durante o qual foi analisada a jornada de luta desencadeada cinco dias antes (24) e no dia de paralisação dos trabalhadores das UCP's/Cooperativas Agrícolas, que se concentraram em doze localidades dos cinco distritos da Zona de Intervenção da Reforma Agrária. «Não toquem mais na Reforma Agrária»: eis o título do documento distribuído durante a paralisação.

Aquelas estruturas acusam o Governo de insistir nos «ataques ilegais» às UCP's/Cooperativas Agrícolas. «Desde a última reunião — sublinha o documento — foram atacadas» as UCP's «Freguesia sem Medo», em Mértola; «Fronteira Alentejana», em Barrancos; «Pioneiros da Reforma Agrária», em Quintos (Beja); «Planície Dourada», em Ferreira do Alentejo; «4 de Agosto», em Cuba; «12 de Maio», em Montargil; «12 de Janeiro», em Chança; «1.º de Maio em Avis; «Unidades dos Trabalhadores» em Campo Maior; «Estrela Negra» em Sousel; «A Luta é de Todos» em Moroa e «Progresso da Igrejinha», em Arraiolos.

De acordo com aquele documento, no mês de Outubro terão sido «atacadas» 22 UCP's/Cooperativas Agrícolas e «espoliadas de 8367,8 hectares, enquanto a vinte e duas cooperativas foram comunicados despachos para entrega de terras, do ministro Álvaro Barreto».

Devido ao acidente de Chernobyl

Tordos que estão a chegar devem ser radioactivados

Os tordos, que começaram já a chegar a Portugal, são «muito provavelmente» portadores de radioactividade, em consequência do acidente de Chernobyl, região onde nidifica a sua maior parte — apurou a agência NP de fonte oficial.

O mesmo acontece em relação ao pombo-torquaz e ao pato-bravo, espécies mais raras.

O delegado regional de caça de Trás-os-Montes, Álvaro Barreira, confirmou à agência NP ser uma «hipótese muito provável» que os tordos «portugueses» sejam portadores de resíduos de iodo 131, proveniente da zona de Chernobyl.

Segundo algunsd médicos contactados pelas autoridades venatórias de Bragança, a ingestão de «quatro ou cinco tordos» contaminados pode causar problemas de saúde, embora não estejam apurados ainda os índices de radioactividade que as aves transportam — referiu.

As autoridades venatórias de Braga vão capturar a partir do dia 10 alguns tordos, para posterior análise na Estação Zootécnica de Oeiras — revelou à NP a mesma fonte.

Os tordos já começaram a chegar à região transmontana, onde a sua caça é permitida. «Mas vamos esperar mais alguns dias, porque estas podem ser algumas aves que fizeram os seus ninhos na região» — disse a mesma fonte.

A maior parte dos tordos, pombos-torquaz e patos-bravos que chegam a Portugal nesta época nidificam nas regiões nórdicas e soviética próxima da região onde está situada a central nuclear de Chernobyl.

«Estas três espécies são as únicas que nidificam naquelas paragens e que podem trazer perigo para os portugueses» — comentou o delegado regional de caça.

As autoridades venatórias espanholas de Zamora e Salamanca, regiões que os tordos costumam também escolher para passar o Inverno, vão igualmente efectuar análises à carne das aves, nos próximos dias — apurou a agência NP.

Recentemente, em estorninhos capturados na região transmontana, foram detectados resíduos de insecticidas, como DDT, que já não se usam há muitos anos. «Isso prova que qualquer contaminação pode passar de pais para filhos» — comentou Álvaro Barreira à agência NP.

O tordo é uma espécie de arribação que procura os pinhais e os olivais portugueses a partir de meados de Novembro.

A caça ao tordo, espécie que não sofre o perigo imediato de extinção, é permitida nas zonas onde a caça é livre. Todavia, a partir de 1 de Janeiro e até Fevereiro, apenas é permitida a sua caça em zonas delimitadas através de edital — apurou a NP.

A chamada «terra quente» duriense, na região de Mirandela, é considerada uma das melhores zonas de caça ao tordo e é todos os anos assediada por centenas de caçadores.

Portugal tem altos índices de mortalidade infantil

Os números são alarmantes: vinte em cada mil crianças morrem à nascença ou nos primeiros dias de vida e nesse total são detectados 2,5 casos de paralisia cerebral. Por cada criança que morre, duas ficam com deficiências. É uma das maiores taxas da Europa, e se compararmos com a Suécia a distância é reveladora: apenas sete criancas em cada mil morrem no período perinatal nesse país e a taxa de paralisia cerebral é de 1,5 em mil nascimentos.

Estas estatísticas são adiantadas na proximidade de um colóquio a realizar sábado próximo na Fundação Calouste Gulbenkian tendo como tema e preocupação a «Prevenção precoce da deficiência em Portugal», onde vários especialistas pediatras e obstetras apresentarão comunicações. A organização do colóquio é da responsabilidade da União Coordenadora dos Organismos de Deficientes (UCNOD).

Os principais motivos de incidência da paralisia cerebral no nosso País são, segundo Maria da Graça Andrade, do Centro de Reabilitação de Paralisia Cerebral, «a falta de assistência na gravidez e sobretudo no parto».

Comprado por armador grego

Nova tentativa para recuperar o "Infante D.Henrique"

Uma nova tentativa para libertar o paquete «Infante D. Henrique» da lagoa onde foi «ancorado», em 1977, para servir de residencial a trabalhadores do complexo de Sines, será feita esta tarde, na sequência de idêntica operação ter falhado ontem.O fracasso de ontem ficou a dever-se à falta de profundidade do canal de saída. O navio foi recentemente comprado ao Gabinete da Área de Sines por um armador grego, o mesmo que adquiriu o «Funchal», para ser posteriormente transformado em navio de cruzeiros pelos mares das Américas.

O navio far-se-á ao mar puxado pelos rebocadores e percorrerá 40 milhas em cerca de 6 horas para fundear em frente de Setúbal, onde aguardará entre um estaleiro português ou estrangeiro que o tornará capaz de voltar a sulcar os mares em cruzeiros.

O paquete «Infante D. Henrique», um dos mais luxuosos navios da marinha mercante, foi também transporte de tropas da guerra colonial, acabou residencial na lagoa artificial de Sines.

Aqui fundeado desde Novembro de 1977, o «Infante D. Henrique», que pertence ao Gabinete da Área de Sines,funcionou como anexo do aldeamento vila-parque de Santo André, desde 28 de Julho de 1980, a título precário, a servir de alojamento e serviços de apoio dentro da área do GAS.

Lançado ao mar em Hoboken, Bélgica, a 29 de Abril de 1960, o «Infante D. Henrique» foi construído para a extinta Companhia Colonial de Navegação.

A sua viagem inaugural ocorreu à África Oriental, em Outubro de 1961. Manteve um serviço regular até ao início dos anos sessenta.

Quando a concorrência do transporte aéreo começou a fazer-se sentir, o «Infante D. Henrique» passou a alternar a carreira da Costa Oriental com viagens a Angola e aguns cruzeiros para os mercados português e sul-africano.

Fusão levou-o até Sines

Em Fevereiro de 1974, com a fusão da Companhia Colonial de Navegação e a Companhia Insulana de Navegação, o navio é registado a favor da Companhia de Transportes Marítimos (CTM) e em plena descolonização foi utilizado em muitas viagens a Angola, fazendo uma a Moçambique como transporte de tropas em Junho e Julho de 1975.

A última viagem que fez como transporte militar foi em Novembro e Dezembro de 1975 para trazer de Moçambique elementos portugueses depois da independência.

Segundo refere a «Revista de Marinha» da altura, foi uma «viagem atribulada, em que se fizeram sentir deficiências técnicas decorrentes da falta de manutenção nos últimos meses de serviço, que terminou a 24 de Dezembro de 1975, quando repleto de passageiros, mas cansado e desfigurado de ferrugem atracou à Estação Marítima da Rocha.

Fez um pequeno cruzeiro de fim-de-semana à Madeira e seguir-se-iam 15 meses de inactividade no Tejo, quase sempre fundeado no mar da Palha, onde esteve até Maio de 1977, quando já propriedade do Gabinete da Area de Sines seguiu a reboque para a Setenave, onde foi reparado e adaptado a alojamento.

As 24 mil toneladas de ferro do «Infante D. Henrique», foram compradas como sucata pelo Gabinete da Área de Sines em 1977 por 47 mil contos e o paquete foi «aterrado» em Sines, com o objectivo de servir de alojamento para os trabalhadores do complexo.

O «Infante D. Henrique», que desloca 25 mil toneladas, quando chegou ao porto de Lisboa há 26 anos, proveniente dos estaleiros, foi acolhido no Tejo em ambiente festivo.

Teve as honras de Américo Tomás que então o acompanhou de carro desde o Guincho até Cascais.

O armador grego Potomianos que adquiriu recentemente o navio fez a entrega do sinal de compra ao Gabinete da Área de Sines. De acordo com informações recolhidas ele terá fechado negócio por cerca de 127 mil contos.

O armador grego é o mesmo que também comprou há anos o paquete «Funchal», que está a fazer os mesmos cruzeiros que fazia com o pavilhão português. Utilizará o «Infante D. Henrique» para efectuar cruzeiros nos mares das Américas.

Culturas de arroz em causa

Agricultores do Mondego põem Estado em tribunal

Os agricultores de arroz do Vale do Mondego sentem-se lesados e como tal puseram o Estado no banco dos réus. É o que acontece desde ontem no tribunal de Montemor-o-Velho, devido a um pedido de impugnação da obra do Baixo Mondego feito pela Associação dos Agricultores do Vale do Mondego e Federação das Uniões e Ligas dos Agricultores do Baixo Mondego, organismos que agrupam os pequenos produtores daquela zona de arrozais.

A acusação que recai sobre o Estado é a de não estar a cumprir o Decreto-Lei 269/82, de 10 de Julho, nomeadamente no seu artigo nono, com prejuízo para a aplicação dos artigos 14.º e 15.º. Nesse decreto-lei se estabelece que as obras de fomento hidroagrícola na região, de iniciativa estatal, só poderão avançar «depois de obtido o acordo expresso dos agricultores», o que não se está a passar.

O Estado pretende reduzir a área destinada ao cultivo do arroz de nove mil para cinco mil hectares, e que no futuro a água para rega seja paga, podendo rondar os 40 contos o hectare nos terrenos mais permeáveis.

De recordar que há quatro anos atrás os agricultores do Mondego, particularmente aguerridos no que diz respeito à defesa dos seus interesses, haviam protagonizado uma série de concentrações e cortes de estradas precisamente para que se determinasse o fornecimento de água para cultivo do arroz nos actuais nove mil hectares.

Rua Augusta vai receber nova repavimentação

A Rua Augusta, em Lisboa, vai ser completamente repavimentada em 1987 «ano em que a cidade terá muitas novidades», disse à NP o presidente da Câmara Municipal de Lisboa.

Nuno Abecasis disse que serão colocadas em cada um dos quarteirões, em «placard», uma cópia da planta do arranjo do pavimento desse quarteirão, para que as pessoas conheçam e possam dar sugestões. A repavimentação será «uma obra importante e bonita» e vai ser feita por empreitada a adjudicar.

No próximo ano, segundo Abecasis, será o arranque da urbanização do Alto do Lumiar. O presidente da Câmara disse que já foram dados «os últimos passos para o consórcio bancário e o Banco de Portugal para o efeito».

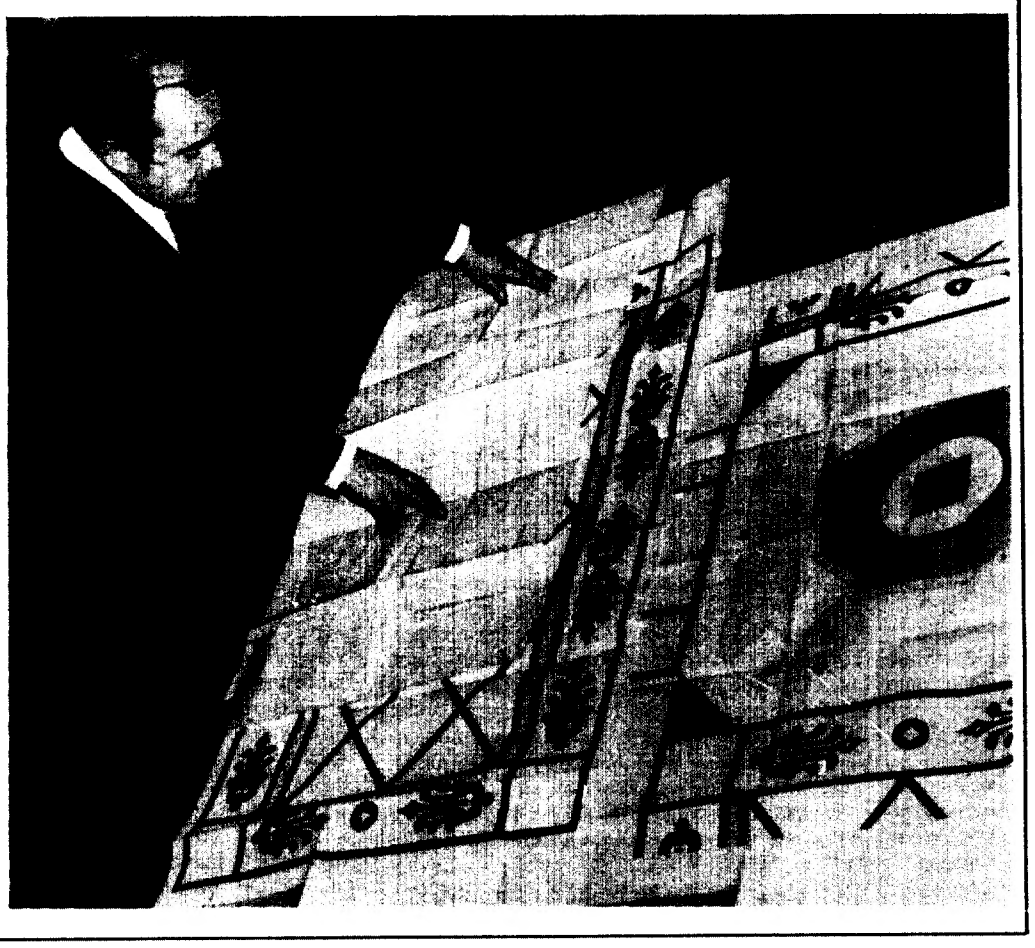
Entretanto, a Câmara Municipal de Lisboa deliberou ontem pedir à Assembleia da República e ao Governo que incluam no plano a médio prazo, em análise no Parlamento, um programa de emergência para construção de habitação social na capital.

A proposta dos vereadores socialistas, já apresentada em detalhe pelo «DL», foi aprovada por unanimidade.

Uma nota dos vereadores socialistas assinala, a propósito, que os «avultados investimentos necessários para acorrer a este gravíssimo problema (33,5 milhões de contos) levam a que a Câmara tenha considerado que o mesmo só se poderá resolver com a criação de um programa de emergência financiado pelo Governo».

O Município participará ao nível da gestão e execução desse programa e na disponibilização dos terrenos necessários. Uma nota da Câmara afirma que esta recomenda ao Governo a dinamização do mercado da construção e da recuperação da habitação com a adopção de regimes adequados de crédito à habitação, entre outras medidas.

A CML assinala que existem em Lisboa 13 500 barracas onde vivem cerca de 42 000 pessoas, e que além disso muitos fogos habitacionais, onde vivem mais 45 000, estão numa situação de ruína eminente. Há ainda, diz a CML, «largas dezenas de milhares de cidadãos que vivem em fogos sobreocupados».



Autarcas de Viana apreciam "corte" de dois mil contos

Autarcas do distrito de Viana do Castelo apreciaram no Governo Civil os efeitos do corte de verbas no Plano de Desenvolvimento Regional (PIDRE) no valor de 1900 contos.

A reunião, que teve também a participação do governador civil, presidente da Comissão de Coordenação Regional Norte e deputados pelo círculo eleitoral, destinou-se essencialmente a obter informações concretas sobre esse corte de verbas.

O presidente da Câmara de Viana do Castelo, Lucínio Araújo, porta-voz dos municípios, confirmou o corte de verbas, mas afirmou que «não afecta, de forma irreparável, o Plano de Desenvolvimento Regional para o Alto Minho».

Neste encontro, aliás o segundo do género, para além do PIDRE foram abordados outros assuntos de interesse para a região, nomeadamente a nova ponte sobre o Rio Lima, em Viana do Castelo.

Os autarcas decidiram acompanhar a evolução do problema, para que a ponte, cujo estudo prévio ainda não foi aprovado, arranque em 1987, como estava previsto.

Correia da Fonseca alertou-os contra burlões

Os dois premiados no Totoloto encontraram-se na Santa Casa

Os dois apostadores que ganharam os 141 800 contos, correspondentes ao 1.º prémio do Totoloto de sábado passado, encontraram-se ontem no Departamnento de Apostas Mútuas Desportivas, na Santa Casa da Misericórdia, tendo como anfitrião o director daqueles serviços, dr. Correia da Fonseca.

Manuel da Encarnação Silva, o pedreiro de Odivelas, afirmou a sua intenção de se estabelecer por conta própria, tendo como tarefa prioritária a construção de duas casas, uma para si e outra para os seus pais. Quanto a Moisés Novo Moreira, o comerciante de «ferro-velho» da Batalha, irá para já dinamizar o seu negócio e edificar também casa própria.

Explicando a forma como perdeu o anonimato, expresso pela cruzinha que colocara no boletim premiado, disse Manuel da Encarnação Silva: «Foi o meu filho mais velho que conferiu a 'chave'. E quando verificou que tínhamos acertado correu a contar aos amigos.»

Ao despedir-sde dos dois felizes contemplados, o dr. Correia da Fonseca alertou-os para o facto de a partir de agora irem «ser bastante incomodados por ofertas dos mais variados e chorudos negócios, pelo que todo o cuidado será pouco».

Assaltantes espalharam hóstias pela igreja

Desconhecidos assaltaram, na madrugada de ontem, a igreja paroquial de Monsul (Póvoa de Lanhoso), no distrito de Braga, furtando um cálice em prata e as copas de três outros, no valor de cerca de 450 contos. Entrando no templo, por meio de arrombamento de uma das portas laterais, os assaltantes deixaram várias hóstias espalhadas junto ao altar. Devido à ocorrência, a igreja irá ficar durante 15 dias interdita ao culto.

Três assaltos no mesmo prédio

Durante a noite e na ausência dos empregados, alguém entrou por arrombamento em três firmas situadas no mesmo prédio da Rua Almirante Barroso à Estefânia em Lisboa.

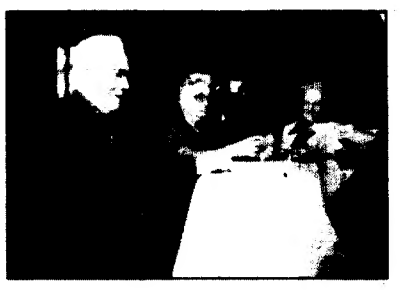
Nas instalações visadas funcionam os escritórios de uma firma que negoceia em artigos de papelaria; uma editora de livros técnicos e científicos e uma empresa de produtos cosméticos.

Os valores subtraídos no primeiro caso limitaram-se a 15 contos em dinheiro, no segundo apenas causaram danos e no terceiro as subtracções ainda não haviam sido investariadas.

Fontes próximas da Polícia Judiicária, que tomou conta das ocorrências, admitem tratar-se de assaltantes ainda pouco experientes.

LOTARIA COMEMORATIVA
DO 203º ANIVERSÁRIO
DA LOTARIA NACIONAL

lotaria
da
dupla sorte
taluda 100.000 contos
no bilhete inteiro



as duas fracções
privilegiadas recebem
22.000 contos, cada.

as restantes oito
7.000 contos
também cada uma

dia 7 anda á roda

Procurando tornar mais humana a vida nos quartéis

Mortes e repressão nas Forças Armadas levaram jovens a fundar a "CASMO"

Manuel Geraldo

As mortes, mutilações e outras violências ocorridas nos últimos anos nas Forças Armadas, motivadas por «excesso de zelo e de espírito guerreiro» de certos instrutores e por causas ainda em fase de investigação (as mortes, por exemplo, do 1.º cabo pára-quedista Valente, do cadete de Artilharia Cabrita e do cadete Melro e do capitão Ribeiro da Força Aérea), têm vindo a criar natural receio, e desconfiança, no seio de jovens que aguardam o seu ingresso nas fileiras.

Nesta perspectiva, alguns de entre os mais dinâmicos e atentos fundaram a CASMO (Comissão de Apoio aos Jovens do Serviço Militar Obrigatório) que, já devidamente estruturada e operacional, acaba de lançar um jornal bimensal destinado a esclarecer e a debater, os princípios e as acções levadas a cabo pela organização.

Sensibilizados como estamos para o que se passa para além dos muros dos quartéis, sobretudo no que concerne à violação dos direitos de cidadãos num País constitucionalmente democrático e em paz desde 1975 como é o nosso após o fim da guerra colonial, contactámos a «CASMO» através do seu dirigente Carlos Nunes, que é simultaneamente o director do jornal, procurando saber quais os objectivos que persegue a «CASMO» e dentro de que estratégia é que irá procurar levá-los à prática.

Para responder à primeira das questões que lhe colocámos, Carlos Nunes remeteu-nos para o editorial do 1.º número do jornal da «CASMO» no qual se pode ler que a organização, que se assume como «apartidária e independente», nasceu «por vontade de um grupo de jovens que, tendo já cumprido, encontrando-se ainda a cumprir ou esperando incorporação no serviço militar, encontrou nesta realidade que é a tropa vários motivos para reflexão. E, isto, porque é sabido por testemunhos individuais, por notícias de processos jurídicos em curso ou arquivados, o que lá vai por dentro, por detrás dos muros altos dos quartéis. As informações (e muitas vezes o boato) circulam e vão chegando à maneira de faca afiada em queijo mole. Sabe-se que há ratazanas nas casernas, que o feijão do refeitório tem bicho, que as recrutas são comparadas por vezes a longas sessões de trabalhos forçados, que o pré não chega para o maço SG, que o duche é muitas vezes de água fria apesar de lá fora fazer Inverno e é suposto que isto pouco terá a ver com «Esparta». Deste modo, a «CASMO», «uma associação de juventude que aparentemente se dedica a advogar a causa do Diabo», tem, no seu entender, «uma função importante a desempenhar, dado que não defende este tipo de serviço militar, pensando que ele deverá ser modificado, embora permanecendo obrigatório, até por imperativos de coisas tão importantes como a Democracia».

Delegação na Assembleia da República

De forma a lutar para que tais objectivos venham a ser alcançados, a «CASMO» elaborou um projecto ainda recentemente levado à Assembleia da República, onde uma delegação foi recebida pelos partidos com assento no hemiciclo, tendo todos eles, segundo Carlos Nunes, «com maiores ou menores reservas, com este ou aquele ponto de vista, mostrado o seu acordo quanto às preocupações e aspirações apresentadas pela 'CASMO' quanto ao SMO (Serviço Militar Obrigatório) em Portugal».

De referir que, em síntese, as aspirações apresentadas na AR pela «CASMO» foram as seguintes: 1-A «CASMO» defende a redução do SMO para 12 meses, receando que com a proposta do Governo de redução para 12/15 meses fique tudo na mesma, já que o que se pratica hoje são 15 meses; 2-A «CASMO» considera que quem vai defender a Pátria tem de ser tratado condignamente como Homem e Cidadão, dizendo assim não às humilhações e brutalidades; 3-A «CASMO» defende Pré igual a 30 por cento do salário mínimo (7.400 escudos), transportes gratuitos para fins-de-semana, certificados de habilitação profissional, à saída da tropa, no caso de especialidades, e direito de representação para os militares do SMO, a exemplo do que já sucede na Marinha.

No que diz respeito a esta última reivindicação, a «CASMO» (que tem a sua sede na Rua Pascoal de Melo, 70, 1.º em Lisboa), recorda o exemplo de vários países da Europa-Bélgica, Dinamarca e Holanda para só citar alguns — onde é demonstrado que a capacidade das Forças Armadas não é comprometida pela existência de representações dos soldados. E, isto, porque os militares do SMO, atraves das suas associações, mais não fazem do que exercer o direito de, como cidadãos, zelar, tão só, pelo seu bem-estar, em suma, pela integridade e dignidade humanas». Acresce, recorda a «CASMO», que «a atribuição não restritiva dos direitos dos cidadãos no seio das Forças Armadas contribui decisivamente para o reforço da motivação positiva dos soldados os casos dos países citados têm vindo a confirmá-lo levando a um empenhamento pessoa mais estreito para com o serviço militar».

A concluir as suas declarações ao «DL», Carlos Nunes fez jus em realçar que a «CASMO» defende o «cariz popular» das Forças Armadas, recusando «a sua total profissionalização, dado que tal facto podê-las-ia tornar apetecidas, e mais dóceis, para um qualquer candidato a ditador».

Bomba de fraca potência em discoteca de Alportel

A Polícia Judiciária de Faro está a investigar a deflagração de um engenho ocorrido na sexta-feira à noite à porta da discoteca «Fame», em S. Brás de Alportel. Dada a fraca potência do engenho, a explosão, que causou prejuízos de pouca monta, nem sequer foi ouvida no interior do estabelecimento, na altura frequentado por várias pessoas.

Condenada em 14 anos por ter afogado o filho

O Tribunal de Setúbal condenou em 14 anos de cadeia uma mulher de 43 anos acusada de, em 26 de Janeiro de 1984, ter morto o seu filho recém-nascido, aplicando-lhe várias pancadas na cabeça e afogando-o em seguida. A ré, Otolinda Mendes, disse em tribunal que o crime fora instigado pelo pai da criança, que, posteriormente, se suicidou. De referir que a defesa irá apresentar recurso da sentença no Tribunal da Relação, fazendo assim aplicação de uma prerrogativa que, neste tipo de crime, é judicialmente obrigatória.

Detido assaltante de gasolineiro

Um jovem de 21 anos, de apelido Rodrigues, foi detido na noite de sábado pela GNR sob a acusação de ter assaltado um posto de abastecimento de gasolina, em Pêro Pinheiro, no concelho de Sintra, de onde roubou 50 contos em dinheiro. O assaltante, que já era procurado devido à prática de vários furtos, actuou armado com uma pistola de alarme, fazendo-se conduzir num «Fiat 127» que tinha roubado de uma rua em Mem Martins.

Após ter atropelado quatro crianças

Motorista da Rodoviária quase linchado em Beja

Um motorista da Rodoviária Nacional cujo teste de alcoolemia foi negativo, passou um mau bocado ao ser ameaçado por populares, depois de cerca das 20 horas de ontem ter atropelado quatro estudantes do Ensino Secundário com o automóvel que conduzia entre Beja e a Mina da Juliana. As jovens (Julieta Catarino, de 13 anos, Teodora e Ana Olípio, irmãs gémeas de 14 anos, e Ana Paula Guerreiro, de 12 anos) foram observadas no Hospital Distrital de Beja, recolhendo depois a suas casas.

De acordo com o motorista, Ambrósio da Silva, que tem 40 anos de idade, metade dos quais passados na profissão, «o acidente ficou a dever-se ao mau estado da estrada que, para além de ser estreita, tem lombas de areia e bermas muito altas».

Portuguesa ferida em atentado recupera em San Sebastian

Apesar do seu estado ainda ser considerado grave, os médicos comprovaram as melhoras da portuguesa Maria José Gonçalves Teixeira, ferida no atentado da ETA em S. Sebastian, transferindo-a ontem da Unidade de Cuidados Intensivos do hospital daquela cidade basca para a Secção de Cirurgia Torácica.

Maria José, de 30 anos, residente em San Sebastian com o marido e os dois filhos, teve de ser operada durante cinco horas e recebeu 17 litros de sangue.

Situação "degradante" para GNR das Taipas

Os efectivos da GNR destacados nas Caldas das Taipas vivem numa «situação degradante», ocupando um prédio ameaçado de ruína que a Delegação de Saúde de Guimarães já considerou ser impróprio para habitar. De acordo com um porta-voz da força comandada pelo general Tomé Pinto, «no edifício existem infiltrações de água no tecto e o vento penetra por todos os lados».

FUNDO DE ARTIGO

Mário Castrim

A — *Cada qual tem seu nome, como é lógico, mas o meu não é dos mais complicados começando, como começa, por Aníbal.*

F — *Quando a mim, o problema é curioso, pois no meu nome se junta o plebeu e o real. Por supuesto, não há nome mais realista do que Felipe.*

A — *Temos pois, de um lado, a mim que sou Aníbal.*
F — *E do outro lado, estou eu, que sou Felipe*

A — *Sendo outras coisas mais além de Aníbal.*
F — *Lo mismo para mim que sou Felipe.*

A — *Aliás, ainda que quisesse, não poderia deixar de ser Aníbal.*
F — *Nem eu Felipe.*

A — *Que eu, francamente, gosto de ser Aníbal.*
F — *Como eu gosto, seguramente, de ser Felipe.*

A — *Mas isto de seu ser Aníbal...*
F — *...e eu Felipe...*

A — *A mim não me causa problemas o facto de V. Ex.ª ser Felipe.*
F — *Nada me incomoda, pessoalmente, que V. Ex.ª seja Aníbal.*
A — *Ora sendo eu Aníbal...*
F — *...e eu Felipe...*

A — *...poderia simplificar-se tudo desde que V. Ex.ª me tratasse unicamente por Aníbal.*
F — *E V. Ex.ª me tratasse apenas por Felipe.*

A — *Está a compreender, Felipe?*
F — *Está a topar, Aníbal?*

A — *Sendo eu unicamente Aníbal, posso mais à vontade tratá-lo por Felipe.*
F — *Na minha condição de Felipe, realmente, tudo será mais fácil, Aníbal.*

A — *Porque, de facto, Felipe, nem eu sou o legendário cartaginês Aníbal.*
F — *Nem eu, Aníbal, posso considerar-me o Grande Felipe.*

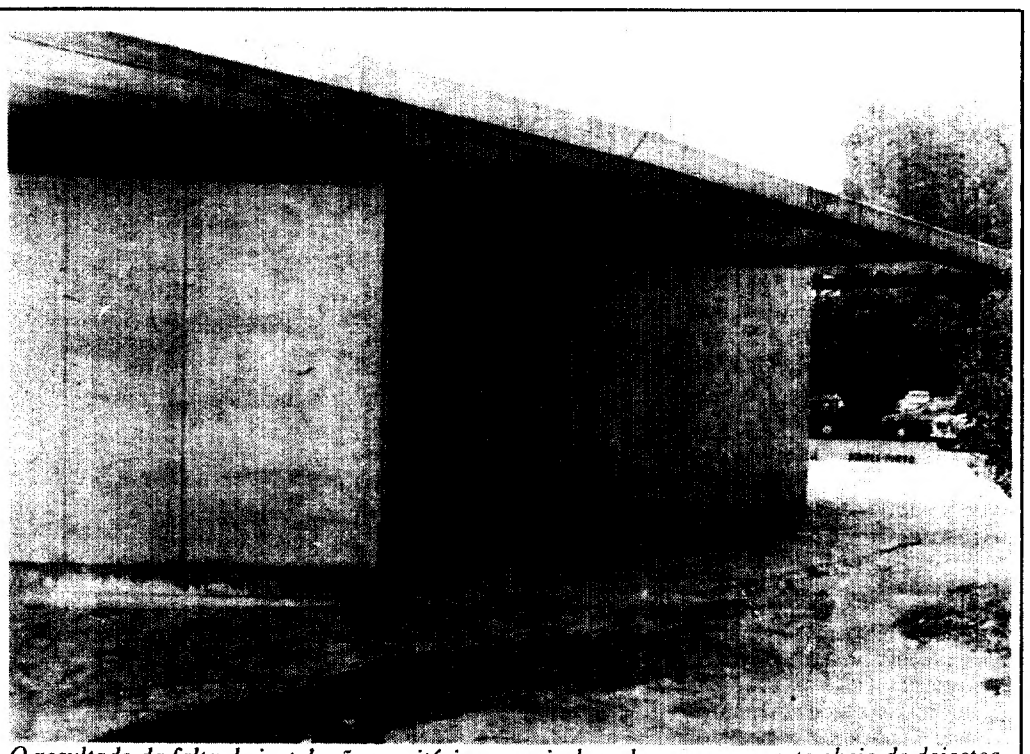
A — *Tenhamos a modéstia de o admitir, Felipe.*
F — *Façamos por isso, Aníbal.*
A — *À tua saúde, Felipe*
F — *À tua, Aníbal*

A — *Seu grande Felipe!*
F — *Então isto é só assim, Aníbal?*

A — *Assim como, Felipe?*
F — *Então quando é que vêm uns lagostins prá mesa, Aníbal?*

A — *Es de ideias fixas, Felipe!*
F — *Calma aí! Eu concordo em ficar sem os apelidos — mas lá sem os lagostins é que eu não fico, Aníbal!*

As instalações sanitárias do Cais do Sodré, que servem de desculpa para a sua falta no cais de embarque



O resultado da falta de instalações sanitárias no cais de embarque: um canto cheio de dejectos

Só três dos dez cais de embarque estão apetrechados

Transtejo: bilhete da travessia não dá direito a sanitários

Elsa Andrade

150 mil pessoas atravessam todos os dias o rio nos barcos da Transtejo. Embarcam num dos dez terminais que a empresa instalou numa e noutra banda. Há onze anos que essas (e outras) pessoas esperam, para fazerem a travessia, em bichas nas horas de ponta aspirando a um lugar sentado e, às vezes, também a uma casa-de-banho. É que dos dez cais de embarque só três possuem sanitários para os passageiros.

Os cais de embarque da Transtejo são zonas de movimento intenso

Apenas três dos dez cais de embarque daquela empresa pública de transportes fluviais possuem sanitários para os passageiros: Belém, Trafaria e Porto Brandão. Os restantes - Cais do Sodré, Cais da Alfândega, Terreiro do Paço, Montijo, Seixal e Cacilhas não possuem instalações desse tipo para quem viaja de barco.

A justificação para tal é-nos dada por um responsável da Transtejo, comandante Rui Ventura, que alega que «as estações de grande movimento não necessitam de sanitários porque há, de seis em seis minutos, navios que têm casas-de-banho».

O responsável daquela empresa acrescenta ainda que «não houve necessidade de fazer sanitários próprios nos cais de embarque, uma vez que existem os da Câmara Municipal perto».

Deste modo, os utentes daquele meio de transporte, quando querem, muito naturalmente, irem à casa-de-banho têm três soluções. Assim, segundo o comandante Ventura, os passageiros mais não têm que sairem do cais de embarque e dirigirem-se às sanitários públicos mais próximos.

Se acaso estão no do Terreiro do Paço, por exemplo, basta atravessar a rua (bastante movimentada), meio parque de estacionamento e, calmamente, entrar nos sanitários públicos da CML, que não são muito famosos.

Vejamos outro caso: os passageiros que embarcam no Cais do Sodré também não têm sanitários na estação. Solução: atravessar a rua e, 100 metros à frente, entrar nas instalações sanitárias da Câmara Municipal de Lisboa. Mas, se por acaso o passageiro for uma senhora, o caso é mais grave. A passageira terá que esperar até embarcar, pois naquelas instalações as casas-de-banho para senhoras estão fechadas, desde que a funcionária foi transferida para os sanitários do Terreiro do Paço.

Sanitários nos navios

A segunda solução, na opinião do comandante Rui Ventura, é a utilização, pelos utentes, dos sanitários das próprias embarcações. Cada barco, que transporta largas centenas de pessoas por viagem, tem dois compartimentos sanitários (um para homens e outro para senhoras), cada qual com duas divisões. São compartimentos não muito grandes, pintados de branco, com um «hall» com chão de madeira e duas divisões com retrates, assentes em chão de tijoleira. O «hall» tem lavatório, mas não pode ser utilizado porque a torneira não tem água. A vista do rio pela escotilha é agradável e, se a casa-de-banho for para senhoras o cheiro é suportável e a limpeza razoável.

Mas se o «WC» for o dos homens, o caso muda de figura. As instalações são idênticas (embora de configuração diferente, pois situadas no lado oposto) e essa é a única semelhança. Higiene não existe. Basta abrir-se a porta para que os passageiros que (por azar) estão sentados perto sentirem um cheiro nauseabundo.

A diferença entre as condições higiénicas das instalações sanitárias femininas e masculinas é fácil de compreender. Numa viagem fluvial Terreiro do Paço/Cacilhas, que demora cerca de 15 minutos, só durante os primeiros cinco minutos sete homens utilizaram os respectivos sanitários, enquanto que, em toda a travessia nenhuma mulher entrou na casa-de-banho. Tais números pressupõem que se os sanitários para senhoras estão razoavelmente limpos, isso deve-se apenas ao facto de serem utilizados com muito menor frequência.

A limpeza das casas-de-banho das embarcações está a cargo, ainda segundo Rui Ventura, da tripulação, que «sempre que veja que os sanitários estão em más condições de utilização deve limpá-los. A tripulação tem instruções para os terem impecáveis». Mas não estão...

O muro

A terceira solução, que não é apontada pelo comandante da Transtejo, parece ser a mais utilizada, pelo menos a julgar pelo cheiro. Trata-se do muro. Todos os cais têm um muro mais escondido, virado para um lado menos frequentado que parece ser o preferido pelos passageiros que não têm sanitários no local de embarque e também não estão para esperar pelo próximo barco.

Na estação fluvial do Cais do Sodré o muro está «decorado» com cartazes um qualquer cantor, num comvite ao espectáculo. Outros, mais pequenos, chamam a atenção para cursos de Filosofia e Psicologia ministrados numa escola particular, fora dos circuitos oficiais. Mas de certeza que ninguém que por ali passou assistiu ao concerto do cantor, ou frequentou os cursos daquela escola. É que o cheiro que se sente à distância afasta qualquer hipotético leitor de cartazes. A «decoração» do muro acaba com as habituais manchas amarelas próprias dos locais que nunca são limpos.

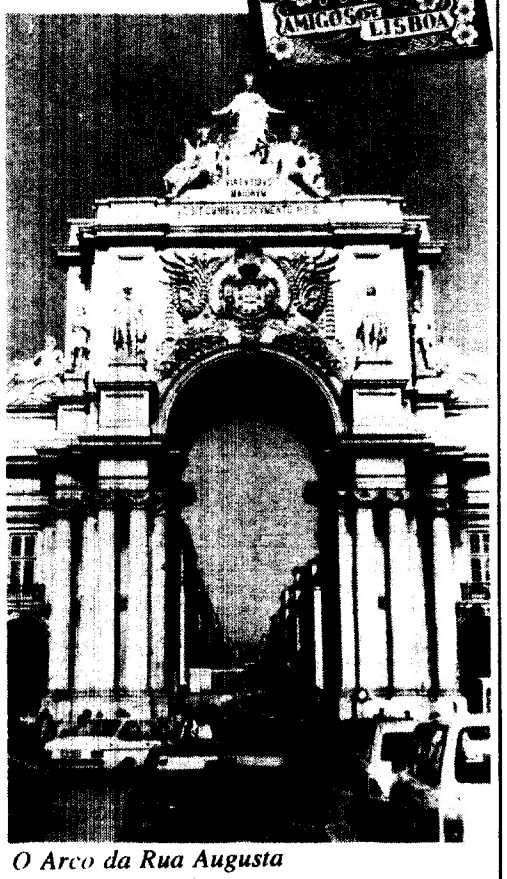
É a terceira solução dos utentes da Transtejo, de certeza não a mais aconselhável, mas que não deixa de ser utilizada.

Com os amigos de Lisboa, no Terreiro do Paço

Lurdes Féria

Em 1917, aqui nas páginas do «DL», surgiu uma campanha para a formação de um grupo, cuja afinidade principal fosse gostar à brava de Lisboa. Só admirar não bastava, era preciso mais do que isso. Entre os animadores da iniciativa distinguiram-se pelo fervor com que abraçaram essa bairrística missão, Norberto de Araújo e Matos Sequeira. Mas, não obstante os artigos, os apelos e os debates, a ideia não vingou logo, foi esmorecendo até que, em 22 de Julho de 1936, é registada uma associação com o nome de Amigos de Lisboa.

Debaixo da arcada o velho café



O Arco da Rua Augusta

E, cá estão. Sempre devotados à cidade. Presentemente são perto de oitocentos os que compartilham a amizade por Lisboa, sentimento tão profundo que dura há meio século, evento portanto digno de ser comemorado. É o que têm feito. Pois, no último sábado, o grupo almoçou no **Martinho da Arcada** e deu uma volta, sob a orientação de um guia, pela Baixa pombalina, demorando-se no Terreiro do Paço, já que a visita ao interior do **Arco da Rua Augusta**, prevista no programa, não se póde efectuar por motivos alheios à vontade da direcção dos Amigos.

Quando Maria Antónia Oliveira Martins (sim: é a meta do escritor) anunciou não haver autorização para a visita «**por questões de segurança**», uma chuva de protestos desabou no restaurante. Depois, a talho de foice, vieram as críticas à refeição, com efeito o excesso de sal no bacalhau indispusera os comensais. «Inconcebível!. Por **1250$00 servirem-nos uma refeição destas...**», desabafou uma senhora. De facto o bacalhau, recheado com presunto, estava intragável, como se podia observar pelo aspecto dos pratos que regressaram à cozinha quase com o mesmo conteúdo com que vieram para a mesa. Salvou-se o pudim, o vinho e o café...

Mas uma sobremesa reconfortante acalmou os ânimos. Tratou-se da dissertação do **dr. Emmanuel Correia** sobre a história do **Martinho** e algumas das figuras, mais proeminentes, que o frequentaram. «**Apesar de todas as contrariedades vamos recordar o prazer da mesa com um aforismo popular: à mesa não se envelhece... Apesar do bacalhau salgado parece que toda a gente rejuvenesceu...**», começou por dizer antes de entrar no tema dos banquetes, costume que marca todos os actos sociais, civis e políticos. Se nos nossos dias, esse culto ainda se mantém, foi efectivamente no século dezasseis que ele atingiu o auge. A propósito, o orador aludiu aos serões culturais da infanta D. Maria, filha de D. Manuel, que «**não se faziam apenas com poesia e saraus, mas também com apetitosos pitéus**».

Recuando no tempo, referiu-se ainda aos banquetes romanos «**regados com o precioso néctar, alimento de deuses e tiranos**». E em matéria de banquetes convém não esquecer o de **Platão** que não se destinava ao alimento do corpo mas sim do espírito. A confirmar que os banquetes constituem um parâmetro da cultura ocidental cristã, temos a passagem da Bíblia em que se mencionam as **Bodas de Canã.**

Após esta introdução, o clima desanuviou-se por completo e o frustrante almoço do Martinho passou para segundo plano.

Martinho

Vamos ao historial do café que se situa debaixo de uma das arcadas do Terreiro do Paço. Segundo **Emmanuel Correia,** a referência mais antiga ao estabelecimento, contemporâneo da reconstrução da praça, data de 1782. Com a designação de **Casa das Neves** dedicava-se à venda de bebidas fresca e de bilhetes para as carreiras das seges que faziam o percurso entre o Terreiro do Paço e Belém. «**O costume do gelo foi trazido, de Espanha, por Filipe II que se mostrava muito irritado quando, na sua mesa, não tinha bebidas frescas. Assim, o gelo vinha da serra da Estrela com todas as implicações de uma longa viagem**», acrescenta.

Após a fase italiana, em que aparece como proprietário do café um indivíduo italiano, enceta-se o periodo **oitocentista,** das reuniões de comerciantes e políticos. Era igualmente ali, na ocasião chamado **Café do Comércio** que se reservavam as passagens para Madrid.

Entretanto, ganha a fama de antro, frequentado por liberais e jacobinos, havendo pelo menos duas queixas ao **intendente** nesse sentido. Muda outra vez de dono, a um tal **Anselmo** que só permanece um ano, segue-se José de Melo que resolve mandar remodelar o velho café. Um novo proprietário, **Martinho Bartolomeu Rodrigues** trespassa a casa, em 1829, e funda o Café **Martinho,** no antigo largo D. João da Câmara, próximo do Teatro D. Maria.

No século passado, o **Martinho da Arcada** tornou-se um dos locais mais elegantes de Lisboa, sendo considerado um restaurante de boa tradição culinária. «**Diziam as gazetas que só havia duas casas onde os lisboetas podiam comer bem... era o Martinho e a União, na Rua dos Retroseiros.**» Fidalgos, poetas e conversadores inveterados tinham especial predilecção pelo café do Terreiro do Paço. Lá pararam Eça de Queiroz, Cesário Verde, Fialho de Almeida, muito antes, evidentemente, de **Fernando Pessoa** que nele teve esa «cativa» durante anos.

«**Vinha aqui praticamente todas as tardes, comi muitas vezes com ele... oferecia-lhe o jantar**», conta Albertna de Sá Mourão, actual proprietária do Martinho da Arcada. Ela, que também é dona da pastelaria **Ferrari,** almoçou com Os Amigos de Lisboa, assistindo impassível às críticas ao bacalhau... Ora, **Fernando Pessoa,** inevitavelmente, foi assunto em que **Emmanuel Correia** pegou, evocando a sua lidação com **Almada Negreiros** e a faceta esotérica de ambos. «**A Almada, chama-lhe José Augusto França o português sem mestre, pois eu chamar-lhe-ia o mestre de todos os portugueses. Ainda hoje a sua pintura, seja aguarela, fresco ou pastel, suplanta a de qualquer artista.**»

E, ao de leve, toca numa coincidência interessante que é o facto de Fernando Pessoa ter nascido em Lisboa, no dia 13 de Junho (dia de Santo António) e de ter sido baptizado com o nome de Fernando António. O **António** (de Santo António), santo padroeiro de Lisboa. «**Gostaria de o evocar na sua faceta oculta... Ele escolhe para o nascimento dos seus heterónimos o Porto, Lisboa e Tavira, cidades do Norte, Centro e Sul de Portugal, todas elas banhadas por mar. E Almada, em 1945, para decorar as entradas da Reitoria e da Faculdade de Letras de Lisboa, serviu-se da carta de Pessoa, a Casais Monteiro, onde o poeta defenia os seus heterónimos. Utilizou-os, precisamente, para criar a tipologia física que o poeta, nessa missiva, descreve.**»

Finda a prelecção, suscitada pelo almoço no Martinho da Arcada, e com grupo de Amigos mais descansados pela a garantia de que, numa outra oportunidade, «**depois do concerto da escada que dá acesso ao interior do Arco da Rua Augusta**« se realizaria a visita, partimos para o Terreiro do Paço, com o objectivo de ouvir **Emmanuel Correia** falar sobre a praça. Contudo, o ponto final foi posto pelo professor **Cândido de Oliveira,** presidente da direcção dos Amigos de Lisboa, que lembrou aos presentes ter sido o Martinho da Arcada, a estreia em matéria de visitas, promovidas pela associação. E, citando um personagem da «Ceia dos Cardeais», disse que «**recordar um amor é amar outra vez.**»

Glória

Junto à estátua de D. José, o grupo deteve-se, fechando um círculo em redor do guia. A praça, com poucos automóveis estacionados, ainda parece ser maior do que é: tem 192 metros e meio por 177. Dantes era cercada por amoreiras da China e tinha bancos, hoje é a desolação do cimento — medonha! «**Foi classificada por vários países europeus, em termos de geografia urbana, como uma das mais belas praças do mundo. Os bancos eram da autoria do arquitecto José Luís Monteiro, e possuía uns elegantes candeeiros que pareciam desenhados para a praça da Concórdia de Paris.**»

Montado no cavalo, D. José escuta o que sobre o monumento, concebido em sua honra por Machado de Castro, se diz. Tem, contudo, o mérito de ser a primeira estátua em bronze fundido, feita em Portugal, obra que levou 38 564 quilos de metal. Pelo que relatou **Emmanuel Correia** foram necessárias mais de mil pessoas para a transportar do Arsenal do Exército para o local onde está. Assente em cima de um pedestal com catorze metros, a estátua mede cerca de sete, em altura. «**Do lado ocidental vê-se a alegoria mítica do Triunfo representada por uma figura que conduz um cavalo, e do lado oriental destaca-se a figura da fama que empunha uma trombeta, ao lado de um elefante. Na face frontal surgem as armas reais e um grande medalhão com a efige do marquês de Pombal que no tempo de D. Maria foi retirado, sendo depois recolocado em 1833, na data em que a praça sofreu uma remodelação.**« Eis a descrição minuciosa que o nosso guia nos ofereceu.

Quanto ao imponente arco que conduz ao coração da cidade, foi pensado na época do marquês e concluído no século dezanove, razão porque se verifica uma mistura de estilos. Cruzam-se nele o risco de **Eugénio dos Santos,** soberbamente clássico, com o acabamento, de gosto romântico, assinado por **Veríssimo José da Costa.** No alto, debaixo do trio (a Pátria, n meio, ladeada pela Valor e Génio), sobressai esta frase capaz de esmagar qualquer um: **a virtude dos grandes serve de incentivo aos vindouros...** Este conjunto escultórico saiu das mãos do francês **Calmels,** devendo-se, no entanto, as figuras de Nuno Álvares, Vasco da Gama, Viriato e do marquês de Pombal ao talento do português **Victor Bastos** que é também autor do **Tejo** e do **Douro,** modelos das réplicas temáticas das esculturas que vemos na Avenida da Liberdade.

Portanto, o Arco da Rua Augusta carrega consigo «**os arquétipos do ideal português**», como assinalou Emmanuel Correia. É uma galeria de heróis entre os quais o marquês se meteu, o que talvez seja excessivo. Depois, o Tejo e o Douro, os grandes rios peninsulares ... e ao fundo uma perspectiva da cidade. No momento, enxergo apenas um aglomerado humano, frenético, nas compras aos vendedores ambulantes que decoram a **Rua Augusta** para exaspero dos **Amigos de Lisboa** e outros apreciadores da cidade menos assumidos.

Deixemos a magnífica **Praça do Comércio,** um projecto feliz de Carlos da Maia, Carlos Mardel e Eugénio dos Santos. O dr. Emmanuel Correia guia-nos para a capela da **Senhora da Oliveirinha,** escondida na Rua de S. Julião, pela simetria dos edifícios pombalinos. Só com muita atenção se nota, de resto confesso que nunca a tinha descoberto. «**Quando o marquês mandou fazer a Baixa, os fidalgos queriam reconstruir os seus palácios e as suas capelas, caso desta que é anterior ao terramoto. Todavia, o marquês não consentiu que se desmanchasse a traça, autorizando somente o aformeseamento da porta e da janela da capela. Por fora, o palácio ficou semelhante a outra casa qualquer, apercebemo-nos da capela pelo campanário que aparece junto às águas-furtadas do edifício. No interior, forrado de azulejos que têm como motivo os passos de Nossa Senhora, estão as imgens primitivas. Trata-se da Senhora da Oliveirinha e de Santo António...**»

No que respeita aos Amigos de Lisboa, com quem comunguei no último sábado este agradável passeio, pareceram-me consolados com a decepção inicial: a oposição das autoridades responsáveis à visita do Arco e bacalhau incluído. Mas, para os leitores, uma boa notícia que é a abertura pública, para breve, do Arco, quando as escadas estiverem em condições. Por outro lado, uma informação fornecida pelo professor Cândido de Oliveira, sócio n.º 300 dos Amigos de Lisboa, garantiu-me que no próximo dia 13 de Dezembro o passeio será à igreja de Santo António, abarcando ainda o urbanismo circundante.

Os visitantes serão, de novo, guiados pelo dr. Emmanuel Correia, assistente da Faculdade de Letras de Lisboa, que é um **antoniano** convicto. «**Na minha opinião Santo António foi o primeiro português a adquirir o foro do universalismo...**», rematou.

Revelou o presidente do IFADAP

Já há mais de cem candidatos a financiamentos agrícolas da CEE

O Instituto Financeiro de Apoio à Agricultura e Pescas (IFADAP) recebeu já cerca de 100 projectos de investimento agrícola no âmbito do Regulamento 797 da CEE, informou o presidente do instituto, Ferreira do Amaral. Este acrescentou que, em média, os projectos de investimento são da ordem dos 6000 contos, embora existam muitos acima dos 10 000 contos.

«Os agricultores estão a ter muitas dificuldades ao nível da elaboração dos projectos» admitiu o presidente do IFADAP, em entrevista à Anop.

O Regulamento 797 das Comunidades Europeias para o investimento agrícola em Portugal entrou em vigor a um de Setembro e, na legislação publicada pelo Governo, estava previsto que os agricultores podiam contar com a ajuda dos técnicos do Ministério da Agricultura para a elaboração dos projectos. Também os técnicos das caixas de crédito agrícola mútuo e da banca podem ajudar os agricultores na elaboração dos projectos.

Ferreira do Amaral afirmou que «alguns projectos foram já rejeitados por irregularidades na documentação justificativa necessária aos pedidos de investimento».

«Os serviços informáticos do IFADAP já detectaram também irregularidades sobretudo em candidatos a jovens agricultores que apresentaram todos os justificativos legais para beneficiar das ajudas à primeira instalação (cerca de 1100 contos a fundo perdido) mas que já estavam identificados como agricultores no computador do IFADAP», disse Ferreira do Amaral.

O Regulamento 797 da CEE prevê que um jovem com idade compreendida entre os 18 e os 40 anos, desde que disponha de «capacidade profissional bastante», tenha na agricultura 50 por cento do seu rendimento e gaste na actividade 50 por cento do seu tempo, pode beneficiar de um conjunto de benefícios, onde avulta o subsídio de instalação.

Convite à mudança da cidade para o campo

Em Portugal o controlo está a ser feito pelo IFADAP através do sistema informático que controlava o SIFAP — o anterior regime de financiamento bonificado — pelo que os jovens agricultores que alguma vez tenham beneficiado de bonificações de juro no têm agora direito ao estatuto e ao subsídio de instalação.

Ferreira do Amaral admite que pode haver «uma injustiça relativa» na atribuição do estatuto — e do subsídio — de jovem agricultor, mas considera que «o regulamento comunitário é bem claro na definição do âmbito de acção».

«O que se pretende, diz, é que gente que está desempregada ou descontente nas cidades, opte pelo regresso às suas terras e aí assuma a gestão de propriedades de família ou mesmo de propriedades que venha a adquirir».

Ferreira do Amaral considera que o regulamento foi feito a pensar nesses e parte do princípio de que serão eles quem irá transformar os métodos de exploração e gestão das empresas agrícolas.

Em Portugal, o regulamento deixa assim de fora os jovens que, mesmo que sejam agricultores, qualificados e desejem investir, tenham tentado anteriormente qualquer iniciativa no domínio da agricultura e para isso tenham recorrido a crédito bancário.

Os que alguma vez recorreram ao crédito — para fazer uma seara em terra de renda ou para recriar animais — são portadores de um cartão do IFADAP que os identifica como beneficiários das bonificações de juros que estiveram em vigor até Setembro e, por isso, perdem o direito ao subsídio de instalação.

«Esses, pelo menos teoricamente, já estão instalados» diz Ferreira do Amaral que, no entanto, garante que terão direito a todas as bonificações previstas para os jovens agricultores.

As bonificações para jovens agricultores são superiores, em cerca de 15 por cento, às que são atribuídas aos restantes agricultores no âmbito do 797.

O regulamento 797 da CEE permite aos agricultores portugueses beneficiarem de ajudas a fundo perdido para os investimentos que se propõem realizar, em percentagens que chegam a atingir os 67 por cento do total investido.

A atribuição das ajudas está dependente de dois tipos de factores: um de ordem burocrática que permite identificar a capacidade profissional e empresarial do candidato, outro de ontem técnica que estabelece o volume das ajudas de acordo com o montante do investimento e a zona onde será realizado.

Isto é, se um jovem agricultor, por exemplo, se propõe fazer investimentos até 120 000 ECU's — cerca de 18 000 contos — numa região desfavorecida, beneficiará de ajudas da ordem dos 67 por cento para os investimentos fundiários e de 50 por cento para gastos de capital fixo como máquinas e equipamentos ou mesmo animais.

O mesmo investimento, feito pela mesma pessoa numa região não desfavorecida, baixa desde logo o volume das ajudas. Um exemplo deste critério é o facto de o jovem que pretende comprar uma propriedade em zona desfavorecida ter direito a 41 por cento do custo a fundo perdido e, em zona não desfavorecida ter direito apenas a 33 por cento.

Trabalhadores do ICEP não querem perder vínculo à Função Pública

Trabalhadores do Instituto do Comércio Externo Português vão pedir aos grupos parlamentares a ratificação do decreto-lei que altera o estatuto do pessoal do Instituto — disse uma fonte da Comissão em que se constituíram esses trabalhadores.

O novo projecto-lei visa transformar o Instituto do Comércio Externo num novo ICEP com gestão em moldes de uma empresa pública.

O conteúdo deste diploma, que aguarda publicação no «Diário da República», foi dado a conhecer há cerca de um mês pelo secretário de Estado do Comércio Externo ao Sindicato da Função Pública, que, entretanto, consultou os trabalhadores da empresa.

O porta-voz da comissão disse que o novo diploma contém «muitas deficiências» e equipara o ICEP a um instituto público ao nível da gestão e do estatuto do pessoal.

«É ao nível do pessoal — disse — que se levanta a questão mais polémica deste documento, porque os trabalhadores efectivos actualmente ao serviço do ICEP perdem o vínculo à Função Pública no caso de virem a integrar o futuro Instituto de Comércio Externo.»

Esta situação — frisou — é porém diferente para todos aqueles que se encontram a trabalhar no ICEP em comissão de serviço ou requisitados a outros organismos da Administração Pública ou a autarquias locais, que manterão esse vínculo.

A fonte indicou também que parte dos funcionários do ICEP, actualmente mais de 400, serão convidados pela administração a integrar o futuro instituto, enquanto outros passarão a fazer parte do quadro de efectivos interdepartamentais (QEI).

O social-democrata Luís Fontoura, que foi já secretário de Estado da Comunicação Social no Governo de Pinto Balsemão, será o futuro presidente do ICEP.

Escudo perde peso diante da peseta

O escudo desvalorizou-se 6,6 por cento relativamente a moeda espanhola, a peseta, entre Dezembro de 1985 e Outubro de 1986, segundo cálculos da Anop com base em dados do Banco de Portugal.

Em Dezembro do ano passado, uma peseta valia 1,0249 escudos e em 31 de Outubro deste ano esse valor passou para 1,0924.

A depreciação da moeda portuguesa verificou-se, apesar de o Governo ter decidido suspender o sistema de desvalorização mensal do escudo, que se encontra em vigor desde 1977, entre 1 de Dezembro do ano passado e 31 de Março deste ano.

A depreciação do escudo relativamente à peseta explica também parcialmente o agravante do défice comercial luso-espanhol, pois enquanto as exportações portuguesas, que têm encontrado alguns entraves técnicos e administrativos à sua penetração no mercado espanhol, se tornaram mais competitivas, as importações do país vizinho passaram a ser mais caras em Portugal.

Nos sete primeiros meses do ano, o défice comercial com Espanha aumentou 54,3 por cento, atingindo 43,5 milhões de contos. Nesse período, as exportações portuguesas cresceram 56,6 por cento, orçando em 37,5 milhões de contos, enquanto as importações totalizaram 81 milhões de contos, mais 55,2 por cento.

Na Lisnave

Governo prolonga três meses a situação económica difícil

A declaração da Lisnave em situação económica difícil vai ser prolongada até 31 de Janeiro de 1987, disse à Anop uma fonte bancária.

O porta-voz do Ministério das Finanças, Vilhena da Cunha, afirmou entretanto, que a prorrogação daquele prazo está ainda a ser analisada pelo ministro e pelo secretário de Estado do Tesouro. Em princípio, a «situação económica difícil» acabava no dia 31 de Outubro, ou seja, sexta-feira passada. De qualquer modo, a todo o momento o executivo pode tomar uma decisão no sentido de a prolongar.

Entretanto, terminou quinta-feira o prazo para ser concluído o acordo de saneamento financeiro da Lisnave, que se encontra igualmente em análise no Ministério das Finanças e na Secretaria de Estado do Tesouro.

O secretário do Tesouro, Carvalho Fernandes, disse nesse dia que a proposta de saneamento financeiro da Lisnave, apresentada por um consórcio bancário, liderado pelo Banco Português do Atlântico — o maior credor da empresa — está a ser analisada, não devendo sofrer grandes alterações.

«Há apenas a considerar algumas pequenas alterções na resposta dos bancos», sublinhou.

Dívida à banca é de 25 milhões

Carvalho Fernandes disse que apesar de não ter sido aprovado no prazo previsto, o documento final do Ministério das Finanças «será apresentado em breve nos bancos».

A dívida da Lisnave à banca nacionalizada ascende a 25 milhões de contos desconhecendo-se ainda a forma de pagamento desta dívida constante da proposta apresentada pelo consórcio bancário.

A situação da Lisnave, em termos de volume de trabalho, está a melhorar, tendo já reparado este ano 119 navios. O 120.º é um navio graneleiro norueguês como 22 333 toneladas, que se encontra nos estaleiros da Margueira, desde sexta-feira passada.

«Ao longo deste ano, o estaleiro tem tido uma boa carga de trabalho, mas as últimas quatro semanas foram especialmente produtivas, com uma média semanal de 109 000 horas-homem», sublinha um comunicado da administração divulgado quinta-feira.

A Lisnave — que foi declarada em situação económica difícil em 27 de Setembro de 1984, decisão que o governo prorrogou até 31 de Outubro de 1986 e vai agora ser renovada facturou no primeiro semestre deste ano 3,7 milhões de contos.

Os prejuízos do exercício dos primeiros seis meses deste ano atingiram 189 000 contos, prevendo-se que até ao final do ano possam os resultados apresentar valores positivos, mesmo considerando as despesas financeiras correntes.

Actualmente a Lisnave — que está a apostar essencialmente no sector da reparação naval, embora não abandonando a construção — pratica preços fortemente concorrenciais em relação à Europa do Norte, sofrendo essencialmente com a concorrência dos estaleiros situados no Mediterrâneo.

Em 1985 a facturação foi de 4,6 milhões de contos e o prejuízo acumulado de 10,19 milhões de contos.

O capital social da empresa é de 2 milhões de contos, dos quais 39,5 por cento pertencem a estaleiros de construção e reparação estrangeiros, 36,3 por cento a entidades privadas portuguesas e 24,5 por cento ao Estado.

COTAÇÕES CRÉDITO PREDIAL PORTUGUÊS

COTAÇÕES DE NOTAS	(Por Unidade) COMPRA	VENDA
ÁFRICA DO SUL (rand)	44$10	50$10
ALEMANHA FED. (marco)	72$15	73$35
ÁUSTRIA (xelim)	10$20	10$40
BÉLGICA (franco)	3$264	3$514
BRASIL (cruzado)	3$850	6$350
CANADÁ (dólar — notas de 1 e 2)	107$40	109$90
(notas de 5 a 1000)	107$90	110$40
DINAMARCA (coroa)	19$20	19$60
ESPANHA (peseta)	1$049	1$169
EUA (dólar — notas de 1 e 2)	149$65	153$15
(notas de 5 a 1000)	150$15	153$65
FINLÂNDIA (marka)	29$75	30$35
FRANÇA (franco)	22$15	22$25
HOLANDA (florim)	63$95	65$05
IRLANDA (libra)	198$00	202$00
ITÁLIA (lira)	$095	$110
JAPÃO (iene)	$867	$922
NORUEGA (coroa)	19$80	20$30
REINO UNIDO (libra)	212$15	216$65
SUÉCIA (coroa)	21$20	21$70
SUÍÇA (franco)	86$80	88$30
VENEZUELA (bolívar)	6$25	7$25

OBSERVAÇÕES:

1 — No respeitante a moedas, estas cotações devem ser consideradas a título meramente informativo.

2 — Todas as operações de venda estão sujeitas ao imposto de 6 por mil.

O presidente inevitável

Eduardo Rebelo

Ao definir, ontem, o combate aos «bandidos armados» e a construção do socialismo como tarefas principais da sua direcção, Joaquim Chissano, no discurso inaugural do seu mandato como presidente da Frelimo e, por inerência constitucional, como Presidente da República Popular de Moçambique, não se esqueceu de focar a abertura da economia moçambicana ao investidor privado e, em política externa, a aplicação da política de não-alinhamento e de independência do país. Em resumo, os grandes vectores da política prosseguida por Samora Machel, onde avulta também a necessidade de manter o equilíbrio entre as duas grandes correntes ideológicas no seio do «Bureau» Político.

Foi o discurso esperado. Chissano disse o possível e afirmou-o dentro daquilo que está de acordo consigo, com a sua linha dialogante, pragmática, realista.

Duas décadas com Samora

Aos 47 anos de idade, membro da Frelimo desde 1962, ex-secretário de Eduardo Mondlane, Joaquim Chissano apresentava-se, nos últimos anos, como o único dirigente capaz de suscitar um consenso alargado em caso de sucessão a Samora Machel.

Isto mesmo se verificou após a morte do líder moçambicano, quando o seu nome surgiu no «Bureau» Político da Frelimo como o do único dirigente capaz de assegurar uma sucessão sem convulsões. Lançado por Marcelino dos Santos após contactos com outros membros do principal órgão executivo da Frelimo, o nome de Joaquim Chissano reuniu rapidamente o consenso dos 10 elementos do «Bureau».

O Comité Central, tal como se esperava, acatou, sem hesitações, a «recomendação» do «Bureau», apresentada, desta vez, pelo militar Alberto Chipande, como demonstra o curto espaço de tempo necessário para que o seu nome fosse indicado para a direcção do partido e do Estado e comunicadio ao país por Marcelino dos Santos.

Na verdade, para além, provavelmente, de Alberto Chipande, agora o «homem forte» das Forças Armadas, ninguém estava tão próximo de Samora Machel para assegurar uma transição, sem abalos de maior, como Joaquim Chissano.

No final dos anos 60, no confronto interno com Uria Simango, Chissano já estava ao lado de Samora Machel, de onde nunca se retirou nestes (quase) vinte anos.

A sua posição valeu-lhe, na ocasião, a «promoção» a chefe do pelouro da segurança da Frelimo, funções que acumulou com a situação de membro do Comité Central, órgão onde tinha assento desde 1963.

Em 1974, depois do 25 de Abril em Portugal — antes disso já a PIDE o considerava como o nº 2 da Frelimo, em detrimento da posição de Marcelino dos Santos —, a confiança que nele depositava Samora Machel traduz-se na sua nomeação para o posto de primeiro-ministro do Governo de transição proposto por Lisboa, cargo para o qual o aconselhavam, para além da sua fidelidade ao presidente da Frelimo, as suas qualidades de político «moderado».

Neste posto, Chissano confronta-se durante cerca de um ano com a difícil tarefa de «mediar» entre o sector mais radical da Frelimo, representado em Moçambique por elementos da ala político-militar da Frelimo, e os representantes de Lisboa chefiados pelo comandante Vítor Crespo. Missão difícil, da qual Chissano não escapou incólume, tendo visto a sua posição no partido desgastada por este período de difícil governação.

A sua nomeação para ministro dos Negócios Estrangeiros, após a independência, se bem que aconselhada pelo seu carácter pragmático e realista, é encarada por alguns observadores como correspondendo, de algum modo, a uma certa «despromoção», atribuída aos conflitos que a sua gestão no período de transição para a independência suscitara entre os elementos mais radicais da Frelimo.

Chissano desmente que se trate de uma «travessia do deserto» e, na verdade, nos anos que se seguem, intervem activamente na política interna moçambicana, sendo autor de algumas das medidas mais populares tomadas pos-independência, enquanto vai imprimindo à diplomacia moçambicana uma dinâmica de prudente independência, acompanhando o pragmatismo «samorista», sem se comprometer excessivamente com os gestos mais controversos da linha do extinto presidente.

É assim que apoia os acordos de N'Komati, mas não se envolve na sua negociação — esta fica a cargo de Jacinto Veloso que acaba por prejudicar a sua imagem neste complicado processo — e executa a política de demarcação em relação a Moscovo, sem contudo deixar de incrementar as relações com os outros países do leste europeu.

Poderá dizer-se que ao pragmatismo de Samora, Chissano adiciona uma prudência herdade dos anos 60, do período em que Mondlane hesitava entre a Administração Kennedy e a aproximação oferecida pelos países comunistas.

Homem da primeira hora na Frelimo, Chissano viveu duas décadas de convulsões internas, delas retirando ensinamentos que dão forma à sua actual prudência e ao seu realismo.

Biografia do novo Presidente da R.P.M.

Joaquim Alberto Chissano nasceu em Chibuto, na província de Gaza, em 1939. Tal como Samora Machel e Eduardo Mondlane, Chissano é um homem do sul, região de onde são oriundos a maior parte dos membros do «Bureau» Político da Frelimo.

Frequentou a escola primária do Xai-Xai (antiga vila João Belo) e, depois, o liceu Salazar, na antiga Lourenço Marques, agora escola secundária Josina Machel.

Em 1960 parte para Portugal onde se matricula no curso de Economia da Universidade de Lisboa, que abandona em 1961 por motivos políticos, fugindo para França onde se junta aos resistentes moçambicanos.

Entra para a Frelimo aquando da sua fundação, em 1962, sendo eleito para o seu Comité Central em 1963.

Colaborador íntimo de Eduardo Mondlane, de quem foi secretário, apoia Samora Machel na luta que, após a morte do fundador do movimento, se desencadeia com a facção de Uria Simango.

Signatário dos acordos de Lusaca, que decidiram a transferência do poder de Portugal para a Frelimo, é nomeado primeiro-ministro do Governo de transição para a independência em 20 de Setembro de 1974.

Em 29 de Junho de 1975 foi nomeado ministro dos Negócios Estrangeiros, cargo que manteve até agora.

Desde 20 de Setembro de 1980 tem a patente de major-general, o que corresponde a uma prática inerente a todos os membros do «Bureau» Político que participaram na luta armada, embora não tenha nunca exercido funções de comando militar.

É casado e tem quatro filhos. A sua mulher, Marcelina Rafaela Chissano, é enfermeira de profissão, tendo até há pouco sido enfermeira-chefe da maternidade do Hospital Central de Maputo. Ao contrário do seu marido, vem do norte de Moçambique, sendo de etenia Maconde, a mesma de onde provém a maioria dos chefes militares.

Marcelino dos Santos «condenado» a nº2

Já o era antes de Samora ascender à liderança; vai continuar a sê-lo na «era» pos-Machel. Maputo não escolheu uma via «à soviética», uma espécie de Tchernenko, tendo optado já por um líder para o ano 2000.

A idade, mas também todo um passado de alinhamento ideológico, «inutilizaram» Marcelino dos Santos como sucessor de Samora.

A quando da morte de Eduardo Mondlane, faltou a Marcelino dos Santos do apoio militar e também, já nessa altura, a base ideológica, uma vez que, o então membro do triunvirato que assegurou a direcção da Frelimo após a morte do seu fundador, estava demasiado distante da China, em contraste com os dois outros parceiros de liderança, Samora Machel e Uria Simango. Agora, poderá dizer-se que a história se repetiu e que o político e homem do primeiro minuto na Frelimo não reunia as condições indispensáveis para sucessor de Samora: no aspecto político é considerado como excessivamente rigido, demasiado próximo da URSS e, no plano militar, continua a carecer dos apoios que só são garantidos a quem, de alguma forma, esteve envolvido no terreno durante a luta de libertação nacional (Chissano não terá estado directamente envolvido mas, de qualquer forma, chefiou a segurança da Frelimo no período da guerra colonial...).

Aos 65 anos, Marcelino dos Santos continua, assim, na posição de nº2, na qual deverá permanecer até ao fim da sua carreira. Restar-lhe-á a consolação de permanecer, por direito, na história de Moçambique, não apenas pelo seu passado, que se confunde com a fundação da Frelimo e a ascenção de Moçambique à indepedência, mas também porque, à margem da História, soube sempre, e agora uma vez mais, substituir a ambição pessoal ao interesse nacional, não se apresentando como candidato à sucessão, facto que, a suce-

(Continua da pág. 14

Novo Presidente de Moçambique define

Combater os e acabar con

José Antonio Cerejo
nosso enviado especial

A eleição de Joaquim Chissano foi ontem recebida em Maputo com a maior naturalidade e como se de uma notícia esperada se tratasse. A certeza de que nada de essencial mudaria na orientação do país, fosse qual fosse o sucessor de Samora, fez com que a reunião do Comité Central, convocada para ratificar a proposta do «Bureau» Político, não chamasse praticamente a atenção popular. Conhecida a decisão através da rádio (e até aí o nome do novo Presidente continuava a ser uma incógnita dentro do país) a vbida da cidade prosseguiu sem que nada se notasse nas ruas, movimentadas àquela hora. Frente ao Palácio do Congresso, alguns milhares de pessoas, convocadas e organizadas pelas estruturas do partido, saudavam, depois, entusiasticamente, o novo Presidente.

Acompanhado por Marcelino dos Santos, que sorria permanentemente e exibia o ar feliz de quem cumpriu a sua missão e permanece como a «reserva moral da Nação», Joaquim Chissano recebeu o seu primeiro banho de multidão como Presidente, ouviu o seu nome gritado freneticamente por um povo, que já o escolhera antes do Comité Central se pronunciar.

Ninguém espera surpresas

Com efeito, e apesar de no sector intelectual e nas Forças Armadas se ouvir frequentemente falar na necessidade de «um homem de pulso que só poderia ser Armandos Guebuza», a verdade é que a população inclinara-se desde o príncipio para Joaquim Chissano.

Porquê? Para uns seria a memória do tempo em que «ainda se vivia bem» e Chissano era responsável pelo governo de transição, para outros seria a confiança que o seu ar tranquilo e até os seus dotes de bom cantor inspiravam, para outros, finalmente, seria apenas o contraponto a um Armando Guebuza que tinha deixado muito más recordações enquanto operacional da «operação produção».

Mas o facto está consumado e Joaquim Chissano é o novo Presidente da FRELIMO e da República Popular de Moçambique.

Quanto ao futuro, ninguém espera surpresas em Maputo.

O discurso do Presidente, como era aliás de esperar, não apresenta uma única brecha por onde de possa antever qualquer alteração de fundo.

O seu estilo será certamente outro, mas o quadro geral da sua política está claramente definido e balizado pela herança de Samora e pela orientação estabelecida no IV Congresso da FRELIMO, em 1983.

A esperança de melhoria das precárias condições de vida da população e da capacidade de resposta à acção dos bandidos armados (RENAMO), reside essencialmente no reforço da organização e numa actuação menos emotiva e mais rigorosa do novo Presidente.

Neste momento, a grande incógnita em relação a Moçambique situa-se na evolução da atitude maçambicana e dos países da Linha da Frente e no seu relacionamento com a África do Sul.

O discurso oficial continua a mostrar alguma precaução, acusando apenas a África do Sul indirectamente, de responsabilidade na morte de Samora. A Imprensa e as organizações populares afectas à FRELIMO optaram no entanto, e abertamente, por acusar Pretória de «crime».

Uma manifestação ontem de manhã, que redundou no saque da Embaixada do Malawi por milhares de jovens convocados e enquadrados pela Organização da Juventude de Moçambicana, com o seu secretário geral e membro do comité central, Zacarias Kupela à cabeça, mostra que o assunto não está arrumado e indicia que poderá haver divergências no seio da FRELIMO quanto à conduta a adoptar.

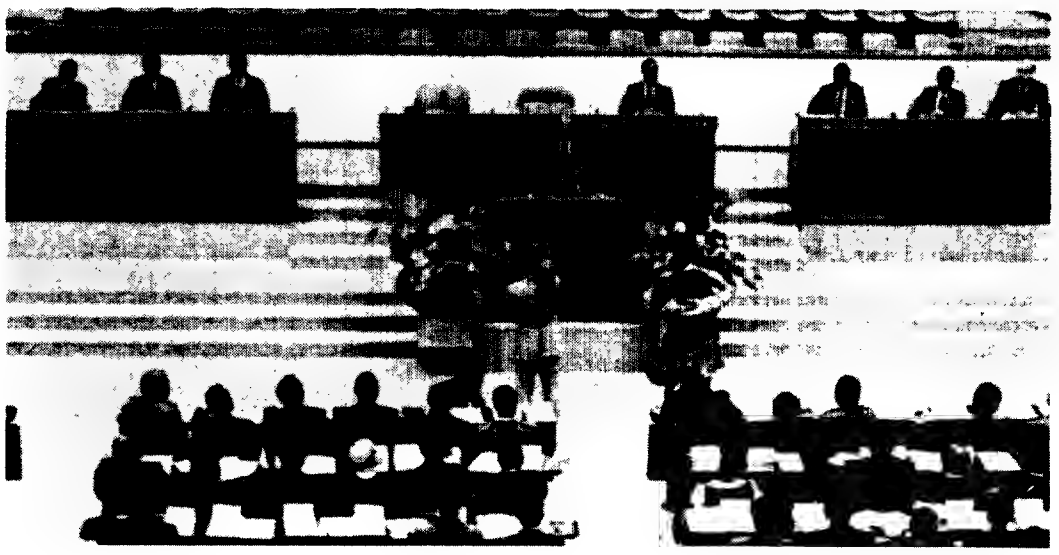
A manifestação da OMJ pretendia «demonstrar o seu repúdio pelo bárbaro assassinato da Samora Machel» e passou quase indiferente junto à sede da representação comercial sul-africana em Maputo.

Para o governo maçambicano o Malawi é um instrumento de Pretória no seio dos países da Linha da Frente e Samora Machel tinha proferido diversas advertências ao seu governo, pouco antes de perecer.

Na capital moçambicana o dia de hoje está a ser marcado pelo ataque à Embaixada do Malawi e por informações de que os sul-africanos estão

ine "tarefas principais"

s "bandidos armados" m a fome e a nudez



a concentrar tropas especiais junto à fronteira com Moçambique. O clima de tensão está a ser alimentado pela Imprensa e por notícias como as de que as linhas aéreas sul-africanas não realizaram ontem o seu habitual voo das segundas-feiras, de Joanesburgo para Maputo.

Nos meios jornalísticos moçambicanos há mesmo quem admita a eminência de uma agressão militar sul-africana, enquanto o tom ameaçador dos militares racistas volta efectivamente a subir em relação aos seus vizinhos da Linha da Frente.

Radicais também em Maputo?

Entre os paises da Linha da Frente, a radicalização verbal é também evidente e a tensão está a aumentar sem que se possa prever exactamente onde é que ela poderá levar.

Aparentemente existe igualmente em Moçambique quem defenda a adopção de posições mais radicais em relação aos racistas, mas há a ideia de que, a nível da direcção da Frelimo, continua a vingar o espírito do acordo de N'Komati, ainda que se reconheça que em Pretória ele já nada conta.

Nesta questão crucial, Joaquim Chissano é sem dúvida o homem que se encontra em melhores condições para prosseguir a diplomacia realista de Samora e para granjear cada vez mais apoios a nível internacional.

Resta saber se ele terá o peso suficiente para fazer valer a sua análise e controlar aquilo a que alguns já chamam de «aventureirismo» e teve a sua manifestação mais evidente no saque desta manhã.

Nomeação e primeiro discurso

O Comité Central da Frelimo elegeu ontem Joaquim Chissano como Presidente do partido, confirmando assim as informações que desde domingo apontavam nesse sentido. De acordo com a Constituição moçambicana, o Presidente da Frelimo é, simultaneamente, o Presidente da República e o Comandante Chefe das Forças Armadas. Nos termos da resolução do Comité Central, lida pouco depois das 17 horas locais pelo nº2 do «Bureau» Político, Marcelino dos Santos, o novo presidente do partido entrou imediatamente em funções. A sua posse como Presidente da República só terá lugar dentro de semanas, prevendo-se que, nessa ocasião, estejam de novo em Maputo todos os chefes de Estado dos países da «Linha da Frente» e que, nessa altura, se realize mais uma «cimeira dos seis».

No discurso de continuidade e fidelidade a Samora Machel, que pronunciou logo a seguir à divulgação da sua eleição, Joaquim Chissano rendeu homenagem ao seu antecessor e enunciou as «gigantescas tarefas» que esperam a Frelimo, para que os seus dirigentes sejam «dignos continuadores da obra de Mondlane e de Samora».

Balizando todo o seu discurso nos «ensinamentos» de Samora Machel e nos princípios definidos no IV Congresso da Frelimo, o novo Presidente considerou o «prosseguimento e a intensificação da luta contra o "banditismo armado"» como «a primeira e fundamental tarefa» do seu partido. Da vitória sobre esse «verdadeiro flagelo que assola o país», disse depender «a continuidade da Revolução» e a «edificação do socialismo». Segundo afirmou, neste momento «encarniçam-se» contra Moçambique «as forças hostís» à sua Revolução e «inimigas do povo moçambicano».

No campo económico, Joaquim Chissano apontou «o combate à fome e à nudez» como a «prioridade essencial», remetendo também aqui a forma de realização deste objectivo para as tarefas constantes das directivas económiccas e sociais do IV Congresso. O relançamento da economia vai ser prosseguido, prometeu, e a «corrupção, a candonga, a negligência, a indisciplina, o esbanjamento de recursos, a má gestão e a improdutividade» serão «vigorosamente» combatidas.

O novo Presidente referiu-se depois ao sector estatal da economia como «uma alavanca poderosa do nosso esforço de socialização do país» e sublinhou a necessidade de melhorar o seu funcionamento, bem como o das cooperativas e dos sectores familiar/rural da economia

Papel do sector privado

Finalmente, Chissano disse ser desejo do partido que «o sector privado desempenhe um papel económica e socialmente útil e contribua, com o seu esforço, para o processo de desenvolvimento do país». Ao investidor privado, acrescentou, «garantimos a sua propriedade, a retribuição dos capitais investidos e as condições adequadas para o exercício da sua actividade».

Quanto à participação popular sustentou que será reforçado o papel das Assembleias do Povo, como «expressão máxima do poder do Estado, assegurando a sua natureza democrática, a vivacidade do seu funcionamento, o controlo permanente, a responsabilização dos seus membros».

Para o Presidente, «é nas eleições que todos os cidadãos moçambicanos assumem a plenitude dos seus direitos políticos» e é nelas que «a vontade popular se exprime, criando instrumentos que servem a defesa dos seus direitos e anseios mais legítimos».

No que se refere à «frente diplomática» Joaquim Chissano afirmou que o partidos«continuará fiél aos princípios de política internacional

definidos pelo IV Congresso» e contuinuará a aplicar a «política de não-alinhamento e independência da R.P.M.». A Frelimo prosseguirá o seu «combate consequente pela eliminação do colonialismo e do apartheid em África» e continuará a participar activamente no seio dos países da «Linha da Frente», na OUA e nas Nações Unidas.

Por outro lado, «continuará a aplicar os princípios contidos nos Estatutos (da Frelimo) no seu relacionamento com os partidos marxistas-leninistas e com os outros Estados socialistas». Além disso, frisou o Presidente, serão reforçadas as relações com «todos os povos e países do mundo», na base da «não ingerência nos assuntos internos de cada país, do respeito pela soberania e integridade territorial, igualdade e reciprocidade de benefícios», como estabelece a Constituição da R.P.M..

Chissano definiu também a Frelimo como «organização de vanguarda da aliança operária-camponesa de Moçambique, que sintetiza a luta revolucionária do povo moçambicano com os princípios universais do marxismo-leninismo».

Tarefas gigantescas

Na série de «vivas» que deu antes de iniciar a leitura do seu discurso, o novo Presidente grutou «Viva o socialismo», mas não «Viva o marxismo-leninismo» como minutos antes fizera Marcelino dos Santos.

As «tarefas gigantescas» enumeradas por Joaquim Chissano, «não sendo novas» surgem agora como «de realização mais difícil porque não temos fisicamente connosco o camarada Presidente Samora Moisés Machel», disse o novo líder. Chissano afirmou todavia que «com as forças e energias redobradas que saberemos tirar da nossa dor e sofrimento seremos capazes de (...) rasgar os promissores caminhos do futuro da nação moçambicana».

O Presidente dirigiu-se depois à família de Samora Machel e às Forças Armadas declarando que confia inteiramente nelas e se orgulha de ser seu comandante-chefe. Referiu que a sua organização e disciplina, preparação e combatividade, serão reforçadas e que serão desferidos «golpes cada vez mais duros aos bandidos, aos inimigos da Pátria moçambicana».

Chissano disse ainda que a guerra vai ser continuada «para acabar com a guerra» e concluiu afirmando que «unidos como estamos não há força no mundo capaz de nos vencer».

EUA deverão manter-se "fiéis" à Frelimo

Renamo pouco lucrará com morte de Machel

A Renamo terá ganho pouco ou nada com a morte de Samora Machel, no que se refere à política externa dos Estados Unidos. De facto, apesar do apelo do líder daquele movimento, Afonso Dhlakama, no sentido de que Washington passasse a apoiá-lo, parece haver muito poucas possibilidades de que encontre eco no seio administração Reagan, que se mostra muito empoenhada no processo global de procura de paz na Africa Austral.

A Renamo poderia, contudo, ter ventos favoráveis se se registasse uma brusca modificação em Moçambique. Tal levaria, certamente, os meios conservadores norte-americanos a aumentarem as suas pressões para uma rápida reapreciação da posição de Reagan relativamente ao Governo da Frelimo.

Nesta linha de pensamento, deve ser assinalado que a «Heritage Foundation» solicitou recentemente ao Presidente Reagan que advirta Maputo de que a possível introdução de forças cubanas, etíopes, ou do bloco de Leste agravaria uma situação já pouco instável.

A «Heritage» admitia mesmo a hipótese de, nesse caso, a Africa do Sul se ver «forçada» a «uma invasão». Mais: nessa circunstância, os Eatados Unidos deveriam considerar a possibilidade de ajuda militar directa à Renamo.

Por outro lado, igualmente sintomático do relacionamento EUA/Frelimo/Renamo é o facto de ainda recentemente o «Washintgon Post» referir qa Administração Reagan «tem pedido ao Governo moçambicano que negoceie com os guerrilheiros» ao mesmo tempo que prossegue a sua ajuda aos programas de desenvolvimento de Moçambique, que no ano passado recebeu com esse objectivo cerca de 30 milhões de dólares dos Estados Unidos.

Em situação completamente oposta encontra-se a Renamo que ainda não conseguiu projectar nos Estados Unidos a imagem de um movimento inspirado em objectivos democráticos, com a agravante de ser público que as suas acções são frequentemente acompanhadas de atrocidades.

Ainda recentemente, de resto, uma correspondência do correspondente do «Washington Post» em Maputo, William Clairborne, dava conta de que o êxodo da população moçambicana para o vizinho Malawi, em consequência da ofensiva da Renamo, «tem sido acompanhada por numerosos casos confirmados de assassínio e violações entre a população civil e de aldeias saqueadas nas províncias de Tete, Zambézia e Manica».

Em contrapartida, as passadas ou presentes acusações de violações dos direitos humanos por parte de Frelimo são quase ignoradas ou aparecem muito esbatidas na Imprensa norte-americana que se preocupa muito mais em realçar a viragem qiue Maputo tem vindo a fazer para Ocidente e a algumas medidas de liberalização e de reprivatização da economia.

Assinale-se, por outro lado, que no seu apelo aos Estados Unidos o líder da Renamo garante que o seu movimento se prepara para um Governo democrático, tendo mesmo já constituído um Conselho Nacional de 12 membros.

Contudo, nada indica que a posição da administração Reagan sofra qualquer modificação significativa nos próximos tempos, particularmente quando as relações de Washington com a generalidade dos países da África Austral já se apresentam suficientemente complicadas.

Reacções portuguesas

O Presidente Mário Soares garantiu ontem ao novo Presidente moçambicano que poderá contar com toda a sua colaboração «no sentido de aprofundar e alargar os laços que unem os nossos dois povos e Estados». Num telegrama enviado após conhecimento da sua nomeação, Soares manifesta ainda a convicção que será possível continuar a manter com Portugal «as relações de cooperação e amizade fraterna para as quais muito contribuiu a acção do Presidente Samora Machel»

Também o primeiro-ministro Cavaco Silva, ao felicitar o novo Presidente, expressou o seu «empenho pessoal» no reforço das relações entre os dois países, enquanto o ministro dos Negócios Estrangeiros, num breve comentário, disse que a nomeação de Joaquim Chissano «garante a continuidade da política de bom relacionamento» entre Portugal e Moçambique.

Da parte dos partidos portugueses, felicitaram Joaquim Chissano os secretários-gerais do PS e do PCP, Vítor Constâncio e Álvaro Cunhal, o presidente do MDP/CDE, José Manuel Tengarrinha e a Comissão Directiva do PRD.

COMUNA
TEATRO PESQUISA
HOJE
As 21.30 h

TOURO

Texto:
ABEL NEVES
Encenação:
JOÃO MOTA
4.º MÊS
ULTIMAS SEMANAS
DOMINGO AS 17 H
veja teatro a preços reduzidos
TERÇA•QUARTA•QUINTA
PREÇO UNICO - 150.00
PR. ESPANHA (T. 726 0818)
SUB S E C M/12 A
APOIO FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN E COMERCIAL

«CASBA» CENTRO DE APOIO SOCIAL DO BOM-SUCESSO E ARCENA

CONVOCATÓRIA

Ao abrigo do Art.° 31.°, número (2), alínea (c) dos estatutos, convoco a Assembleia Geral do Centro de Apoio Social do Bom-Sucesso e Arcena «CASBA», para reunir em Sessão Ordinária a realizar no dia 14 de Novembro pelas 20,30 Horas nas Instalações do Jardim de Infância no Alto da Boa Vista com a seguinte ordem de trabalhos:

1— **Apreciação e votação do orçamento e programa de acção para o ano de 1987.**

2— Informações

Se às 20,30 Horas não estiverem presentes a maioria dos sócios, a Assembleia reunirá com qualquer número de sócios presentes, às 21,30 H do mesmo dia e no mesmo local.

Alverca 28 de Outubro de 1986

O Presidente da Assembleia Geral
Paulo Jorge Casimiro Ferraz Almeida

Eleições norte-americanas

Não são previsíveis mudanças na política da Casa Branca

Qualquer que seja o resultado das eleições parciais de hoje para o Congresso dos Estados Unidos o pior que pode acontecer a Ronald Reagan é ter de governar em «coabitação» com o Partido Democrata, estimam observadores políticos.

Quer a nível nacional quer internacional não se prevêem muitas modificações na política da Casa Branca devido à eventual recuperação do Senado pelos democratas, que já controlam a Câmara (baixa) dos Representantes.

O senador democrata Robert Byrd, que será o líder da maioria democrata no Senado caso o seu partido — como indica a maioria das sondagens — recupere o controlo desta câmara, afirma que «não haverá nenhuma mudança importante nem nenhum desl[illegible] visível para a esquerda».

Nas eleições que hoje se realizam (as chamadas «mid-term elections») estão em jogo 435 lugares da Câmara dos Representantes, 34 do Senado e 36 postos de governador além de grande número de deputados e funcionários estaduais e locais.

Mas o que de mais importante é jogado neste acto eleitoral, do qual sairá o Congresso número 100, é o controlo do Senado, actualmente nas mãos do Partido Republicano do Presidente Reagan por uma maioria de 53-47.

Uma vantagem de apenas quatro lugares entre os 34 em jogo devolveria aos democratas o domínio da Câmara Alta que, após 26 anos, perderam em 1980.

Caso o obtenha, o Partido Democrata ficaria com a maioria em ambas as câmaras do Congresso, pois além de ser virtualmente impossível que perca a maioria na Câmara dos Representantes (de 253-180), o mais provável é que a aumente.

A influência do Congresso nas políticas ditadas pela presidência não pode ser apenas avaliada em função do partido a que pertencem os congressistas, estimam os analistas.

A prova, argumentam, é que Reagan conseguiu a aprovação pela Câmara dos Representantes de 100 milhões de dólares para ajuda aos guerrilheiros anti-sandinistas e não evitou que o Senado, dominado pelos seus pares, aprovasse sanções à África do Sul.

O Congresso norte-americano — ao contrário das instituições parlamentares Ocidentais — não possui disciplina de voto e os congressistas votam de acordo com as suas convicções pessoais: em Washington, uma derrota no Congresso não equivale à convocação de eleições antecipadas.

Os membros das duas câmaras votam, geralmente, segundo os interesses dos seus eleitores e os partidos não definem linhas claras de actuação.

«São pouco doutrinários e pouco ideológicos», afirma Richard Scammon, director do Centro de Investigação sobre Eeições.

Para os analistas, a indubitável popularidade do Presidente Ronald Reagan permite-lhe prosseguir a sua política mesmo com a minoria republicana nas duas câmaras, tal como aconteceu com os dois presidentes republicanos que o precederam — Gerald Ford e Richard Nixon — menos populares que ele.

Em termos práticos, uma vitória democrata nas eleições do Senado significaria que os congressistas deste partido presidiriam aos diversos comités do Senado e estabeleceriam as agendas legislativas.

Um dos dissabores de Reagan poderá ser a dificuldade em ver aprovadas verbas para a sua Iniciativa de Defesa Estratégica e para os «contras».

Em Washington pensa-se que os democratas tentarão conseguir que a Casa Branca invista mais em programas de saúde e de educação, mas os observadores notam que a maioria dos democratas que possivelmente substituirão os republicanos no Senado são conservadores.

Quanto à política de desarmamento, o comentador do «New York Times», James Reston, escreveu numa edição recente do jornal que o presidente «poderá sentir-se à vontade para negociar, convicto de que a maioria dos democratas o apoiarão numa política de controlo de armamento nuclear razoável».

Os estrategos dos partidos republicano e democrata consideram que a experiência de Reagan, que foi governador da Califórnia apoiado por democratas, e o receio do partido da oposição em enfrentar um presidente tão popular, resultarão num entendimento cordial que possibilitará a coabitação.

De qualquer modo, não foi fácil a Ronald Reagan governar durante os dois últimos anos como presidente dos Estados Unidos com uma minoria no Congresso e, nas duas últimas semanas, percorreu 15 Estados apelando aos eleiores para que votem nos candidatos republicanos.

Mas nada permite prever se a sua campanha eleitoral — em que alguns democratas o acusaram de fazer «golpes baixos» ao pôr em dúvida o patriotismo dos candidatos da oposição — terá êxito.

No entanto, os analistas políticos recordam que nas eleições de 1984, em que Reagan ganhou por esmagadora maioria, metade dos distritos que lhe deram o voto para Presidente dos Estados Unidos, elegeram candidatos democratas para o Congresso.

Esfriamento nas relações URSS-RFA

Uma observação do chanceler Helmut Kohl levou Moscovo a cancelar abruptamente duas visitas de dois dirigentes de Bona, provocando um súbito esfriamento nas relações RFA-URSS.

Numa entrevista à revista norte-americana «Newsweek», a semana passada, Kohl estabeleceu uma analogia entre o líder soviético Mikhail Gorbachev e o chefe de propaganda de Adolfo Hitler, Joseph Goebbels.

Gorbachev «é um líder comunista moderno que sabe alguma coisa de relações públicas» — disse Kohl. Goebbels, um dos responsáveis pelos crimes da era de Hitler, era também um perito em relações públicas.

O chanceler alemão-federal declarou que a «Newsweek» distorceu a sua observação, afirmou lamentar o sucedido e dissociou-se inequivocamente do mesmo.

A revista norte-americana desmentiu que tivesse retirado a observação de Kohl do contexto e salientou que o texto foi mostrado antecipadamente ao chanceler e que este o aprovou.

A «Newsweek» acrescentou que Kohl não identificou Goebbels na sua observação, mas que o seu porta-voz, Friedhlem Ost, sugeriu que fosse acrescentado ao texto o facto de Goebbels ser o chefe de propaganda de Hitler, co-responsável por milhões de assassínios nazis.

As relações entre a Alemanha Federal e a União Soviética haviam melhorado muito desde há 20 meses, quando Gorbachev assumiu o poder, depois de grandes tensões na última metade de 1984, e havia rumores de que o líder do Kremlin planeava uma visita oficial a Bona em 1987.

O presidente inevitável

Continuação da pág. 12

der, teria gerado um confronto de consequências imprevísiveis no interior da Frelimo.

Marcelino permanece, desta forma, como uma «reserva» da Revolução, e da jovem República, para os momentos difíceis.

Armando Guebuza e o «sector minoritário»

O «afastamento» de Armando Guebuza indica, por seu turno, que no seio da «Bureau» Político da Frelimo a linha maioritária perfilha as teses pragmáticas do «samorismo», empenhando-se num distanciamento táctico no confronto leste-oeste e defendendo um não-alinhamento activo, com raízes em Bandung.

Na casa dos 40, tal como Chissano, Guebuiza é, no entanto, um dirigente em «perda de velocidade».

Considerado como um político dotado de uma «invulgar inteligência», Guebuza surge em 1974 na «invejável» posição de Comissário Político das Forças Armadas, o que o munia dos apoios indispensáveis para uma ascenção vertiginosa dentro do regime.

Mas Guebuza mostra-se excesivamente intransigente durante o período de transição (1974/75) e, já depois da independência, «parte os dentes» na «operação produção», decalcada de modelos do Leste, que nada têm que ver com a realidade africana. A «operação» é um fracasso — e dela resultam algumas das defiências económicas com que Moçambique se confronta — e a «estrela» do nº 4 da Frelimo empalidece.

Armando Guebuza, nos últimos tempos da direcção de Samora, era um dirigente em declínio, sobretudo depois dos acordos de N'Komati, aos quais se opôs. A morte do Presidente surpreende-o na China, numa visita de «segundo plano».

Com o afastamento de Guebuza, «perde» também o sector político-militar do «Bureau» Político, onde se incluiam nomes de outros eventuais candidatos à sucessão, como Armando Panguene, um herói da luta armada e ex-embaixador em Lisboa, e Matsinhe, formado na União Soviética e durante algum tempo considerado como o «ideólogo» do movimento.

Quanto a Mário Machungo, primeiro-ministro à morte de Samora, apontando inicialmente como potencial candidato, tinha todas as hipóteses de ascender à presidência cortadas pelo facto de não ter participado na luta armada, apesar de, como «justificação» para a sua ascenção ao «Bureau» Político, se ter divulgado que teria sido membro da rede clandestina da Frelimo no sul de Moçambique, designadamente na antiga Lourenço Marques, ainda no tempo da dominação colonial.

S P

ALFÂNDEGA DO PORTO
DELEGAÇÃO DE VILAR FORMOSO
DELEGAÇÃO ADUANEIRA DE VILAR FORMOSO

LEILÃO

Para os devidos efeitos se torna público que no dia 4 de Dezembro p.f. pelas 10 horas, se realiza nesta Delegação Aduaneira, um leilão de sucata de automóveis.

A mercadoria poderá ser examinada na referida Delegação, durante os cinco dias úteis que antecedem o leilão.

A sucata que se destinar a comércio só poderá ser arrematada por sucateiros e demais comerciantes do ramo automóvel, que deverão fazer prova do pagamento da respectiva contribuição industrial.

Delegação Aduaneira de Vilar Formoso, 28 de Outubro de 1986

O CHEFE DA DELEGAÇÃO
(Júlio Pereira Pires)

VESTUÁRIO EM CABEDAL E ANTÍLOPE
CONFECCIONAMOS POR MEDIDA
PINTAMOS E ARRANJAMOS
CASACOS DE CABEDAL
CONFECÇÕES STAHL, LDA.
AV. MARQUES DE TOMAR, 68-1.° ESQ.
77 11 58 — 1000 LISBOA

PATENTE

Vende-se ou concede-se lincença para exploração em Portugal da Patente de Invènção n.° 70 125 para: «PROCESSO PARA A FABRICAÇÃO DE SILICATO DE MAGNÉSIO E DE ALUMÍNIO SINTÉTICO, E DE COMPOSIÇÕES FARMACÊUTICAS QUE O CONTÊM».

Trata: CLARKE, MODET & C.ª LDA.
Patentes e Marcas
Rua Castilho, 201 — 3.° Esq.
1000 — LISBOA

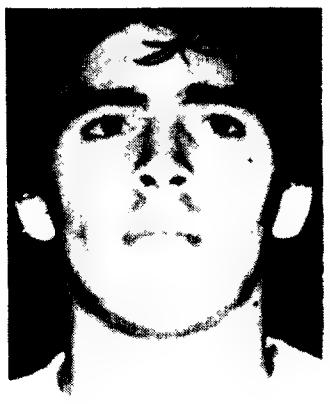
Bragança "versus" Federação

A Comissão Administrativa do Grupo Desportivo de Bragança decidiu reagir à decisão da FPF de interditar o Estádio Municipal, indo até à ameaça do abandono da Segunda Divisão.

A comissão não aceita de forma alguma a resolução tomada pelos órgãos federativos por nada justificar tal punição, pois ela se baseia em incidentes «inexistentes» quando do encontro com o Desportivo das Aves, a contar para a 7.ª jornada do «Nacional» de Futebol da Segunda Divisão.

Foi já pedida cópia do relatório da PSP local e do árbitro bracarense Francisco Gonçalo, que dirigiu o encontro, pois nada se passou com a equipa de arbitragem, reservando-se a comissão a tomada de medidas drásticas para as quais conta com o apoio da população.

Maradona-Bayern: namoro reacendido



O Bayern de Munique mantém negociações com o futebolista argentino Diego Maradona, que poderá integrar o plantel do clube bávaro a partir da temporada de 1988 — anunciou Uli Hoeness, «manager» dos campeões alemães-federais.

Em declarações publicadas pelo diário alemão-federal «Bild», Uli Hoeness afirmou: «uma superestrela como Maradona custa muitos milhões, mas nós podemos reuni-los».

Maradona, considerado unanimente o melhor futebolista mundial da actualidade, recebeu bem a hipótese de uma mudança para o Bayern no final do contrato que cumpre no Nápoles, de Itália. **«Gosto de Munique e, além disso, as minhas relações com Hoeness são as melhores»** — disse Maradona, também em declarações ao «Bild».

O «namoro» dos dirigentes do Bayern iniciou-se quando o internacional argentino representava o Barcelona, de Espanha, e foi retomado recentemente numa feira de artigos desportivos realizada em Munique.

Estremoz inaugura pavilhão

O pavilhão gimnodesportivo municipal de Estremoz é inaugurado no próximo sábado.

A obra, efectuada integralmente pela câmara local, iniciou-se em Outubro de 1983 e constou da adaptação do rinque municipal a pavilhão.

O programa inaugural inclui o desfile das colectividades desportivas do concelho, um sarau de ginástica e jogos de hóquei em patins e de andebol de sete.

Sócrates: retorno festejado

O futebolista Sócrates regressou da melhor forma à competição após uma ausência de três meses ao marcar um dos golos da vitória do Flamengo sobre o Goias, por 4-0.

Kita, recente aquisição do ataque flamenguista, pôs em delírio a multidão de adeptos quando completou um «hat-trick», mas o carinho dos adeptos concentrou-se no veterano Sócrates, de 33 anos, que conduziu toda a manobra da equipa e assinou um golo espectacular. **«O futebol brasileiro ficou mais artístico e tecnicista com o regresso de Sócrates»**, referia o «Jornal do Brasil», que atribuía ao centro-campista o máximo de pontuação na sua apreciação individual.

O internacional brasileiro recuperou assim de uma afecção da coluna que chegou a pôr em risco a sua carreira futebolística.

Mais três brasileiros para o Farense

Depois de goradas as negociações com Lorival e Ademir, o Farense resolveu contratar os brasileiros Nilsson e Orlando (estes já «aprovados» pelo técnico Cláudio Garcia) tendo igualmente mandado vir «sem compromisso» Luisão. Estes três futebolistas já se encontram em Faro, onde, a partir de hoje, irão ser apreciados por Cláudio Garcia. Segundo nos informou o vice-presidente José Alves, os dois primeiros passam desde já a fazer parte do plantel do Farense enquanto Luisão terá que mostrar quanto vale.

Sorteio da "Taça"

Bombarral e Porto Santo terão "ilustres visitantes"

A segunda eliminatória da Taça de Portugal em Futebol vai ter apenas um jogo entre equipas da Primeira Divisão, a disputar no Estádio das Antas, entre o Futebol Clube do Porto e o Salgueiros.

O sorteio, efectuado num hotel de Lisboa, foi favorável às equipas da Primeira Divisão, que na maioria jogam com equipas dos escalões secundários ou regionais.

Além do Futebol Clube do Porto - Salgueiros, o sorteio determinou dois outros jogos considerados «grandes»: o Farense - Estrela da Amadora, em Faro, e o Vitória de Guimarães - Vitória de Setúbal, no Norte.

O Benfica desloca-se ao campo do Bombarralense, e o Sporting vai ao Porto Santo defrontar o clube local orientado por Vítor Gonçalves, antigo futebolista do Atlético e do Sporting.

A segunda eliminatória, a disputar no dia 23 do corrente, terá 128 equipas (64 jogos), e integra pela primeira vez os clubes da Primeira Divisão.

As equipas da Primeira Divisão terão o seguinte calendário: Clube Desportivo Lousanense - **Belenenses**; **Portimonense** - Leixões; **Futebol Clube do Porto** - **Salgueiros**; Beira-Mar - **Varzim**; Felgueiras - **Chaves**; Bombarralense - **Benfica**; Portosantense - **Sporting**; **Farense** - Estrela da Amadora; **Rio Ave** - Valonguense; Juventude de Évora - **Boavista**; Trofense - **Braga**; **Guimarães** - Setúbal; Oliveira do Douro - **Académica de Coimbra**; **Marítimo** - Sport Clube Lourinhanense; e **Elvas** - Futebol Clube de Marco.

Restantes jogos da segunda eliminatória: Clube Futebol União - Associação Desportiva de Fafe; Montijo - Benfica de Castelo Branco; Caldas - Monte de Caparica; Infesta - Nazarenos; Famalicão - Pedrouços; Lousada - Lixa; Tondela - Santa Maria Futebol Clube; Naval Primeiro de Maio - Usseira; Oliveira do Hospital - Ermesinde; Estoril - Sintrense; Feirense - Moura Académico Clube; Sport Clube Lusitano - Eléctrico de Ponte de Sor; Esposende - Louletano; Moreirense - Estrela de Portalegre; União de Santiago do Cacém - União de Leiria; Guarda - Ovarense; Guiense - Vizela; Moreirense - Lourosa; Silves - Sesimbra; Samora Correia - São Pedro da Cova; Benfica Águia Sport - Cartaxo; Anadia - Cesarense; Torreense - Vilafranquense; Nacional - Marialvas; Marinhense - Águeda; Ponte da Barca - Académico de Viseu; Altético do Cacém - Paços de Ferreira; Mirense - Espinho; Freamunde - Desportivo das Aves; Alvorense - Estarreja; Cambres - Altético; Amares - Belmonte; Gil Vicente - Esperança de Lagos; Bragança - Valdevez; Feirense - Sacavenense; Santa Iria - Seixal; Vieira - Luso; Cova da Piedade - Portalegrense; Covilhã - Vitória de Lisboa; Penafiel - Olivais e Moscavide; União de Lamas - Lusitano Futebol Clube; Oriental - Macedo de Cavaleiros; Torralta - União de Coimbra; Oliveira do Bairro - Mangualde; Almeirim - Paroquial de Fátima; Barreirense - União de Santarém; Olhanense - Odivelas; Lafense - Ferrel; e Joane - Peniche.

Os jogos de desempate, se necessários, efectuam-se no dia 27 às 15 horas, ou no dia 3 de Dezembro, se envolverem equipas a disputar a Taça UEFA.

O funcionário federativo Augusto Pereira exibe mais uma bolinha ante a curiosidade dos assistentes ao sorteio

Colóquios sobre arbitragem

Para início da série de colóquios sobre diversos aspectos da «arbitragem do futebol», previsto no plano de actividades do Conselho de Arbitragem da AFL para a época 1986/87, realiza-se no próximo dia 6 do do corrente pelas 21 horas na sede do Casa Pia Atlético Clube, Largo do Conde Barão, em Lisboa, uma sessão na qual será debatido o tema «A arbitragem do futebol juvenil», com a presença dos seguintes convidados: David Sequerra (moderador), Francisco Calado (dirigente), Aurélio Pereira (treinador), Carlos Silva (secretário técnico) e António Marçal (ábitro).

S R

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO
SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA E ENERGIA

Direcção-Geral de Energia

ÉDITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do Art.º 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção de Serviços Regional, sita em Lisboa, na Rua Pascoal de Melo, 81-3.º, em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes éditos no «Diário da República», o projecto apresentado pela EDP – Electricidade de Portugal-EP, Direcção Distribuição Tejo, a que se refere o processo 1/6341, arquivo 9, para o estabelecimento no concelho de Mafra, de uma linha aérea a 10 KV, n.º 1275/R-15, com 95 metros, do poste n.º 14 da linha n.º 1275 ao PT n.º 3263-C de Gabriel Eduardo da Silva, em Carrasqueira de Baixo.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção de Serviços Regional, dentro do citado prazo.

Direcção de Serviços Regional de Lisboa, em 22 de Outubro de 1986

Pel'O ENGENHEIRO DIRECTOR DE SERVIÇOS

Joaquim Gonçalves dos Santos

S. R.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO
SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA E ENERGIA

Direcção-Geral de Energia

ÉDITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do Art.º 19 º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei n º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção de Serviços Regional, sita em Lisboa, na Rua Pascoal de Melo, 81-3.º, e na Secretaria da Câmara Municipal do concelho de Vila Franca de Xira, em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes éditos no «Diario da Republica», o projecto apresentado pela EDP – Electricidade de Portugal-EP, Direcção Distribuição Tejo, a que se refere o processo 1/6324, arquivo 9, para o estabelecimento na freguesia de Alverca do Ribatejo, concelho de Vila Franca de Xira, de uma linha aérea a 30 KV, n.º 101-102/R 158, com 580 metros, do poste n.º 7 da linha n º 101-102/R 52 ao PT n º 3200-C da SANIPEC — Sociedade Comercial de Produtos Agro-Pecuários, Lda., em Alverca do Ribatejo

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção de Serviços Regional, ou na Secretaria daquela Câmara Municipal, dentro do citado prazo.

Direcção de Serviços Regional de Lisboa, em 22 de Outubro de 1986

Pel'O ENGENHEIRO DIRECTOR DE SERVIÇOS

Joaquim Gonçalves dos Santos

Aí está o "segundo acto" dos cincos

A grande "comédia uefeira" recomeça hoje no Bessa

Quando forem 21 horas, será dado o silvo primeiro do árbitro germânico Aron Schidhber e estará erguido o pano para o segundo acto da grande comédia do futebol «uefeiro» com a bola a saltitar no alindado estádio do Bessa. Espectáculo rodeado de emoção e entusiasmo, não faltando o alegre som das fanfarras e o estridente e policrómico fogo-de-artifício. No palco, os atletas do grande clube boavisteiro, e o não menos poderoso «esquadrão» vindo da Escócia. Como se sabe, em Glasgow, verificou-se o 2-1 favorável à turma local, pelo que, Tonanha, Coelho e demais parceiros serão forçados a marcar para que possam prosseguir na grande gala futebolística do Velho Continente. João Alves promete «grande noitada», estando optimista quanto ao desfecho do prélio, naturalmente, porque conhece com rigor a capacidade do seu opositor, mas conta que os seus comandados reúnam as potencialidades bastantes para superar os britânicos.

Espera-se (e todos confiamos) que os boavisteiros realizem uma exibição idêntica à produzida frente à Fiorentina recentemente afastada em jornada que ficará memorável para as gentes afectas ao clube liderado por Valentim Loureiro. Os nossos votos são, naturalmente, para que aquela mesma gente (e todos nós) possa igualmente vir a recordar alegremente a «noitada de hoje».

Às 21 horas

Jogo no Estádio do Bessa. Árbitro: Aron Schmidhuber (RFA), auxiliado por Peter Schaefer e Horst Hellwig.

BOAVISTA — Hubart; Queiró, Frederico, Adão e Caetano; Walker, Agatão, Tonanha e Casaca; Nélson e Coelho.

Treinador: João Alves.

RANGERS — Woods; Nicholl, Butcher, Ferguson e McPherson; Munro, Fraser, Fleck e Cooper; McCoist e Durrant.

Treinador: Graeme Souness.

Todos os ases no baralho

Para a Taça dos Campeões — prova rainha do calendário europeu — teremos, nas Antas, a visita dos checoslovacos do Vitkovice que trazem no bornal um golo de vantagem. Obviamente, que os «dragões» reúnem favoritismo quanto ao desfecho da eliminatória, já que o seu quadro é formado por elementos de superior gabarito técnico e vivem um momento de forte saúde psicológica, mercê dos resultados que têm vindo a averbar no campeonato interno bem aferidos através de exibições de elevada graduação espectacular, como recentemente se verificou no palco do Restelo frente aos eufóricos belenenses e seria confirmada nas Antas perante o Sporting. Artur Jorge — treinador de atributos singulares — mostra-se optimista, ainda que vá mentalizando os seus «pupilos» de que o Vitkovice não é nenhuma «pêra doce», como aliás ficara demonstrado no encontro efectuado em Praga. E, através do comportamento da turma checa no campeonato do seu país, verifica-se que é fora do seu reduto que produzem futebol de superior bitola técnico-táctica.

Nas Antas, vive-se um ambiente de esperança e confiança ainda que sem qualquer exagero, que poderia ser pernicioso e nada de lesões, pelo que os 17 elementos, que foram escolhidos para o confronto com o Sporting, se encontram «disponíveis» para que Artur Jorge possa fazer opções sem problema. Quanto ao «onze» inicial, ele será conhecido em «cima da hora» como vem sendo habitual, todavia ele sairá deste lote: Zé Beto, Mlynarczyk, João Pinto, Celso, Eduardo Luís, Inácio, Jaime Pacheco, Jaime Magalhães, Frasco, André, Quim, Lima Pereira, Sousa, Gomes, Futre, Juary e Madjer. Como se vê, os ases estão todos no baralho.

Para a Taça das Taças, continua o «prélio» Benfica - Bordéus e o nosso redactor, **Neves de Sousa,** dá, na página seguinte, a visão do grande confronto a realizar naquela cidade gaulesa, para onde se deslocou como enviado especial do «DL» e, o amigo leitor poderá ler aqui, na edição de amanhã, pormenores mais actuais relacionados com a viagem dos benfiquistas, ambiente local e as «últimas» da derradeira preparação para o embate, naturalmente aguardado com alguma emoção por parte dos nossos compatriotas que se encontram radicados naquelas paragens. Emoção que por cá igualmente se fará sentir, com igual intensidade e expectativa.

●

Sporting e V. Guimarães são parceiros do Boavista na Taça UEFA e cabe-lhes o confronto ibérico, tendo como opositores, respectivamente, o Barcelona e o Atlético de Madrid. Os «leões» actuarão no «solar de Alvalade» e cabe-lhes a dura tarefa de anular e superar o golo de desvantagem trazido de Manzares com dois golos no activo. Tarefas distintas e obviamente estratégias desiguais. Manuel José e Marinho Peres irão colocar no tabuleiro as pedras julgadas mais adequadas à dinâmica do «association» e enquadradas pelo objectivo pretendido.

Recorde-se que Morato não poderá integrar o plantel de que Manuel José conta para o grande embate frente ao poderoso «Barça» que também se vê impedido de contar com a colaboração do inglês Hughes lesionado no encontro de Gijón. Estas são as duas ausências mais significativas para o espectáculo de Alvalade.

No que se refere aos minhotos, Marinho Peres dispõe de todos os elementos em condições de actuar (e acrescente-se que o prémio pela passagem à fase seguinte é de 250 contos) sendo de prever que o «quadro» inicial seja o mesmo que defrontou o Chaves.

Tarefas diferentes, naturalmente: ao Sporting é forçoso «virar» o resultado, enquanto que aos minhotos bastará não sofrer mais do que um golo. Missões distintas, igual confiança.

Alves Henriques

Catalães chegam a Lisboa

COM APOIO DE:

EURO-PRÁTICO

Soc. Comer. de Imp., Exp. & Representações, Lda

A casa das brilhantes ideias

No final desta manhã

Não havia acordo RTP-Boavista para a transmissão do encontro

O boato já circulava na tarde de ontem, sobretudo na cidade do Porto. O jogo Boavista-Glasgow Rangers poderia ser transmitido pela RTP já que, (dizia-se (e diz-se)), decorrem negociações entre as duas entidades, no sentido de se chegar a acordo quanto à sua transmissão.

Para o necessário esclarecimento contactámos, esta amanhã, a Radiotelevisão Portuguesa, tendo-nos sido dito que «não há acordo». Assim mesmo. Perante o laconismo da informação, insistimos em saber se o «acordo» ainda seria possível durante o dia de hoje, sendo-nos acrescentando de que **«não será crível».** Da 5 de Outubro, nada mais. Fizemos «agulha» para o Boabista e o major Valentim Loureiro disse ao «DL»: **«neste momento não existe, realmente, qualquer acordo estabelecido entre o clube e a RTP o que não invalida que daqui por umas horas a questão se possa alterar».**

Pronto: vaticinamos na transmissão, por razões óbvias.

O SERVIÇO E A QUALIDADE FAZEM A DIFERENÇA...

Lagosta Real
VIVEIROS PRÓPRIOS MARISCOS SEMPRE FRESCOS
Especialidade da casa
CALDEIRADA DE LAGOSTA
À MARINHEIRA
COZINHA MINHOTA
R. PORTAS DE ST.º ANTÃO, 37 – TEL. 32 39 95

MARISQUEIRA DA BAIXA
Especialidade:
MARISCADA VARIADA
FEBRAS DE JAVALI NO CHURRASCO
RUA PORTAS DE ST.º ANTÃO, 41
TELEFONE 32 78 67

SOL Dourado
Especialidade:
ARROZ DE MARISCO
CABRITO À PADEIRO
RUA JARDIM DO REGEDOR, 19-25
TELEFONE 37 25 70

tem tem
Especialidade:
CHURRASCO NO CARVÃO
FONDUE
RUA D. ANTÃO DE ALMADA, 5-A
TELEFONE 36 59 44

Benfica: vai imperar a força do seu prestígio?

Neves de Sousa
nosso enviado especial

Bordéus — Difícil? Pois claro. Mas, que se pode conquistar neste mundo de Deus que não seja consequência directa de muito esforço e alguma inspiração?

O certo é que, na noite de 22 de Outubro, no soberano palco da águia, o Benfica não conseguiu amealhar vantagem suficiente para encarar afoitamente, despreocupadamente, esta viagem às margens do rio Garona, à cidade francesa de Bordéus onde os cerca de 350 mil habitantes estão (quase na totalidade) ligados umbilicalmente à colectividade que apostava no moço português para fazer miséria no palco relvado do seu símbolo clubista de maior representatividade. Exacto: a carta na mesa chama-se Fernando Chalana. Hoje, é pouco mais que um estranho, uma desilusão, um fortuito atirador que (por cá e infelizmente) não justificou fama nem mérito mas arrebanhou boa fatia do mais original totoloto dos nossos tempos: as «luvas» que se pagam a um atleta pela rubrica em contrato.

●

Evidente, mais que explicado: Fernando Chalana não tem qualquer culpa no cartório. Nem a gentil Anabela, que está a três semanas de juntar outro menino ao Duarte, filho do seu primeiro matrimónio. O certo é que, mal os portugueses que rodeiam o Benfica desembarcam em Bordéus, na espera do grande cotejo de 4.ª feira, a pergunta é directa, incisiva e (até) em tom mordaz:

— E o Chalana? Sempre volta? Quer jogar?

Deixemos isso para outras núpcias. Estamos na capital do distrito do Garona, o rio (manso, tranquilo) desfilando sob aquela monumental ponte de pedra com 480 metros de espreguiçamento. Bordéus é um pequeno mundo à espera de grandes fortunas: pelo seu porto desfilam muitas qualidades de produtos vinícolas, se exportam produtos da indústria mecânico-naval, enormes estruturas metálicas, resinas e azeites, madeiras e conservas. Foi aqui, neste recanto do golfo da Biscaia, que nasceram muitas figuras que fizeram história: desde Magendle (o famoso fisiologista do sistema nervoso) a S. Paulino, o santo bispo de Nola que viveu entre 353 e 431 e foi autor de poesias e cartas latinas.

Sabe-se que, no auge do confronto mundial que ceifou milhões de vidas na década de 40, Bordéus sofria um bombardeamento aéreo em cada oito horas: não era impunemente que aqui residia boa quota da indústria de guerra francesa, com a fundição de motores aeronáuticos na primeira linha.

Bordéus que, desculpem esta partícula de mergulho na cultura geral, foi capital da Aquitânia Segunda (como já fôra dos bitúrgicos) nesses primórdios da beira de quatro séculos. Os romanos gostaram do local: e por cá se estabeleceram, erguendo documentos imóveis reveladores da sua posse. E o tempo decorria até que (1154) o famoso Henrique Plantageneta juntou à sua coroa a beleza radiosa da esbelta Alienor da Aquitânia: os ingleses desfilavam sobre a terra como em terreno conquistado entre lençóis.

Quando baixou o pano sobre a Guerra dos Cem Anos (1453) o porto de mar que era fecundo criador de riquezas passou a ser pretexto para mil disputas, tal a catadupa de fortunas a que dava razão: os franceses passaram a novo domínio mas apenas quando corria o século XVIII voltou a antiga arca de haveres a desnudar-se: lá longe, as Antilhas eram chamariz para a feroz e vil negociata de escravos que, misturados com a doçura do açúcar, iam saborear fel do outro lado do mar longínquo. Hoje, a cidade é um prazer de deuses: monumentos como a catedral de Santo André (recordando matrimónios reais: Luís VII, Luís XIII) alinham para o viajante na mesma galeria de contemplações onde moram as igrejas de S.ª Cruz, S.ª Eulália e Saint-Seurim, mármores e granitos preciosos que evocam lendas e trazem à conversa saudades contidas, aglutinadas, talvez recalcadas, em páginas de História cheia de alternantes.

●

Desculpe, amigo. Perdoe, leitor. Talvez o que, basicamente, lhe interesse neste momento é que o Sport Lisboa e Benfica ultrapasse esta barreira da Taça dos Clubes Vencedores de Taças, suplantando o nulo a um golo registado há duas semanas no rectângulo lisboeta. Aos nossos embaixadores bastará (sobrará...) um novo empate mas no mínimo por dois tentos: e seria extremamente belo concretizar um contrato de viabilização para prosseguir em andanças europeias, agora que a vida se tornou mais fácil, desafogada e livre de larga fatia de pesadelos e dúvidas dentro do luso campeonato que trava para dar passagem a festim superior.

Evidente, salta pelos olhos dentro: num país com 53 milhões de habitantes, com 1 194 189 futebolistas registados numa federação com 20 clubes de primeira instância, é fácil ao Bordéus ter um campo de acção desanuviado: assim conseguiu três títulos franceses, uma «Taça» do seu país, já onze presenças em competições europeias, nisto de futebol, rei e senhor das maiores plateias e da mais ampla divulgação.

Mas (aí está a memória fevilhando) este Bordéus fundado em 1881, dono de um estádio onde (certamente) amanhã vão estar 30 mil almas em polvorosa já foi eliminado de rota no velho continente pelo Sporting (Taça UEFA, 65/66) como também atirou pela borda fora o Futebol Clube do Porto, naquele incrível jogo que se conclui com o atirar de moeda ao ar, corria a temporada 66/67. Daí, portanto, que sejam de temer as famas e o rótulo dos manos jugoslavos Zlatko e Zoran Vujovic, como o prestígio e a popularidade dos Tiganas e dourada companhia, aqueles cavalões que, face aos 90 mil que emolduravam o estádio benfiquista, abriram a contagem por Zoran e 14 minutos mais tarde viram Rui Águas (mano de roqueira de 1.ª, primo de treinador cimeiro e filho de vedeta da mais fina linha) igualar dificilmente um marcador que deu enorme motivo para todas as cogitações, ainda hoje patentes nos rostos e nos pensamentos de quem viajou no «charter» que a TAP rotulou de 8132/33, entendendo-se que o reverso da moeda de vinda até Bordéus significará o «diga 33» que constitue o alívio do paciente e a alegria do médico.

Aqui, no Hotel Sofitel Aquitânia, a oficial embaixada benfiquista e os jornalistas preparam-se para avançar até ao estádio bordelense, onde terá lugar o único (e último) apronto da turma da águia antes do ingrato cotejo da noite de amanhã. Não há preocupação em demasia: o Benfica domina o campeonato luso e mesmo sem contar com Manniche, ultrapassou a esgrima com vilacondenses, segue ufano no concerto de um cortejo onde marca a sinal clubista como a segunda defesa e, ao lado do belenenses, também assina o tom de ataque que secunda o magestático Futebol Clube do Porto. Em contrapartida, do outro lado da barricada, encontramos um Bordéus também altamente moralizado: empatou na deslocação a Toulouse (1-1) e dá o braço ao Marselha na chefia da emulação tricolor. Aqui está (portanto) como estamos perante uma verdadeira discussão de cúpula entre os actuais chefes do futebol francês e português, pretexto para milhares dos nossos emigrantes amanhã incentivarem para o êxito a turma que é (em derradeira análise) a menina de todos os olhos de quem está por aqui, longe da sua terra mas desejoso de para ela carrilar, na madrugada de 5.ª-feira, uma glória mais para o desporto verde-rubro.

●

Deixem, porém, que conte: muitas excursões de portugueses estão chegando a Bordéus, já se anunciando para amanhã que o lote maior dos que se deslocaram de Portugal irá percorrer a região de Medoc, onde o vinho é rei (com as famosas caves «Chateau Mouton Rothschild») ou esses verdadeiros museus que são o «Canet» e o «Lanesson», a desvendarem os paladares a quem vem de longe. Porém, tal como nós apenas presos ao «show» futebolístico, viajaram de nossa terra muitas centenas de admiradores do Benfica que somente esperam a primeira apitadela no estádio para incrementarem o delegado do desporto lusíada a alto cometimento.

E, na verdade, todos esperamos isso. O Benfica bateu (tranquilamente) o Rio Ave, apresentando na liça um «onze» que não tremeu ante a ausência do dinamarquês «alto, tosco e louro». Lembram-se de quem alinhou no sábado? Exacto: Silvino; Dito, Veloso, Oliveira e Álvaro; Shéu (mais tarde substituído por Zikovic); Diamantino, Carlos Manuel e Vando; Chiquinho e Rui Águas. Aconteceu aquela substituição de Diamantino por César Brito: nada perturbou o rendimento rubro.

Agora, como será? Uma caravana opulenta fez a viagem: o presidente Fernando Martins, os dirigentes Júlio Borges (quase a um passo de tomar o rumo profissional de Macau) e Carlos Vasconcelos, o treinador Mortimore, o adjunto Toni, o médico dr. Amílcar Miranda, o massagista Hamilton Marques da Pena e, como é habitual, um roupeiro (José Luís) para carregar com a bagagem dos futebolistas.

A recuperação de Nunes é um facto: a lesão no Suíça-Portugal já lá vai. Pietra está convalescente de intervenção cirúrgica ao joelho direito. Todavia, a dúvida, a expectativa ressalta de uma questão: que táctica será apresentada por Mortimore face ao problema criado por Manniche?.

Jogue a moeda ao ar, meu caro companheiro de leitura. Só lhe posso adiantar: se os portugueses ficarem confinados à quase trivial fronteira do contra-ataque, pode acontecer surpresa de todo o tamanho em Bordéus. Caso contrário, se não estiver bem travado o percurso até Silvino, se acontecer um só instante de falência lusíada, adeus minhas encomendas. E que enorme banho de água fria iria tombar sobre a espinha de milhares de compatriotas que, a esta hora, já tomaram de assalto a cidade que espreita o mar e vai adormecer sonhando com ouro na carteira.

Os jogadores para Bordéus

Por forçada ausência de Manniche (lesão), Benfica fez deslocar a Bordéus os seguintes jogadores: Silvino, Dito, Veloso, Oliveira, Álvaro, Sheu, Carlos Manuel, Nunes, Vando, Diamantino, Rui Águas (o provável «onze» inicial), Neno, Samuel, Bastos Lopes, Zivkovics, José Luís e Chiquinho.

CRÍTICA

Concertos de Mozart por Maria João Pires

Mário Vieira de Carvalho

Nos cartazes que anunciavam há dois séculos em Viena as «academias» (ou concertos) em que Mozart participava com a sua música, não era às obras interpretadas nem ao seu autor que se dava relevo. O repertório propriamente dito sumia-se em caracteres miu-dinhos, enquanto as letras gordas eram reservadas ao que constituía a verdadeira atrac-ção do espectáculo: o executante, o «virtuose» do teclado.

A ideia de obra musical não tinha ganho ainda autonomia bastante para se impor, nesse tipo de espectáculos, como objecto principal da recepção. E se a música, pelo menos nos círculos mais cultivados ou «iluminados», já era considerada uma linguagem - a «linguagem dos sons», como lhe chamaram Marpurg ou Gluck - era-o sobretudo no acto da sua realização sonora pelos melhores intérpretes. Em relação à própria conceptualização da música, podia ser decisivo quem tocava: para Marpurg, por exemplo, era difícil encontrar quem, além do velho Bach, fizesse «falar» a música...

Lídimo herdeiro desta tradição, Mozart distinguia, por sua vez, entre os «conhecedores» que o compreendiam e o público que se dava por satisfeito mesmo sem o compreender. No primeiro caso, estabelecia-se uma corrente de comunicação profunda entre o artista, na sua dupla qualidade de compositor e intérprete, e o receptor. No segundo caso, havia, quando muito, uma fruição superficial da «habilidade» do executante, com a música relegada à função de mero pretexto. A filosofia dos cartazes da época exprime ambas as faces dessa posição privilegiada assumida pelo intérprete.

Decorridos dois séculos, quando o paradigma da «música absoluta» com as consequências inerentes (autonomia da obra, institucionalização da sala de concertos como lugar de realização da música autónoma) se tornou um dado tão adquirido para a cultura europeia que já ninguém se representa a coisa doutra maneira, a relação compositor-intérprete - sobretudo, como passou a ser regra, tratando-se de pessoas dissociadas, e dissociadas por lapsos de tempo que se medem em séculos - problematizou-se ainda mais. Ganhou acuidade, como nunca antes, a contradição entre a música escrita e a música realizada, redescoberta, reinventada no momento da execução. A música europeia tornou-se, cada vez mais, cenário de um conflito desconhecido noutras culturas musicais, a saber, entre a obra codificada num texto e a sua objectivação sonora. O executante moderno afirma-se como mediador do compositor, através da descodificacão do texto. Ao contrário dos músicos de outras culturas, extra-europeias, por exemplo da India, onde a competência musical é exercitada e adquirida pelo acto de criar a música no próprio momento em que se tange um instrumento, onde criação e execução são indissociáveis, onde a música nasce não de um percurso pré-estabelecido ou pré-determinado num «diagrama» mas do jogo livre da imaginação do executante, nomeadamente reagindo a outros executantes, dentro do sistema de valores ou da sintaxe musicais em que todos se entendem, o nosso executante europeu depara-se com uma dificuldade muitas vezes insuperável: ser fiel ao «diagrama» e, ao mesmo tempo, libertar-se dele. O grande intérprete, para nós, europeus, é aquele que vai muito além da «leitura» da partitura. Ser bom intérprete de Mozart nem sequer é tentar reproduzir, hoje, o que por mera especulação mais ou menos pretensiosa se entenderia ser a execução de Mozart, mas interiorizar, a partir das notas mudas inscritas na pauta, uma imagem de Mozart e dar-lhe vida sonora como se a música tivesse passado a ser sua (dele, intérprete).

O Mozart de Maria João Pires é tanto mais Mozart quanto mais ela está presente, com todo o seu ser, naquela música. A sua arte está em pôr a sua técnica perfeita ao serviço desse desiderato: exprimir-se a ela própria, identificando-se, mais por intuição do que por análise, com a imagem que formou das obras que interpreta. Mas, como todos os intépretes, mesmo os do seu estofo, Maria João Pires está sujeita às condições específicas que rodeiam tal ou tal execução. O mercado da música tem as suas leis, impõe os seus prazos, rege-se segundo a vontade de certas instituições, e tudo isso interfere com o artista e as suas disposições íntimas. Agora, tratava-se de mais um concerto com a Orquestra Gulbenkian, sua parceira de tantos êxitos assinaláveis, inclusive, em disco. Para realizar o programa - três obras para piano e orquestra de Mozart (concertos K.449, K.467 e K.488) - a direcção foi entregue a Max Rabinovitch, concertino da orquestra e profissional experimentado. Ambos - orquestra e maestro - se saíram bem; fizeram, para assim dizer, trabalho limpo. No entanto, faltou qualquer coisa: a música, na orquestra, foi tocada, mas não foi assumida. E isso que faltou na orquestra fez falta a Maria João Pires: como não se estabeleceu uma verdadeira corrente de comunicação entre a orquestra e a solista, também esta não se deu tanto como nas ocasiões em que atinge a sua maior plenitude. Tudo se passou como se a orquestra estivesse ali, apenas, para sustentar a solista, quando o que era necessário era um parceiro congenial que competisse em musicalidade com ela, que criasse uma dinâmica de parada e resposta onde cada um estimulasse o outro à superação de si próprio em espontaneidade criativa. Por isso teve mais força o extra-programa a solo do que a soma dos três concertos a que o programa obrigava. Foi, tanto quanto me pareceu, o momento de maior concentração da solista.

Maria João Pires

W. A. Mozart

Um cartaz que reflectisse as condições actuais de produção desta série de dois espectáculos integralmente preenchidos com concertos de piano de Mozart (aliás, não assisti ao primeiro, em que o chefe de orquestra foi Scimone) representaria, como há duzentos anos, a solista em letras mais gordas do que o compositor. Toda a atracção estava na solista e daí o ter-se gerado uma espécie de cumplicidade entre produtor e consumidor. O consumidor queria Maria João Pires, deu-se-lhe Maria João Pires, enquanto a componente orquestral se acomodava modestamente em segundo plano. O resultado foi, evidentemente, menos musical, porque menos mozartiano, ou menos mozartiano, porque menos musical. E eis como a sujeição da programação musical a um tipo de critérios que tem mais a ver com leis de mercado do que com opções de política cultural determina para produtor e consumidor a neutralização parcial daquilo mesmo que se pretende produzir e consumir: a música. A comunicação foi mais pobre e quem mais perdeu com isso foi o público: contradições inerentes às leis do mercado da música.

EXT. SÉNECA
Tels: 52 00 92, 82 27 76, 82 35 31

TRIBUNAL CÍVEL DA COMARCA DE LISBOA 14.º JUÍZO

ANÚNCIO

O DOUTOR ANTÓNIO PEDRO FIGUEIRA FERREIRA DE ALMEIDA, JUIZ DE DIREITO DO 14.º JUÍZO CÍVEL DA COMARCA DE LISBOA – 3.ª SECÇÃO

FAZ SABER QUE por este tribunal e nos autos de ACÇÃO ORDINÁRIA n.º 4062 que SOC. PORTUGUESA DE AR LÍQUIDO (ARLÍQUIDO), SARL, com sede na Rua Quinta do Almargem, 14, em Lisboa, move contra TPV – SOC. TÉCNICA PARA PREVENÇÃO E VIGILÂNCIA, LDA., com última sede conhecida na Célula 15, Bloco C, Lote 2-6.º-Dt.º, em Carnaxide – Linda-a-Velha – Oeiras, e OUTROS; correm éditos de TRINTA DIAS, que começarão a contar-se da segunda e última publicação do anúncio, citando aquela ré para, no prazo de VINTE DIAS, findo o dos éditos, contestar, querendo, a acção cujo pedido da autora consiste na condenação solidária dos réus a pagar-lhe a quantia de 1 410 000$00, montante de letra cambial junta aos autos, acrescida de juros legais à taxa de 6% ao ano, desde a citação e até integral pagamento.

É advertida a ré de que a falta de contestação importa a confissão dos factos articulados pela autora.

Lisboa, 20 de Outubro de 1986

O Juiz de Direito,
(António Pedro F. Ferreira de Almeida)

O Escrivão-Adjunto,
(António Dinis Fernandes dos Santos)

"D.L." 4/11/86 – 2.ª Pub.

TRIBUNAL DA COMARCA DE LISBOA

10.º JUÍZO CÍVEL

ANÚNCIO

Por este Tribunal correm éditos de trinta dias, que começarão a contar-se da 2.ª e última publicação do anúncio, citando os réus para no prazo de 20 dias, findo o prazo dos éditos, contestaram a acção, sob pena de poderem vir a ser condenados no pedido que, extracto, é o seguinte. pagarem ao autor a quantia de 837 587$00 e legais acréscimos, tudo como melhor consta do duplicado da petição inicial que se encontra à sua disposição na Secretaria deste Tribunal, às horas de expediente e para no prazo da contestação, deduzir oposição, querendo ao pedido da concessão do benfício da assistência judiciária.

Acção Ordinária n.º 4856, 2.ª secção.

Autor Felisberto Pinto, residente na Rua José Domingos Barreiros, 6-3.º-Dt.º, em Lisboa.

Réu JOÃO DUARTE DA FONSECA, com a última morada conhecida na Rua Capitão Leitão, 98-r/c, em Lisboa.

Lisboa, 24 de Outubro de 1986

O Juiz de Direito,
(Celestino Cabanas Bento)
O Escrivão de Direito,
Joaquim Rosa Fernandes Figueiredo)

"D.L." 4/11/86 – 2.ª Pub.

TRIBUNAL CÍVEL DA COMARCA DE LISBOA 13.º JUÍZO

ANÚNCIO

Por este Tribunal correm éditos de trinta dias, que começarão a contar-se da publicação do segundo e último anúncio, citando o réu MANUEL ANTUNES FERNANDES, para comparecer pessoalmente neste Juízo, no próximo dia 6 de Janeiro de 1987, pelas 10H00, ou fazer-se representar por procurador com poderes especiais para transigir, a fim de se proceder à tentativa de conciliação nos autos de acção de Despejo que lhe são movidos pelos funtamentos constantes da petição inicial, cujo duplicado ficará nesta secretaria à sua disposição. É citado ainda para, no caso de não comparecer qualquer das partes ou de se não obter o acordo, contestar a acção no prazo de CINCO DIAS a contar daquela data, sob pena de ser condenado no pedido. Pode no mesmo prazo, deduzir, querendo, em reconvenção, o pedido de benfeitorias e indemnizações a que se julgue com direito.

Acção Especial de Despejo n.º 5430 da 3.ª secção em que é autora MARÍLIA DA FONSECA VAZ, e réu MANUEL ANTUNES FERNANDES, casado, empregado da Marinha Mercante, com última residência conhecida na Rua Nova do Loureiro, 37, em Lisboa.

Lisboa, 29 de Outubro de 1986

O Juiz de Direito,
Ilegível

O Escrivão Adjunto,
Ilegível

"D.L." 4/11/86 – 2.ª Pub.

TRIBUNAL CÍVEL DA COMARCA DE LISBOA

3.º JUÍZO

ANÚNCIO

Pela 1.ª secção do 3.º Juízo Cível de Lisboa, correm éditos de trinta dias, que começarão a contar-se da data da segunda e última publicação do anúncio, citando a RÉ – CENTRO DIDÁCTICO IDEAL DE COIMBRA, LDA., com última sede conhecida no Pátio da Inquisição, n.º 26, Coimbra, para, no prazo de vinte dias, findo o dos éditos, na Acção Ordinária – Processo n.º 1146/86 que lhe move, na referida secção, a Autora – Publicações Europa América, Lda., com estabelecimento em Lisboa, na Rua das Flores, 45, 1.º e 2.º andares, pelos motivos constantes da petição inicial, cujo duplicado aqui se encontra à sua disposição, contestar a Acção, ficando advertida de que a falta de contestação importa a confissão dos factos articulados pela autora.

Lisboa, 24 de Outubro de 1986

O Juiz de Direito,
(a) Francisco José Capelo Bruto da Costa

O Escrivão-Adjunto,
(a) António José da Silva Martins

"D.L." 4/11/86 – 2.ª Pub.

TRIBUNAL JUDICIAL DE LISBOA

10.º JUÍZO CÍVEL

ANÚNCIO

São citados os credores desconhecidos que gozem de garantia real sobre os bens penhorados aos executados para reclamarem o pagamento dos respectivos créditos, pelo produto de tais bens, no prazo de dez dias, depois de decorrida a dilação de vinte dias, que se começará a contar da data da 2.ª e última publicação do anúncio.

Execução Ordinária n.º 4096, 3.ª secção.

Exequentes – EFACEC – EMPRESA FABRIL DE MÁQUINAS ELÉCTRICAS, SARL

Executado – Gabimóvel – Sociedade de Desenvolvimento Habitacional do Infantado, Lda., com sede na Av. Padre Cruz – Edifício Gabimóvel, Lisboa.

Lisboa, 16 de Outubro de 1986

O Juiz de Direito,
a) Fernando C. Bento

O Escrivão Adjunto,
a/Teófilo A.F. Alvarado

«DL» 4/11/86 — 2.ª Pub.

COMARCA DE VILA NOVA DE FAMALICÃO

ANÚNCIO

para citação de credores desconhecidos

Pelo Juízo de Direito desta comarca, 1.ª Secção, correm éditos de vinte dias, contados da segunda e última publicação deste anúncio, citando os credores desconhecidos da executado JOANEX-PORT-TÊXTEIS EXPORTADORA, LDA, com sede no lugar de Telhado, freguesia de Joane, Comarca de Vila Nova de Famalicão, para no prazo de dez dias, posterior àquele dos éditos, deduzirem os seus direitos na execução movida por PORTUGAL PREVIDENTE-Companhia de Seguros, SARL, desde que gozem de garantia real sobre os bens penhorados.

Vila Nova de Famalicão, 17 de Outubro de 1986

O Juiz de Direito,
Henrique Manuel A. F. Andrade

Pel'O Escrivão
António Campos Castanheira

«DL» 4/11/86 — 2.ª Pub.

Cinema mora no estuário do Sado

Festroia abriu com "Piratas"

Cenas de humor e aventura assinalaram a sessão de abertura do Segundo Festival Internacional de Cinema de Tróia, iniciado sábado à noite na península sadina e em Setúbal. «Piratas» de Roman Polanski, que dentro de semanas deverá estar no circuito comercial português, foi a película escolhida para a abertura, na sala de cinema de Tróia.

«Os Piratas» de Roman Polanski

«É sob o signo da aventura que iniciamos o Festival e foi também de algum modo sob esse signo que em menos de três meses produtores, realizadores e autores responderam ao anúncio do Festróia», disse para uma sala repleta o director do festival, Costa e Silva.

Costa e Silva disse ainda que o Festival continuará a apostar na divulgação de novas cinematografias e de primeiras obras, um sector que conta com sete filmes em concurso.

A sessão de abertura, que contou ainda com dois pequenos filmes de humor, encerrando com «Equinoxe» do canadiano Arthur Lamothe, teve lotação esgotada e foram muitos os que viram as obras sentados nas coxias do «Estúdio 13», uma sala de 400 lugares.

Um filme sueco sobre os esquimós inughuit, um povo do Árctico que na década de 50 sofreu o impacto da civilização, foi o primeiro filme em concurso a ser exibido.

Seguiu-se-lhe, já na sessão inaugural, os desenhos animados de «Festival» (Áustria) e a curta-metragem «Les Petits Coins» (França), também em concurso.

No cinema Charlot, em Setúbal, exibiram-se quatro filmes extraconcurso: «Cidade Oculta», do brasileiro Francisco Botelho, «Ete und Ali» de Peter Kahne (RDA), «Livre para Ser Feliz» de Rajco Grlic (Jugoslávia) e, no ciclo sobre o cinema e a antiguidade clássica, «Intolreance» de David Griffith.

A constituição final dos vários júris do Festival foi oficialmente anunciada no decurso do primeiro dia de exibições.

O júri internacional, a quem caberá atribuir o grande prémio do Festival, é presidido por Karoly Makk (Hungria), coadjuvado por Jean Jacques Adrien, realizador belga, Gleb Panfilov, realizador soviético, pelo crítico e realizador Lauro António e pela actriz Fernanda Lapa.

Ingrid Thulin, a actriz sueca que estava indicada para presidir ao júri, acabou por não estar presente em Tróia devido a «não ter conseguido conjugar datas compatíveis com as filmagens em que actualmente participa», informou a organização do Festival.

Para a secção «O Homem e a Natureza», o júri é composto pelo presidente da Reserva Natural do Estuário do Sado, dois membros da Associação de Municípios do distrito de Setúbal e por uma austríaca.

Dois jornalistas, Afonso Cautela e o espanhol Carlos Hugo Digo Aztairan, integram o júri da secção de curtas-metragens.

Na secção de primeiras obras, o júri é composto pelo escritor Mário de Carvalho e pelos realizadores Hermano Penna (Brasil), e Guy Brau Court, director do Festival de Biarritz (França).

Muitos realizadores, produtores, actores e escritores encontram-se no complexo turístico de Tróia, como convidados ou participantes directos no Festival, que no primeiro dia contou com um dia de céu limpo e mesmo calor.

Entre os convidados, a Imprensa faz-se notar pelo número de profissionais presentes, situado em 142.

O Festival prosseguiu domingo nas duas salas, com a exibição de 16 filmes, metade dos quais procuram um prémio.

Entre eles, por exemplo, o filme «Runaway Train» de Mikhalkov Kontchalovski, que representa os Estados Unidos.

Kontchalovski é o autor do filme «Os Amantes de Maria», que já passou no circuito comercial português.

Ontem à noite

O cinema inglês mais recente ocupou uma parte substancial das exibições da noite de ontem do Segundo Festival Internacional de Cinema de Tróia.

«Mona Lisa», de Neil Jordan, é um dos filmes candidatos ao Grande Prémio do Festival, juntamente com outro filme inglês, «Coming up Roses», de Stephen Bailey, exibidos ontem.

Uma primeira obra, «Wehdigo 'Wetherby', de David Hare, e a curta-metragem «Security», de Peter Bidle, foram apresentados.

No domingo, três filmes fizeram encher a sala do Estúdio de Tróia e um deles recebeu aplausos do público, embora não estivesse a concurso.

A violência foi uma característica dos dois primeiros: o filme colombiano «Tiempo de Morir», uma história de amor impossível e vingança, escrita por Gabriel Garcia Marquez, e a película americana «Runaway Train», de Andrei Kontchalovski, que, na paisagem branca do Alasca, põe em confronto dois evadidos perigosos e uma rapariga num comboio desgovernado que acabará por se destruir.

O público acorreu também, à noite, à exibição do filme francês «Rosa La Rose, Fille Publique» que conta uma história de amor num ambiente de prostituição e proxenetismo.

«Rosa la Rose» de Paul Vecchiali

José Leal, Manuel Baptista e Silvino Sardo (da esquerda para a direita): os três finalistas do Concurso de Fado Amador de Castelo de Vide

"Fado Novo" em Castelo de Vide

Duas canções levam casal à Madeira

«Moda das Tranças Pretas» e «Igreja de Santo Estêvão» proporcionaram a um empregado da Pousada «Rainha Santa Isabel», de Estremoz, uma viagem à Madeira com a esposa, além de duas actuações no Funchal pagas pelas «Organizações Barata».

Manuel Baptista, de 31 anos, foi o sexto fadista amador a pisar o palco do Hotel «Sol e Serra», em Castelo de Vide, e logo o júri do Concurso de Fado Amador do Alto Alentejo, designado por «Fado Novo, Fado Povo», encontrou o vencedor.

Manuel Baptista disse ao «DL» que grande parte do seu êxito pertencia à esposa, pois fora ela, Cristina Lourenço, que o incitara a participar nesta iniciativa de divulgação do fado amador. O «Hotel Sol e Serra» convidou-o a entrar nesta promoção do fado, mas ele hesitou, foi aí que a esposa entrou. O prémio principal (viagem do casal à Madeira) contempla-a. Também os 2.º e 3.º classificados (Silvino Sardo, de Vila Boim, e José Leal, de Sousel) foram premiados com uma viagem, com as esposas, ao Algarve (Albufeira) e Lisboa. Também terão duas actuações remuneradas.

Esta iniciativa do Hotel «Sol e Serra» levou ainda a Castelo de Vide o fadista Carlos do Carmo que, durante cerca de uma hora — na madrugada de sábado — prendeu mais de centena e meia de pessoas à forma superior como canta e à espectacularidade que reveste todas as suas actuações.

O nosso companheiro Neves de Sousa integrou um júri presidido por Lucília do Carmo, Rosa Lobato Faria, Moniz Pereira, Ricardo Nunes, Nóbrega e Sousa, Augusto Vintém, Carolindo Tapajedo e António Fortuna.

Chamusca tem festival de teatro até final do mês

Permitir ao público, que tem acorrido em número bastante significativo aos espectáculos do Teatro Borda D'Água, o contacto com experiências teatrais diferentes, numa perspectiva de desenvolvimento da sua capacidade crítica é o primeiro grande objectivo do Festival de Teatro que decorre na vila da Chamusca, desde o passado dia 31 de Outubro e até 30 de Novembro.

Estão presentes neste festival, para além do grupo organizador O Teatro Borda D'Água, os seguintes grupos: Art'Imagem, Gic da Covilhã, Teatro Experimental da Mortágua, Centro Iniciação Teatral Ester de Carvalho, Veto de Santarém, Trabucas, Passagem de Nível e Grupo de Carnide, para além do Coro do Círculo Cultural Scalabitano e Grupo de Música Charanguinha.

Há ainda um colóquio sobre Teatro com a participação do dr. Mário Barradas.

O festival decorre na sala estúdio do grupo e em diversos espaços da vila.

O Teatro Borda D'Água estreará durante este festival «A Farsa do Mestre Pathelin» de autor anónimo do séc. XV, numa encenação de João Coutinho e apresentará para as crianças das escolas primárias da vila o espectáculo «Kikerikiste» de Paul Maar.

Este festival conta com o apoio da Câmara Municipal da Chamusca, Fundação Calouste Gulbenkian, Junta de Freguesia da Chamusca e Secretaria de Estado da Cultura.

Domingo, dia 9, na Aula Magna

"2º Lisboa Jazz/86": um só dia, dois espectáculos

As actuações do «Quarteto de Kevin Eubanks» e do «Quinteto de Phil Woods» preenchem o programa do 2º Festival Internacional de Jazz, este ano com a modesta designação de «2º Lisboa Jazz/86», que se realiza na Aula Magna da Reitoria da Universidade de Lisboa no próximo domingo, dia 9.

Kevin Eubanks

Depois dos três dias do Cascais Jazz a que os amantes do género se tinham habituado, com anos de excelentes elencos, o Festival de Jazz, único no País, foi perdendo qualidade - e público -, transformou-se no ano transato em «Lisboa Jazz» até chegar a Novembro de 1986 reduzido a dois espectáculos no mesmo dia.

Segundo a explicação de um dos seus responsáveis desde a edição número um, Luís Villas Boas, as duas sessões no mesmo dia «é uma burrice», mas à qual a organização é alheia pois as datas têm que ser cumpridas e a Aula Magna já estava alugada para sábado dia 8 a «umas senhoras de uma religião qualquer que não a quiseram ceder naquele dia». E as senhoras quando se agarram às suas reuniões religiosas, já se sabe como é...

Um zero a favor da religião (seja ela qual for), e perdeu o jazz que apresenta assim no mesmo dia dois concertos: às 16 horas o «Quarteto de Kevin Eubanks» e às 21.30 o «Quinteto de Phil Woods».

Duarte Mendonça e Luís Villas-Boas afirmam, a respeito do Festival, em folheto distribuído à Imprensa que «mais uma vez vamos tentar dentro da medida do possível manter a qualidade artística habitual, com os modestos subsídios de que dispomos e que se mantêm inalterados à mais de seis anos».

A primeira sessão deste «2º Lisboa Jazz/86» é preenchida com a actuação do «Quarteto de Kevin Eubanks», grupo composto pelo guitarrista que dá nome à banda, pelo contra-baixista Real Grant, pelo baterista Gene Jackson e pelo percussionista Mino Cinelu (que já tocou com Weather Report).

Kevin Eubanks começou a sua carreira em Filadélfia na área do rock e do punk. Em 1976 entrou para o famoso Berklee College of Music, onde voltou a sua atenção para o estilo de Wes Montgomery. Em 1980 foi ouvido por Art Blakley, que o contratou para uma 'tournée' dos «Jazz Menssengers» pela Europa. Seguiram-se participações com o «Quinteto do baterista Ray Haynes», com o pianista Ronnie Mathews e com o trompetista Slide Hampton. No entanto foi marcante para o guitarrista o trabalho que desenvolveu com Sam Rivers, que lhe revelou o lado positivo da vivência de uma música improvisada em liberdade harmónica. Em 1982 grava o seu primeiro disco com o saxofonista Branford Marsalis e o pianista Kenny Kirkland.

O «Quinteto de Phil Woods» é sem dúvida a presença mais importante deste 2º Festival Internacional de Jazz. Pela quarta vez em Portugal (a última foi em 1980, no Festival de Cascais) o grupo do saxofonista mantem a mesma constituição, exceptuando o pianista - agora é Hal Galper, que acompanhou nomes como Harold Land e Stan Getz - e ainda com a presença do trompetista Tom Harrel (que se iniciou com o saxofonista Cecil Payne). Steve Gilmore continua no contra-baixo e Bill Goodwin na bateria.

Phil Woods, surgido entre os discíplulos de Charlie Parker, acompanhou posteriormente os caminhos da evolução que a música afro-americana percorreu nas últimas décadas. Atingiu por fim um estilo-síntese que representa agora uma nova forma de equilíbrio clássico.

O «2º Lisboa Jazz/86» conta com o apoio da Câmara Municipal de Lisboa, da Direcção Geral de Turismo e da Direcção Geral de Acção Cultural.

Phil Woods

COMARCA DE LISBOA
15.º JUÍZO CÍVEL

ANÚNCIO

2.ª Secção Proc.n.º 3839

Faz-se saber que no dia 3 do próximo mês de Dezembro pelas 10,00 horas neste tribunal há-de ser posto em praça para ser arrematado pelo maior lanço oferecido, acima do indicado no processo, os bens abaixo identificados, penhorados à executada M. RIBEIRO & MARQUES, LIMITADA, com sede na Rua de Alcântara, n.º 21-D, em Lisboa, na execução de sentença que lhe move Malhas Colifer, Limitada, e de que é depositário Mário Simões Correia, residente na Rua Nova do Calhariz, 12, 1.º, em Lisboa.

BENS A ARREMATAR

— Cento e cinquenta pares de calças para homem, de diversas cores e vários tamanhos.

Lisboa, 21 de Outubro de 1986

O Juiz de Direito
(Assi. ilegível)
O Escrivão Adjunto
(Assi. ilegível)
"D.L." 4/11/86 – 2.ª Pub.

TRIBUNAL JUDICIAL DE RIO MAIOR

ANÚNCIO

São citados os credores desconhecidos que gozem de garantia real sobre os bens penhorados aos executados para reclamarem o pagamento dos respectivos créditos, pelo produto de tais bens, no prazo de dez dias, depois de decorrida a dilação de vinte dias, que se começará a contar da publicação do segundo e último anúncio.

Execução Sumária n.º 61/85 2.ª secção

Exequentes – EFACEC – EMPRESA FABRIL DE MÁQUINAS ELÉCTRICAS, SARL

Executado – ALBERTO DOS SANTOS GOUCHA LDA., Rua Serpa Pinto, 19-26 – Rio Maior.

Rio Maior, 21 de Outubro de 1986

O Juiz de Direito,
a/ João Manuel Crespo da Gama Pinheiro

O Escrivão de Direito,
a/Manuel Carlos Gregório

«DL» 4/11/86 — 2.ª Pub.

Comarca de Caldas da Rainha

ANÚNCIO

para citação de credores desconhecidos
Execução Sumária 130/85

Pelo 1.º Juízo de Direito desta comarca, 2.ª Secção, correm éditos de vinte dias, contados da segunda e última publicação deste anúncio, citando os credores desconhecidos do executado INDÚSTRIAS METALOMECÂNICAS CONDAÇO, LDA., com sede no Alto do Nobre – Caldas da Rainha, para no prazo de dez dias, posterior àquele dos éditos, deduzirem os seus direitos na execução movida por a SOCIEDADE PORTUGUESA DO AR LÍQUIDO (AR-LÍQUIDO), com sede em Lisboa, desde que gozem de garantia real sobre os bens penhorados.

Caldas da Rainha, 15 de Outubro de 1986

O Juiz de Direito,
a/ Ramiro Ângelo Pires Pereira

O Escrivão,
a/Emídio do Rosário do Nascimento

"D.L." 4/11/86 – 2.ª Pub.

TRIBUNAL JUDICIAL DE LISBOA
10.º JUÍZO CÍVEL

ANÚNCIO

São citados os credores desconhecidos que gozem de garantia real sobre os bens penhorados aos executados para reclamarem o pagamento dos respectivos créditos, pelo produto de tais bens, no prazo de dez dias, depois de decorrida a dilação de vinte dias, que se começará a contar da segunda e última publicação do anúncio,

Execução SENTENÇA n.º 2817-A, 2.ª secção

Exequentes – Auto Táxis Penedo Ruivo, Lda.,

Executado – FRANCISCO PIEDADE BATISTA, residente na Rua Conde Redondo, 62-6.º, Lisboa.

Lisboa, 28 de Outubro de 1986

O Juiz de Direito,
a/ Celestino Cabanas Bento

Pel'O Escrivão de Direito,
a/Fátima Rosa Batista

"D.L." 4/11/86 – 2.ª Pub.

«Verdiana», uma boneca de Maria Teresa Ferrão exposta na Galeria António Clara

Exposições

● Na Galeria António Clara, na Av. da República, 38, «Coisas do Arco da Beleza», uma exposição dos artistas Teresa Ferrão e Nuno de Santa Maria.

● Desde o passado dia 30 de Outubro, até 9 de Novembro, na Sociedade Nacional de Belas-Artes, na Rua Barata Salgueiro, 35, está patente uma «exposição diferente». Trata-se de livros, numa organização da Leitura/Arte, do Porto.

Livros vindo de três continentes, dos principais editores especializados em Arte e Arquitectura, mostrando as últimas novidades e os principais títulos do seu fundo editorial.

Entre eles poderemos destacar Gustavo Gili, Electa, le Moniteur, Flammarion, Centre Pompidou, estes da Europa.

Da Ásia, a mais importante editora de livros de Arquitectura, a japonesa ADA Edita.

Dos Estados Unidos, estará presente a prestigiada editora Dover Publications, entre outros.

É uma exposição que tem o aliciante de logo ali se poderem comprar os livros que nos agradam e de que, de alguns, nem suspeitáramos a existência. Horário: das 14 às 20 horas.

● Na Galeria Nasoni — R. Galeria de Paris, 80 no Porto, patentes até 16 do corrente duas exposições que podem ser visitadas de terça a sexta das 10 às 12.30 e das 15.30 às 19.30 e aos sábados e domingos das 15.30 às 19.30.

Maria Mendes expõe óleos e desenhos e Manuel R. Moldes tem, na Sala Atlântica Pintura.

● Sob o título «Porto — Margens do Douro». o pintor portuense Jaime Isidoro tem patente uma exposição de aguarelas da sua autoria, na Galeria de Arte do Hotel Meridien Porto.

Após 35 anos sem ter exposto individualmente, Jaime Isidoro apresenta uma retrospectiva da sua obra em aguarelas, sobre o Porto, o sempre tão sugestivo e belo tema de infinitos ângulos de inspiração.

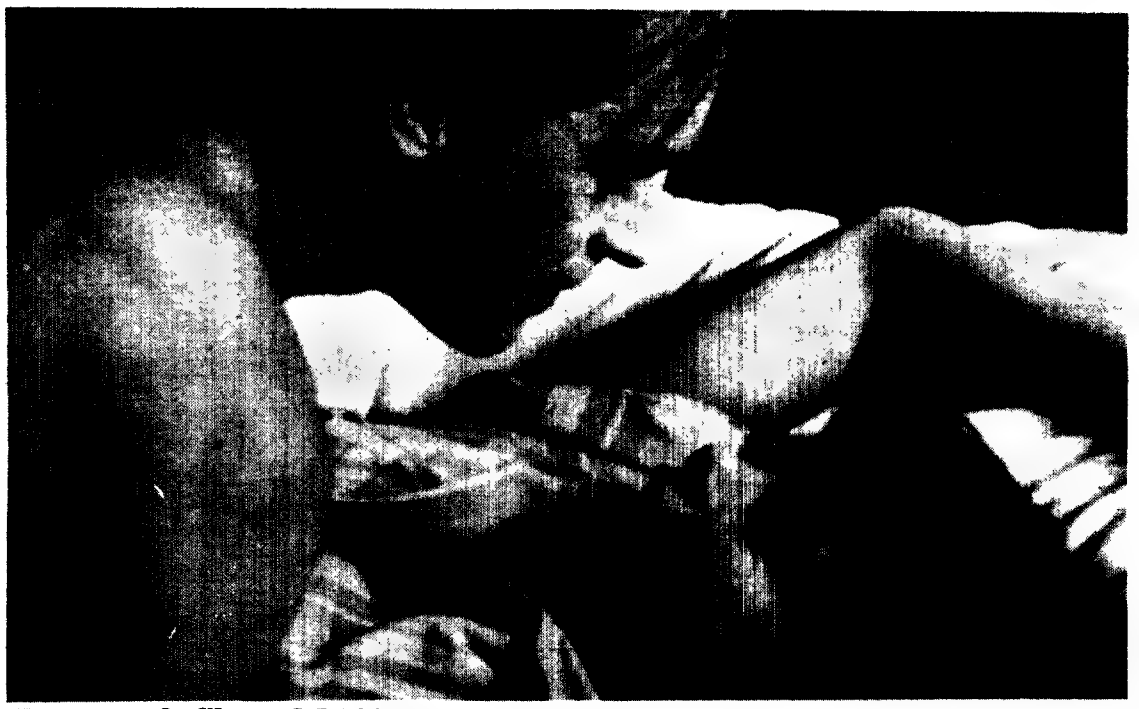
A mostra foi inaugurada dia 27 e estará patente ao público durante todo o mês de Novembro, estando previstas para o local várias iniciativas de ordem cultural.

● No Posto de Turismo de Coimbra, desde sábado dia 1, uma exposição de Pintura e Desenho da autoria de António Ferraz e Manuel Oliveira. Dias úteis das 9 às 12.30, sábados e domingos da parte da tarde.

● Inaugurada no passado dia 23, continua patente na Galeria EMI Valentim de Carvalho — Palácio das Alcaçovas na Rua da Cruz dos Poiais, 111 — uma exposição de Pintura de Ângelo de Sousa. «Retrospectiva das obras dos anos 60». Vinte e sete pinturas constituem esta mostra, algumas delas inéditas, outras já apresentadas na década de sessenta. É um período muito importante na obra global de Ângelo de Sousa que como se sabe obteve no Verão passado o prémio de pintura da Fundação Calouste Gulbenkian. As obras agora em exibição ajudam a compreender a evolução do artista que mais tarde se aproximou da «minimal art». Ângelo de Sousa, professor da Escola de Belas-Artes do Porto, representou Portugal na Bienal de S. Paulo (83) e tem, no seu currículo uma larga participação em mostras no estrangeiro e em Portugal.

● No «Primeiro Acto-Clube de Teatro» — Rua Eduardo Augusto Pedroso, 16-A, em Algés uma exposição de Pintura de Helena Delgado Rufino, cujas obras se encontram representadas em diversos museus e colecções nacionais e estrangeiras.

CINEMAS



Uma cena do filme «O PASSAGEIRO DA NOITE», realizado por Alan Rudolph, com Genevieve Bujold e Keith Carradine e música de Teddy Pendergrass. Filme de qualidade em exibição no cinema Quarteto

Alfas Triplex
— T. 806496

Alfa 1
ASES INDOMÁVEIS
(m. 6 anos)
14.00, 16.30, 19.00, 21.30 e 24.00 h

Alfa 2
UM VAGABUNDO NA ALTA RODA
(maiores 12 anos)
14.15, 16.45, 19.15, 21.45 e 00.15 h

Alfa 3
INVASÃO E.U.A.
(maiores 18 anos)
13.30, 15.30, 17.30, 19.30, 21.30 e 24 h

Alfa Club
T. 763319
AS FORÇAS DO UNIVERSO
(maiores 16 anos)
14.15, 16.45, 19.00, 21.45 e 00.15 h

Shopping Center de Lisboa

Sala 1
INVASÃO E.U.A.
(maiores 18 anos)
13.45, 15.45, 17.45, 19.45, 21.45 e 00.15 h

Sala 2
ASES INDOMÁVEIS
(maiores 12 anos)
14.00, 16.30, 19.00, 21.30 e 24.00 h

Sala 3
UM DIA A CASA VEM ABAIXO
(maiores 6 anos)
13.30, 15.30, 17.30, 19.30, 21.30 e 24.00 h

Apolo 70
A VERDADE DOS FACTOS
(maiores 12 anos)
14.00, 16.30, 19.00, 21.30 e 24.00 h

Avila
— T. 539930
COBRA – O BRAÇO FORTE DA LEI
(maiores 16 anos)
15.00, 17.00, 19.10, 21.45 e 23.45 h

Avis
— T. 547163
SEXUALMENTE TUA
(Int. 18 anos)
15.30, 18.30 e 21.30 h

Berna
— T. 776098
ERA UMA VEZ NA AMÉRICA
(maiores 16 anos)
15.00 e 21.00 h

Capitolio
— T. 372358
DOCES PENETRAÇÕES
(int. a m. 18 anos)
15.15, 17.00, 19.00, 21.00 e 23.00 h

Castil
T. 530194
O BRAÇO FORTE DA LEI – COBRA
(maiores 16 anos)
15.30, 18,30 e 21.30 h

Cinebloco
— T. 556824
INVASÃO E.U.A.
(maiores 18 anos)
14.30, 16.45, 19.00 e 21.30 h
JUVENTUDE SEM FREIO
(n/acons. a men. 18 anos)
24 h

Cinebolso
ESCOLA-TÉCNICA-SEXUAL
(Int. a m. 18 anos)
12.30, 14.30, 16.45, 19.00 e 21.30 h

Cine Camões
T. 324194
RAPARIGAS DA PRAIA
(maiores 13 anos)
14.00, 16.30, 19 e 21.30 h

Cine 222
— T. 579460
NOITES ESCALDANTES
(n/acons. a men. 18 anos)
14.00, 16,30, 19 e 21.30 h

Cine Portela
— T. 2524761
TERROR NA AUTO-ESTRADA
(maiores 18 anos)
16.00 e 21.45 h

Estúdio Sheza
O REBELDE MISTERIOSO
(maiores 12 anos)
15.30 e 21.30 h

City Cine
— T. 549999
EXPLOSÃO
(maiores 12 anos)
14.30, 16.45, 19.00 e 21.30 h
O ESTRANHO MUNDO DE GARP
(maiores 12 anos)
23.45 h

Cinemateca
A BALADA DA ESTRADA
Ciclo de cinema indiano
(Cópia legendada em francês)
21.30 h

Condes
— T. 322523
LUA DE MEL COM FANTASMAS
(maiores 12 anos)
14.00, 16.30, 19.00 e 21.30 h

Eden
— T. 320768
INVASÃO E.U.A.
(maiores 18 anos)
14.00, 16.30, 19.00 e 21.30 h

Estúdio
— T. 555134
DESEJO DE MORTE
(maiores 18 anos)
14.30, 17.00, 19.30 e 21.30 h

Estúdio ACS
— T. 887255
O ROMANCE DE MURPHY
(maiores 12 anos)
15.30, 18.30 e 21.30 h

Estúdio 444
— T. 768078
COBRA – O BRAÇO FORTE DA LEI
(maiores 16 anos)
15.00, 17.00, 19.00 e 21.30 h

Fonte Nova
— T. 7145109

Sala 1
«F/X - EFEITOS MORTAIS
(maiores 12 anos)
14.30, 16.45, 19 e 21.30 h

Sala 2
JOVENS GUERRILHEIROS
(maiores 16 anos)
14.45, 17.00, 19.15 e 21.45 h

Sala 3
AS FORÇAS DO UNIVERSO
(maiores 16 anos)
14.15, 16.30, 18:45 e 21.15 h

Forum Picoas
— T. 541037
A FLAUTA MÁGICA
(maiores 13 anos)
16.00, 19.00 e 21.45 h

Gemini
— T. 734009
INVASÃO E.U.A.
(maiores 18 anos)
14.00, 16.30 19.00 e 21.30 h

Hollywood
— T. 802859

Sala 1
FIX — EFEITOS MORTAIS
(m. 12 anos)
14.30, 16.45, 19, 21.30 e 23.45 h

Sala 2
LUA DE MEL COM FANTASMAS
(maiores 12 anos)
14.15, 16.30, 18.45, 21.30 e 24.00 h

Imperio
— T. 555134
A ENCRUZILHADA
(maiores 12 anos)
15.15, 18.30 e 21.30 h

Las Vegas
— T. 631162

Sala 1
LUA DE MEL COM FANTASMAS
(maiores 12 anos)
14.00, 16.15, 18.45 e 21.30 h

Sala 2
ANA E AS SUAS IRMÃS
(m. 12 anos)
14.00, 16.30, 19.00 e 21.30 h

Londres
— T. 801313
ANA E AS SUAS IRMÃS
(maiores 12 anos)
14.30, 16.45, 19.00 e 21.30 h

Mundial
— T. 538743
Encerrado para remodelação

Nimas
— T. 574362
A FÁBRICA DAS LOUCURAS
(maiores 12 anos)
14.00, 16.30, 19.00 e 21.30 h

Odeon
— T. 326283
AVENTURA ALUCINANTE
(maiores 12 anos)
14.30, 16.45, 19.00 e 21.30 h

Olimpia
T. 325309
FÊMEAS INCONTROLÁVEIS
A partir das 14 horas
Sessões contínuas
Filme pornográfico
(int. a men. 18 anos)

Pathe
— 821933
ÁS DOS ASES
(maiores 13 anos)
14.00, 16.30 e 21.30 h

Politeama
T. 326305
COBRA — O BRAÇO FORTE DA LEI
(maiores 16 anos)
14.15, 16.30, 19.00 e 21.30 h

Quarteto
T. 771378

Sala 1
O NAVIO FAROL
(m. 16 anos)
15, 17, 19 e 21.30 h
PARA ALÉM DAS MURALHAS
(m. 16 anos)
23.30 h

Sala 2
DIFAMAÇÃO
(n/acons. men. 13 anos)
14.30, 16.45, 19 e 21.30 h
CÃES DE GUERRA
(m. 16 anos)
23.30 h

Sala 3
NOVA IORQUE FORA DE HORA
(m. 16 anos)
14.30, 16.45, 19 e 21.30 h
LAÇOS DE TERNURAS
(m. 16 anos)
23.30 h

Sala 4
O PASSAGEIRO DA NOITE
(m. 16 anos)
14.30, 16.45, 19 e 21.30 h
O REI DA COMÉDIA
(m. 16 anos)
23.30 h

Roma
T. 889192
COBRA – O BRAÇO FORTE DA LEI
(maiores 16 anos)
14.00, 16.30, 19.00 e 21.30 h

Roxy
T. 548560
O MENSAGEIRO DA VINGANÇA
(maiores 12 anos)
14.00, 16.30, 19.00 e 21.30 h

S. Jorge
T. 579144

Sala 1
ASES INDOMÁVEIS
(maiores 12 anos)
15.30, 18.30 e 21.30 h

Sala 2
A FÁBRICA DAS LOUCURAS
(maiores 12 anos)
14.15, 17.30 e 21.00 h

Sala 3
COR PÚRPURA
(maiores 12 anos)
14.30, 18.00 e 21.15 h

7.ª Arte
— T. 730715
A COR PÚRPURA
(maiores 12 anos)
15.00, 18.15 e 21.30 h

Star
— T. 804210
PAPLOVA — UMA MULHER PARA SEMPRE
(maiores 12 anos)
15.00, 18.15 e 21.30 h

Terminal
— T. 371573
COBRA – O BRAÇO FORTE DA LEI
(maiores 16 anos)
13, 15, 17, 19 e 21.30 h

Tivoli
— T. 570595
UM VAGABUNDO NA ALTA RODA
(maiores 12 anos)
14.00, 16.30, 19.00 e 21.30 h

Turim
T. 706666
ROCKY IV
(m. 12 anos)
15, 17.30 e 21.45 h

Voxmania
— T. 880808
GRANDE HONRA
(maiores 12 anos)
15.30, 18.45 e e 21.00 h

Xenon
— T. 368480
O MENSAGEIRO DA VINGANÇA
(maiores 12 anos)
14.15, 16.30, 19.00 e 21.30 h

Zodiaco
— T. 570151
AMIZADE INDESTRUTÍVEL
(m. 13 anos)
15.15, 18.15 e 21.30 h

Linha de Sintra

AMADORA — Cineteatro — «O Ladrão de Corações», às 15.30 e 21.30 h (m. 16 anos)
AMADORA — Cinestúdio — «Efeitos Mortais» às 15.30 e 21.30 h (m. 12 anos)
AMADORA — Babilónia — «Cobra — O Braço Forte da Lei», às 14, 16.30, 19, 21.30 e 23.45 h (m. 16 anos)
CACÉM — Cinestúdio Flores — «Gente Gira 2», às 15 e 21.30 h (m. 6 anos)
ALGUEIRÃO — Cine Teatro Chaby — «O Enigma da Pirâmide»
MEM MARTINS — Estúdio Dois Eme — «A Última Reportagem», às 21.30 h (m. 12 anos)
SANTO ANTÓNIO DOS CAVALEIROS — Cine St.º António — «Vingança Forçada», às 15.30 e 21.30 h (m. 12 anos)

Linha de Cascais

ESTORIL — Casino Estoril — «Um Dia a Casa Vem Abaixo», às 17.00 e 21.15 h (maiores 16 anos)
ALGÉS — Cinema 2000 — «Forças do Universo», às 15.30 e 21.30 h (m. 12 anos)
OEIRAS — Alto da Barra — Sala 1 — «Efeitos Mortais», às 15.30 e 21.30 h (m. 16 anos)
Sala 2 — «Academia de Doutores», às 15.30 e 21.45 (m. 12 anos)
CARCAVELOS — Atlântida Cine — «A Côr Púrpura», às 15.30 e 21.30 h (m. 12 anos)
CASCAIS — Miramar — Sala 1 — «A Cor Púrpura», as 15.15, 18.15 e 21.15 h (m. 12 anos)
Sala 2 — «Ana e as suas Irmãs», as 15.30 e 21.30 (m. 12 anos)
CASCAIS — Oxford — «Cobra — O Braço Forte da Lei», às 16 e 21.30 h (m. 16 anos)

Outra Banda

ALMADA — Academia — «Um Dia a Casa Vem Abaixo», às 15.30 e 21.30 (n/ac. a m. 16 anos)
ALMADA — Incrível Almadense — «Gelado de Limão V», às 15.30 e 21.30 h (m. 16 anos)
ALMADA — Cinestúdio — «A Cor Púrpura», às 15.30, 18.15 e 21.30 h (m. 12 anos)
COSTA DE CAPARICA — Oceano — Sala 1 — «Um Vagabundo na Alta Roda», às 15.45 e 21.30 h (m. 16 anos)
Sala 2 — «O Primeiro Ano das Nossas Vidas», às 16.15 e 21.45 h (m. 6 anos)
BARREIRO — Cinestúdio Barreirense — «O Espião do Sapato Vermelho», às 15 e 21.15 (m. 12 anos)

LINDA-A-VELHA — Cinetropical — «Uma Equipa dos Diabos», às 16 e 21.30 (m. 12 anos)
ODIVELAS — Cineodivel — «D.A.R.Y.L», às 15.30 e 21.30 (m. 6 anos)
CRUZ DE PAU — Cinema Lord — «Um Vagabundo na Alta Roda», às 16 e 21 h (m. 12 anos)

Farmácias

Lisboa — PERMANENTE — AJUDA: Mendes Gomes, C. da Ajuda, 222 (T. 638256); **BAIXA: Americana**, C. de Santana, 1-3 (T. 863984); **CAMPO GRANDE - AVENIDA DO BRASIL: Rainha Santa**, R. Afonso Lopes Vieira, 57-B (T. 765262); **CHILE - ALTO DE SÃO JOÃO: Veral**, R. Morais Soares, 109-111 (T. 821732); **ESCOLA POLITÉCNICA - SÃO BENTO: São Marçal**, R. de São Marçal, 100-102 (T. 325318); **ESTADOS UNIDOS - À CAIXA DE PREVIDÊNCIA 39: Celta**, R. Moura Girão, 3-B (T. 890621); **LUMIAR: São Tomé**, P. do Desvio, lote 12-C (T. 79 ..); **MADRE DE DEUS: Romana**, R. Actor Augusto Melo, 7-A (T. 383800); **PRAZERES: União**, R. Saraiva de Carvalho, 145-F (T. 663643); **REGO: Prates & Mota**, R. da Beneficência, 91-93 (T. 773728); **SALDANHA: Avenidas**, Av. da Rebública, 27-A (T. 533628); **VALE DE SANTO ANTÓNIO: Santo António**, R. Leite de Vasconcelos, 72-C (T. 862333); CARNAXIDE: H. Amaral, Pt. António Boto, 11-A (T. 2104556); **ODIVELAS - PATAMEIRAS: Amaral**, R. Antero de Quental, 8-8-A (T. 9825455); **PONTINHA: Pimentel**, Az. dos Bezouros, lote R-8 (T. 991328).

REFORÇO — ALFAMA - SÃO TOMÉ: Ziler, R. de São Tomé, 54-56 (T. 862835); **AREEIRO; Lusitana**, Av. de Roma, 18-A (T. 885443); **AVENIDA D. RODRIGO DA CUNHA: Aeroporto**, Av. Almirante Gago Coutinho 101-D (T. 882384); **BENFICA: 2.ª Circular Benfiluz**, E. de Benfica, 444-A (T. 7141206); **CALVÁRIO: Monge**, R. dos Lusíadas, 30-32 (T. 636704); **CAMPOLIDE - ÁGUAS LIVRES: Rualto, L.ª**, R. Alto do Carvalhão, 5 (T. 651721); **JANELAS VERDES: Reis Garrido**, R. das Janelas Verdes, 90 (T. 662327); **JARDIM CONSTANTINO: Portugal**, R. Rebelo da Silva, 11-13 (T. 543340); **OLIVAIS SUL: Lemos** R. Cidade da Beira, lote 19 (T. 331692); **PICHELEIRA: Marluz**, C. da Picheleira, 140-B-C e R. Prof. Mira Fernandes, MAF (T. 880703); **SALDANHA - HOTEL SHERATON: Oliveira Viegas**, R. do Viriato, 29-29-A (T. 548966); **BRANDOA - AMADORA: Brito**, R. do Colégio, lote 32-B (T. 993351); **BURACA - AMADORA: Vaz Martins**, R. António Ferro, 6-A (T.970660); **OLIVAL BASTOS: Nova**, R. dos Açores, 11-A (T. 9810305); **PRIOR VELHO: Matos**, T. das Prioras (T. 2519939).

Outra Banda — ALMADA: Cristo Rei, Av. do Cristo Rei, 31-A (T. 2766498). Permanente; **COVA DA PIEDADE: Rainha Santa**, R. Sociedade Fua Piedense, 50-A (T. 2294182). Permanente; **COSTA DE CAPARICA: Chai**, Av. General Humberto Delgado, (T. 2403218). Até às 19 horas; **MONTE DE CAPARICA: Nova**, R. dos Trabalhadores Rurais, 82 (T. 2954436). Até às 19 horas; **LARANJEIRO: Almeida Araújo**, R. D. Duarte, 7-B (T. 2292324). Até às 22 horas; **SESIMBRA: Leão**, Av. da Liberdade, 13 (T. 2233471). Até às 19 horas; **LAVRADIO: J. Consolado**, Av. Joaquim J. Fernandes, 17-C (T. 2043126). Até às 19 horas; **BARREIRO: Piçarra**, Av. do Bocage, 65-A (T. 2074771). Permanente; **BAIXA DA BANHEIRA: Aliança**, E. Nacional, 178-B (T. 2040302). Até às 19 horas; **CORROIOS: Universo**, E. Nacional, 10 (T. 2290084). Até às 19 horas; **AMORA: Moura Carneiro**, P. General Humbertro Delgado, 16-C, Fogueteiro (T. 2243729). Até às 22 horas; **SEIXAL: Central**, E. Nacional, 9, Paio Pires (T. 2210365). Até às 22 horas; **MONTIJO: Diogo Marques**, R. Almirante Reis, 50 (T. 2310032). Até às 22 horas; **MOITA: Silva Rocha**, P. da República, 16 (T. 239029). Até às 19 horas; **ALHOS VEDROS: Gusmão**, R. Cândido dos Reis, 30 (T. 2040020). Até às 19 horas; **ALCOCHETE: Gameiro**, L. António dos Santos Jorge, 15 (T. 234100). Até às 19 horas; **SETÚBAL: Portugal**, R. Camilo Castelo Branco, 134 (T. 23211). Permanente; **Mira**, P. Jorge Afonso (T. 20427). Permanente; **Oliveira**, R. da Misericórdia, 10 (T. 22488). Até às 22 horas.

Linha de Cascais — ALGÉS: Combatentes, Av. dos Combatentes da Grande Guerra, 166 (T. 2104953). Permanente; **LINDA-A-VELHA: Melo Almeida**, R. D. Diogo Couto, lote 182 (T. 4191697) Até às 19 horas; **TIRES: Guimarães**, L. Duartes, lote A, r/c (T. 2441616). Até às 22 horas; **ALCABIDECHE: Carvalho**, B. Padre P. Correia, 4 (T. 2690363). Até às 22 horas; **PORTO SALVO: Ferreira Bastos**, R. D. Firmino Rebelo (T. 2421015). Até às 22 horas; **MALVEIRA DA SERRA: Luz**, E. Nacional (T. 2850635). Até às 22 horas; **PAÇO DE ARCOS: Pargana**, Av. Eng. Bonneville Franco (T. 2435147); **OEIRAS: Oeiras**, L. Henrique de Paiva Couceiro (T. 2430485). Permanente; **CARCAVELOS: Central**, R. 5 de Outrubro, 25 (T. 2470037). Permanente; **SÃO DOMINGOS DE RANA: Godinho da Silveira**, R. Afonso de Albuquerque, lote B, loja 2 (T. 2470361). Até às 22 horas; **PAREDE: Aisir**, Av. Gago Coutinho, Bairro das Caixas de Previdência (T. 2472948). Permanente; **SÃO JOÃO DO ESTORIL: São João**, Quinta da Carreira, 29-A (T. 2681186). Até às 22 horas; **SASSOEIROS: Amaral Semblano**, Quinta das Encostas (T. 2461312). Até às 22 horas; **BIRRE: Imani**, lote 7-B, Hera (T. 2852121); **MADORNA: Madeira**, R. A (T. 2476326). Até às 22 horas; **AMOREIRA: Abrantes**, Vivenda Maria Carlos Anjos (T. 2682313). Até às 22 horas; **CASCAIS: Nova**, E. de Alvide, Fontainhas (T. 281044). Permanente.

Linha de Sintra — AMADORA: Campos, R. Elias Garcia, 185 (T. 4930072). Permanente; **Clabel**, R. António Sardinha, 23-D (T. 4938551). Permanente; **Amadora**, Pt. 25 de Abril, 3-A (T. 4935518). Até às 22 horas; **QUELUZ: Gil**, Av. Miguel Bombarda, 28 (T. 950117). Até às 22 horas; **CAMARATE: Batalha**, R. Avelino S. Oliveira, 5 (T. 2571069). Até às 19 horas; **CACÉM: Araújo e Sá**, E. de Paço de Arcos, lote 1-B (T. 9240781). Permanente; **MEM MARTINS: Miranda Garcia**, E. de Mem Martins, 173 (T. 9214103). Permanente; **MERCÊS: Claro Russo**, R. Abade Faria, 2-A (T. 9215275). Até às 22 horas; **RIO DE MOURO: Riomouro**, Av. Óscar Monteiro Torres, 6 (T. 9260194). Até às 22 horas; **COLARES: Abreja** (T. 9290088); **SÃO PEDRO DE SINTRA: Valentim** (T. 9230456). Permanente.

Outras Farmácias — MOSCAVIDE: Banha, Av. de Moscavide, 22-A (T. 2518518). Permanente; **SACAVÉM: Maria**, R. Salvador Allende, lote 2 (T. 2514369). Permanente; **LOURES: Sálvia**, Av. da República, 29 (T. 9831240). Permanente.

Porto — DAS 9 ÀS 12 E DAS 14 ÀS 22 HORAS — CORREIA DE ARAÚJO, R. de Santa Catarina, 259; **FIGUEIREDO, LD.ª**, R. de Cedofeita, 125; **LOUSADA**, R. do Campo Lindo, 52; **CORUJEIRA**, R. de São Roque da Lameira, 1473;

TEATROS

ABC

Parque Mayer — Tel. 36 67 54

De 3.ª a sáb., às 20.30 e 22.45; domingo às 16 h

"LISBOA, TEJO E TUDO", de César de Oliveira, Raul Solnado e Fialho Gouveia. Encenação de César de Oliveira. Interpretação: Carlos Miguel, Margarida Carpinteiro, Henrique Viana, Natalina José, José Camacho, Alexandra Solnado, entre outros.

Estoril — Teatro Mirita Casimiro

Av. Fausto Figueiredo Cruzeiro — Tel. 267 03 20

De 4.ª a sáb., às 21.30, sáb.dos e dom.8os, às 16 h

"GALILEU GALILEI", de Bertolt Brech. Encenação de Carlos Avilez. Interpretação de João Vasco, Paulo B., Ana Paula e António Marques, entre outros.

Comuna

Av. Calouste Gulbenkian — Tel. 72 60 818

De 3.ª a sáb. às 21.30, domingos às 17.00 h

"O TOURO", de Abel Neves. Enc.: de João Mota. Mus.: de Carlos Mendes. Intérp.: Abel Neves, Alfredo Brissos, Almeno Gonçalves, Cecília de Sousa, João Mota, entre outros.

Maria Matos

Av. Frei Miguel Contreiras — Tel. 89 70 17

De 3.ª a sáb., às 20.30 e às 22.45 h
domingo, às 16.00 h

"ISTO É MARIA VITÓRIA", de Henrique Santana, Francisco Nicholson, Rogério Bracinha e Mário Zambujal. Encenação: de Ivone Silva, Intérpretes: Eugénio Salvador, Ivone Silva, Carlos Cunha, Marina Mota, entre outros.

Teatro Maizum

R. de São Bento, 75 — Tel. 60 18 66

Sábados, às 16.00

"RUA DOS FANTASMAS",

de Xavier Villapañe

Cascais — TEC — Espaço 2

Av. Marechal Carmona 6 — Tel. 286 79 33

«ALZIRA POWER», de António Bívar. Interpretação de Ana Gaspar e Jorge Cândido. Encenação e direcção de actores de Águeda Sena.

Teatro da Graça

T. de S. Vicente, 11 — Tel. 87 56 26

De 3.ª a sábado, às 21.30; domingo, às 16.00 h

"AS LÁGRIMAS AMARGAS DE PETRA VON KANT", de Fassbinder. Intérpretes: Elisa Lisboa, Fernanda Alves, Isabel de Castro, Lia Gama, Maria José Pascoal e Sara Lima. Cenografia de Dalton Salem Asseff. Pelo Grupo Teatro Hoje.

Teatro Infantil de Lisboa

R. Leão de Oliveira, 1 — Tel. 63 99 74

Sábados e domingos, às 16.00 h

«NO REINO DA FANTASIA». Pelo TIL.

Setúbal — Teatro de Animação

R. Balneário Dr. Paulo Borba — Tel. 29 11 30

De 5.ª a sábado, às 21.30; domingos, às 16.00

«ALVES E COMPANHIA», de Eça de Queirós. Adaptação e encenação de Fernando Gomes. Intérpretes: Maria Simões, Isabel Ganilho, Filomena Gonçalves, João Manuel e Carlos Rodrigues.

Porto — Cooperativa do Povo Portuense

R. de Camões

Todas as noites a Seiva Trupe apresenta **"TODA A NUDEZ SERÁ CASTIGADA»**, de Nelson Rodrigues. Enc.: de Angel Facio. Intérp.: António Reis, Júlio Cardoso, Alexandre Falcão, Olga Gandra, Rosa Elisabeth, Laura Perry, Josefina Ungaro, Rui Oliveira, Carlos Lacerda, entre outros.

Teatro ABC

Parque Mayer — Tel. 36 67 45

Sábados às 18.00; domingos, às 18.30

«FECHA OS OLHOS E ENTRA NA HISTÓRIA», de Alexandra Solnado. Encenação de Agostinho Macedo. Interpretação de Agostinho Macedo, Alexandra Sequeira, Carlos Macedo, Fernando Guerreiro, Francisco António, Henrique Macedo e José Boavida, entre outros.

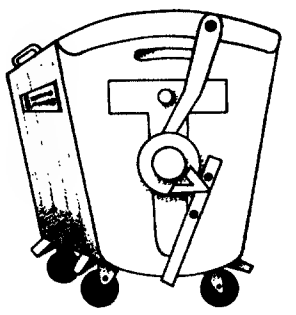
Teatro D. Maria II - Sala Experimental

Rossio — Tel. 37 22 46

De terça a sábado, às 12.45; domingo às 16.30

«JONAS», de E. G. Berreuby. Encenção e interpretação de Domingos Semedo.

CML



proteja a sua saúde

mantenha

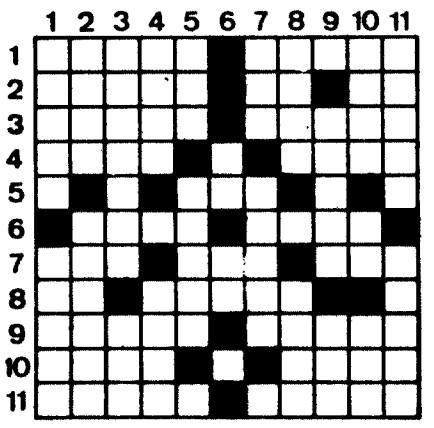
a tampa fechada

PALAVRAS CRUZADAS

COM PROVÉRBIO PROBLEMA N.º 16 875

HORIZONTAIS:

1 Espiolhas. Desenho (fig.).
2 Charrua. Batráquio. Artigo indefinido.
3 Freguesia do concelho de Loulé. Prendera com elos.
4 Jarro (planta). Mamífero desdentado espécie de tatu.
5 Pronome demonstrativo.
6 Copo. Habilidade.
7 Dádiva. Página. Donzela de Orleães.
8 Grande ribeira da Ásia Russa. Animação (fig).
9 Assassinas. Grande sala.
10 Lavrar. Remuneração.
11 Amofinas. Unes pelo casamento.



VERTICAIS:

1 Lugarejo. Domesticar.
2 Lavrar. Conquistara.
3 Devastaram. Bigorna de ourives.
4 Transfiro para outro dia. Rosto.
5 Ribeira de Portugal. Cobres.
6 Bário (s.q.). Alumínio (s.q.).
7 O mesmo que três. Cidade do Algarve.
8 Tritura. Comilão (pop.).
9 Toca apito. Pêlos de certos animais.
10 Remédio. Érbio (s.q.). Nome de letra.
11 Estimara. Plantas têxteis do Ceará.

Resolveu completamente este problema? Procure, agora em segundo passatempo, o provérbio nele inscrito.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA

N.º 16 874

HORIZONTAIS:	VERTICAIS:
1 QUEN. NADA.	1 Qb. Ama. Aras.
2 Brim. Brocar.	2 Urano. MUITO.
3 Ar. Iria.	3 Eira. Te. Mor.
4 Anás. Esmara.	4 Mm. São. Falo.
5 Mo. Ar. Ce. Om.	5 Rirá. Or.
6 Toiro.	6 NB. Reza.
7 Me. Réstia.	7 Ariscos. Mas.
8 Au. FAZ. JÁ.	8 DORME. Torce.
9 Rima. Amo. Ur.	9 Acia. Mi. Er.
10 Atolo. Aceda.	10 Aaro. Ajuda.
11 Soror. Serão.	11 Br. Ama. Arão.

PROVÉRBIO: Quem nada faz já muito dorme.

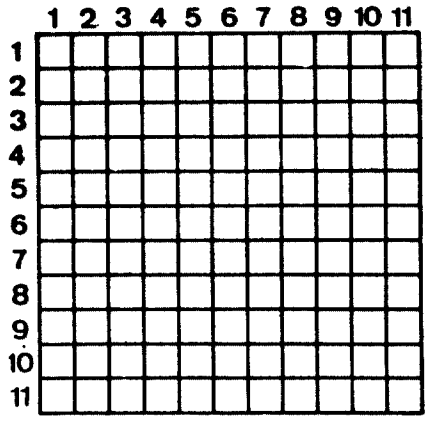
NOVAS MODALIDADE PROBLEMA N.º 14 704

HORIZONTAIS:

1 Ilhas do oceano Atlântico a Noroeste das Antilhas, pertencentes à Inglaterra. Despido.
2 Átomo. Desejaremos.
3 Antigo tecido da Índia. Nome de mulher.
4 Carta de jogar. Satélite de Júpiter.
5 Rio de França. Suaviza.
6 Escavada. Ligando pelo casamento.
7 Relato. Clima.
8 Terceiro. Sobra.
9 Artilharia antiaérea. Doméstico. Sua majestade.
10 Ilha inglesa no mar da Irlanda. Vou para fora.
11 Pegar. Pronome pessoal.

VERTICAIS:

1 Cidade da Antiguidade, cujas ruínas à beira do Eufrates se encontra a 160km a Sudeste de Bagadá.
2 Letra grega. Amante (Bras.).
3 Assassinaria.
4 Madres. Miriare.
5 Artigo indefinido. Despertar.
6 Cortesã que, segundo a Bíblia, entregou Sansão aos filisteus, após ter-lhe cortado os cabelos, nos quais residia a sua força. Aventureiro francês que apareceu vestido de mulher na corte da czarina Isabel.
7 Viração. Primeira das três palavras que formam o nome de uma freguesia do concelho de Águeda. Samário (s.q.).
8 Catedrais. Amplos.
9 Ruim. Prefixo de negação. Prefixo de privação.
10 Vento áspero e frio que sopra do Norte. Fecho as asas para descer mais depressa.
11 Emprega. Rezamos.



SOLUÇÃO DO PROBLEMA

N.º 14 703

HORIZONTAIS:	VERTICAIS:
1 Ca. Crava. Os.	1 Caazapa. Fão.
2 Aparatosos.	2 Ápia. Assis.
3 Ais. Sós. Ita.	3 Assais,
4 Zás. Ta. Rs.	4 Cr. Oiros.
5 Estarás.	5 Rastejarias.
6 Pai. El. Si.	6 Atoas. Riano.
7 Assoar. As.	7 Vós. Te. Asem.
8 Iriara.	8 Ás. Calar. Sá.
9 Fiarias. Aal.	9 Oi! Saa.
10 Ás. Oanes. Sá.	10 Ostras. As.
11 Assomam.	11 Assinalas.

Radio

Antena Um

16.00: A gaita dos sete foles; **17.00**: Pequeno jornal; **17.15**: Musicomania; **19.00**: Informação e música; **20.00**: Música portuguesa; **20.15**: No estúdio e no estádio; **20.30**: Musical; **20.45**: Noite desportiva especial; **23.00**: Imaginário. Noticiários de hora a hora.

Programa 2

16.00: Música do século XX; **16.30**: Árias de óperas, de Verdi; **17.00**: Integrais; **17.25**: Solos de piano; **18.00**: Obras, de Beethoven; **18.40**: Música de bailado; **19.30**: Excertos, do «Catálogo de Pássaros», de Olivier Messiaen; **20.40**: Concerto, para saxofone e orquestra de cordas, de Pierre Max Dubois; **21.00**: Música instrumental; **21.30**: Música sinfónica; **22.20**: Prelúdio e fuga, em sol menor, de Buxtehude; **22.30**: Intérpretes portugueses; **23.00**: Intercâmbio musical; **00.35**: Duo, em sol maior, KV 423, de Mozart; **01.00**: Fecho. Noticiários de hora a hora.

RÁDIO COMERCIAL

Onda Média (283, 290 e 397m)

15.00Dora a hora; 16.00: A feira mágica; **19.15**: Musical; **20.00**: Conta-corrente; **21.00**: Discos pedidos; **22.00**: Porgugal e a CEE; **22.30**: Tempo de desporto; **23.00**: Vigésima quarta hora; **02.00**: Guarda-nocturno. Noticiários de hora a hora.

RC-FM-Estéreo (97,4 MHz)

16.00: O som da frente; **17.00**: Rock em stock; **18.00**: Círculo em FM; **19.00**: Em órbita; **20.00**: Nova geração; **21.00**: Jazz; **22.00**: As mil e uma noites; **00.00**: Morrison Hotel; **02.00**: Guarda-nocturno. Noticiários de hora a hora.

RÁDIO RENASCENÇA

Onda Média

15.00: Ré maior; **18.00**: Bola branca; **18.30**: Transmissão do terço; **19.00**: Fim-de-tarde; **20.00**: Conversa de amigos; **21.00**: Encontro; **22.00**: Luzes da ribalta; **23.00**: Bola branca; **23.55**: Meditando.

Onda Média Regional-Voz do Alentejo

13.00: Sopa dourada; **14.00**: Peça-nos em directo; **15.00**: Bola branca; **18.30**: Transmissão do terço; **19.00**: Grande bazar; **20.00**: LIGAÇ:O À REDE NACIONAL.

Voz do Minho e Voz do Porto

15.00: As boas tardes da Renascença; **18.00**: Bola branca; **18.30**: Transmissão do terço; **19.00**: Jornal das regiões; **19.30**: Ligação à rede nacional.

Voz de Lisboa

15.00: A Rádio da cidade; **18.00**: Bola branca; **18.30**: Sete colinas; **19.00**: Jornal de Lisboa; **20.00**: Diálogo; **20.30**: Transmissão do terço; **21.00**: Música no espaço; **22.00**: Vamos aos fados; **23.00**: Bola branca; **23.30**: As canções da meianoite; **23.57**: Meditando.

FM-Estéreo

13.10: Os cem mais; **19.30**: Transmissão do terço; **20.00**: Serra de estrelas; **22.00**: Oceano Pacífico; **23.55**: Boa noite. Noticiários a todas as horas.

TELEVISÃO

RTP 1

18.02 — Sumário

18.07 — Brinca Brincando

«Prof. Baltazar», «O Patinho Cuac» (2.º episódio), «Feira de Bonecos» — O Burro Cantor.

18.50 — Par ou Ímpar

19.15 — Boletim Meteorológico para a Agricultura

19.30 — Telejornal

19.50 — Boletim Meteorológico

19.55 — Direito de Antena

Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local.

20.10 — Corpo a Corpo

Episódio 171: — Raul ameaça Teresa de tirar-lhe Osmar. Teresa fica atónita, com medo e não reage. Depois, conta a Osmar que vai ao delegado e fala sobre o reaparecimento de Raul. O delegado fica aborrecido com Teresa por ela não ter tido nenhuma reacção e diz que não pode mandar seus homens para a vigiarem. Olavo continua com a ideia de tirar Eloá da Fraga Dantas. Cláudio e Sónia voltam com Bia e Rafael para o Rio, para um jantar que Cristina vai oferecer. Vítor diz a Eloá que se ela não se decidir a casar com ele se vai embora. Teresa diz a Osmar que já não teme Raul, pois ele a ameaça de perder Osmar, e ela acha que já o perdeu.

21.00 — Programa da Direcção de Informação

22.50 — Primeira Página

23.50 — Agatha Christie Mata Poirot

«Murder By the Book»: — Hercule Poirot — o melhor detective do mundo —vê-se perante o caso mais crítico de toda a sua carreira. Mais um assassínio está prestes a concretizar-se. Mas, desta vez, é ele a vítima.

Durante trinta e cinco anos, um misterioso manuscrito estivera fechado no cofre forte de um banco londrino. O seu conteúdo, se fosse publicado, significaria a morte de Hercule Poirot o superdetective criado por Agatha Christie, de fama mundial.

Ian Holm (nomeado para um Oscar pelo seu desempenho em «Momentos de Glória») desempenha o papel de Hercule Poirot e é, sem dúvida, o Poirot mais autêntico que já se viu, correspondendo exactamente às características com que A. Christie o descrevia: pequeno, impecavelmente vestido, meticuloso e sobretudo exageradamente convencido. O papel de A. Christie é magistralmente desempenhado por «lady» Peggy Ashcroft que teve longos encontros com a filha de Agatha Christie, procurando saber exactamente como ela era. Vencedora de um Óscar em «Passagem para a Índia» entrou em famosas séries como «Edward e Mrs. Simpson» e «A Jóia da Coroa», sempre «passeou» o seu talento, profissionalismo e profunda sensibilidade.

RTP 2

14.47 — Agora, Escolha!

16.15 — Notícias

16.25 — Europa TV

O Tempo

16.30 — Tempo dos Mais Pequeninos

Às 23;50, crime no 1.º canal: Agatha Christie mata Poirot

«Ploom», «Plastinots» e «A Família Partridge»

17.00 — Countdown

17.45 — Eureka

Análise semanal sobre os progressos alcançados nos campos da Saúde, Ciência e Tecnologia

18.10 — Almanaque

18.15 — O Tempo

18.20 — O Mundo Amanhã

18.30 — EuroDesportos

19.30 — Liberdade para Escolher

O comércio mundial na perspectiva de Milton Friedman. Inflação, mundo do trabalho, consumo e controlo governamental são alguns dos temas em destaque.

19.55 — Euroreporter

20.00 — Notícias

20.05 — 5.ª Dimensão

17.º Episódio

20.300 — Doce e Amargo

12.º Episódio

21.00 — Jornal das Nove

21.30 — Cinemadois

«Tasio»: — Esta é a história de Tasio, nascido numa aldeia do sopé da serra de Urbasa. Aos 8 anos, e por necessidades familiares, Tasio começa a trabalhar na montanha. Aos 14, seguindo uma velha tradição do lugar, torna-se carvoeiro. Por essa altura, num baile, conhece Paulina, com quem acabará por casar precipitadamente alguns anos mais tarde. Pouco tempo depois, nasce a sua filha Elisa. Tasio vê-se, então, obrigado a pescar e caçar furtivamente, enquanto continua a fabricar carvão.

Sem ser um filme histórico, «Tasio» dá a ver uma certa quietude da história que vai marcando tudo e todos, dos gestos quotidianos aos rostos dos personagens. Quando, no final, Tasio decide permanecer na sua região apesar de a filha ir viver para a cidade com o marido, mantém-se fiel a essa quietude, afinal tão importante na definição da sua individualidade. Num certo sentido, a sua história pessoal confunde-se com a pulsação daquela natureza quase inalterável. Interpretação: Patxi Bisquert (Tasio adulto), Isidro Jose Solano (Tasio adolescente), Garikoitz Mendigutxia (Tasio criança), Amaia Lasa, Nancho Martinez.

Realizador: Montxo Armendariz

23.10 — É de Ler

Amanhã

RTP 1

18.07 — Brinca Brincando
18.50 — Par ou Ímpar
19.30 — Telejornal
20.00 — Boletim Meteorológico
20.10 — Vamos Jogar no Totobola
20.20 — Corpo a Corpo
21.10 — Lotação Esgotada
23.20 — 24 Horas

RTP 2

14.47 — Agora, Escolha!
16.20 — Notícias
16.25 — Europa TV
20.00 — Notícias
20.05 — 5.ª Dimensão
20.30 — Doce e Amargo
21.00 — Jornal das 9
21.30 — Elektra (Ópera)
23.40 — Ideias
00.10 — É de Ler

No 2.º canal às 20.05: 5.ª Dimensão

AOS CONDUTORES

"Junto das paragens de transportes públicos, abrande a marcha, porque a qualquer momento pode surgir uma criança a atravessar, quer pela frente quer pela retaguarda do autocarro."

PREVENÇÃO RODOVIÁRIA PORTUGUESA

GRUNDIG seleccionou para si...

RTP 1 Agatha Christie

RTP 2 Cinemadois

Corpo a Corpo

GRUNDIG PORTUGUESA
comércio de artigos electrónicos, Lda.
Rua Bento Jesus Caraça 17
Cruz Quebrada-1495 LISBOA
Telef. 4197570

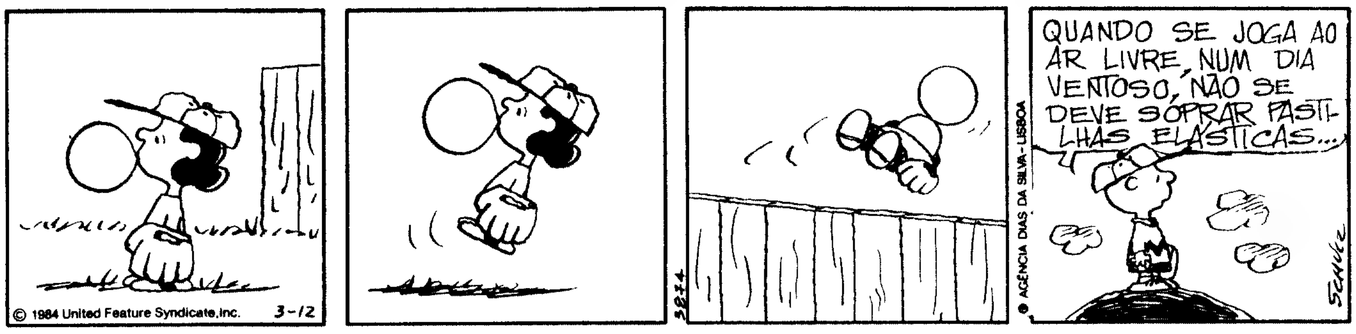
PORTE PAGO

MARÉS DE HOJE

PREIA-MAR		BAIXA-MAR	
04.02	**4,30 m**	09.46	**0,80 m**
16.27	**4,10 m**	22.05	**0,90 m**
Dia 5			
04.47	**4,20 m**	10.32	**0,90 m**
17.15	**4,00 m**	22.49	**1,20 m**

TEMPERATURAS DO AR ÀS 6 h:

BRAGANÇA	2º
VIANA DO CASTELO	5º
VILA REAL	5º
PORTO	9º
COIMBRA	11º
CABO CARVOEIRO	12º
CASTELO BRANCO	–
PORTALEGRE	15º
LISBOA	9º
ÉVORA	11º
BEJA	10º
FARO	13º
SAGRES	11º
PONTA DELGADA	16º
FUNCHAL	19º



PRD vai analisar acção global do Governo

O PRD vai fazer uma apreciação global da acção do Governo ao fim de um ano de actividade. Um grupo de trabalho, apoiado pelo Gabinete de Estudos e pelo grupo parlamentar, iniciará essa análise e, logo que ela esteja concluída, aquele partido informará o País sobre a forma como, globalmente, aprecia o trabalho do executivo de Cavaco Silva. A notícia foi esta manhã divulgada pelo general Ramalho Eanes no decorrer de um pequeno almoço no Méridien com jornalistas.

Eanes escusou-se a classificar como boa a actuação do Governo, remetendo os jornalistas para as conclusões desse grupo de trabalho.

Até lá a posição do PRD será, segundo o seu presidente, muito clara. «Vai continuar a ser um partido de oposição responsável, indiferente aos ataques que lhe forem dirigidos, evitará todas as crises artificiais, analisará cada medida do Governo dizendo sim ás que se ajustem aos interesses do País e ao seu programa, ou não o contrariem frontalmente. E tem que dizer não de uma maneira muito clara a todas as medidas que são contra os seus princípios ou contra o quadro político-ideológico em que o seu programa se insere».

Quanto à sua acção próxima, segundo Ramalho Eanes, o PRD estará sempre disposto a analisar qualquer medida «alternativa» ou «substitutiva», desde que seja melhor.

Eanes falou também sobre a Renamo, que disse ter funcionado no seu início como «um instrumento do sr. Smith» antes da independência do Zimbabwe, e abordou ainda a questão do separatismo açoriano.

A comissão liquidatária da CNP desrespeita decisões da AR

A Comissão Liquidatária da Companhia Nacional de Petroquímica (CNP) recusou hoje a reintegração e permanência na empresa de trabalhadores despedidos logo após a sua tomada de posse, num acto de desrespeito pelas decisões da Assembleia da República, afirmou ao «DL» um membro dos sindicatos dos trabalhadores da Indústria Química.

Os sindicalistas já solicitaram a intervenção da Inspecção de Trabalho argumentando que a revogação da extinção da CNP, aprovada pela AR e ontem publicada, repõe naquela empresa a situação existente antes da tomada de decisão de extinção. Segundo os sindicatos, a revogação torna «nulos e sem nenhum efeito» os despedimentos decididos pela Comissão Liquidatária, tendo dado orientação, aos seus associados que não rescindiram os contratos de mútuo acordo (a maior parte dos 130 despedidos), para se apresentarem nas instalações da empresa a fim de reocupar os seus postos de trabalho.

Os sindicatos manifestam-se contra a atitude da Comissão Liquidatária que dizem ser de «um total desrespeito pelas decisões da AR», uma vez que as suas funções cessaram no momento da publicação da revogação de extinção da CNP.

Há 450 mil contratados a prazo

Dos 2.816 milhões de trabalhadores que, no final do segundo trimestre de 1986, prestavam serviço por conta de outrém, mais de 450 mil estavam contratados a prazo, revela hoje um estudo elaborado pela CGTP-Intersindical.

O estudo da CGTP-IN indica que as actividades económicas mais afectadas, no período em causa, foram a da agricultura, silvicultura e pescas, a de construção e a dos restaurantes e hotéis que, no conjunto, têm um terço dos contratados a prazo, embora esse regime de contratação se estenda a todos os sectores económicos.

Em valores absolutos, o sector textil é o primeiro com mais de 272 mil contratados a prazo, seguido do da construção onde existem cerca de 80 mil, da agricultura com 50 mil e do comércio com cerca de 39 mil trabalhadores com o regime de contrato a prazo.

/D/E/C/A/R/A/S/

BETTINO CRAXI, primeiro-ministro italiano, chegou ontem a Macau para uma visita particular de 24 horas. Craxi, que ali chegou vindo da República Popular da China, está em trânsito para a Índia. Em Macau, o chefe do executivo italiano visitou alguns monumentos e foi recebido pelo governador do território, Joaquim Pinto Machado.

MADRE TERESA DE CALCUTÁ, galardoada com o Prémio Nobel da Paz, iniciou a sua segunda visita a Cuba em cinco meses, anunciou a rádio estatal. Madre Teresa chegou a Havana no domingo, chefiando um grupo de freiras, refere uma notícia da rádio captada em Miami, Florida. A visitante foi recebida no Aeroporto Internacional José Marti por José Carneado, chefe do departamento para assuntos religiosos do comité central do Partido Comunista Cubano, pelo arcebispo da capital Jaime Ortega e pelo secretário da Conferência Episcopal, Carlos Manuel de Cespedes.

ROCHA VIEIRA recebeu em Angra do Heroísmo o deputado açoriano do PS, José Manuel Bettencourt. «Nesta audiência foram abordadas questões relacionadas com os custos de insularidade e com a transmissão em directo para a região do canal nacional de televisão», disse José Manuel Bettencourt. Aquele deputado apresentou à Assembleia regional uma proposta no sentido da RTP transmitir via satélite o seu programa nacional para os Açores.

VASCO GONÇALVES, antigo primeiro-ministro português, escreveu o elogio de samora Machel, Agostinho Neto e Amílcar Cabral num artigo de uma página publicado domingo pelo jornal espanhol «El Pais». Aqueles líderes dos movimentos que alcançaram o poder em Moçambique, Angola e Guiné-Bissau foram os principais artifices da adopção da língua portuguesa como língua oficial dos seus países e «fizeram mais em 10 anos pelo ensino da língua portuguesa do que o colonizador em cinco séculos» - escreveu Vasco Gonçalves.

CARLOS PIMENTA, secretário de Estado do Ambiente, é alvo de um «jantar de apoio e crítica», uma iniciativa de dois grupos ecologistas e que conta já com a adesão de cerca de 150 pessoas. Um elemento da direcção da associação Amigos da Terra, que organiza o jantar em conjunto com o grupo Querus, disse à agência NP que as duas organizações se reuniram este fim-de-semana para debater «o processo do jantar», que se realiza em Lisboa em 14 de Novembro.

OLIVER TAMBO, líder do movimento de guerrilha sul-africano Congresso Nacional Africano (ANC), chegou a Moscovo para assistir às cerimónias do aniversário da Revolução Bolchevique de 1917, informou a agência TASS. Tambo chefia uma delegação do ANC, o principal grupo de guerrilha que combate o governo branco da África do Sul. As cerimónias a realizar esta semana, que culminam com um desfile militar na sexta-feira, contam com a participação de várias delegações estrangeiras.

Carne aumenta mais 10 por cento

A carne de vaca sofreu hoje novo aumento de cerca de dez por cento junto do consumidor, em consequência de um aumento de 20 escudos por quilo no preço do grossista para o retalhista.

O preco da carne de bovino está em regime livre, pelo que os retalhistas podem praticar as tabelas que entenderem. Mas, na verdade, dada a falta de procura, muitos retalhistas já abdicaram das suas margens de comercialização legais.

Desta vez, porém, parece inevitável o aumento de preço, de que pode ser dado exemplo concreto com o apetecido bife a passar dos mil para os mil escudos e cem e o lombo de 1500 para 1650 escudos.

Para já, sabe-se que a Comissão Consultiva do mercado de carne bovina se reunirá hoje para debater entre outras coisas os presentes aumentos.

«Com o aumento de preços ao consumidor haverá certamente uma ruptura do sector», segundo previu esta manhã um dirigente do comércio retalhista em declarações à NP.

A Associação Nacional dos Industriais de Carnes defende entre outras medidas que se deverá proceder de imediato á importação de carne de bovino dos outros paises da Comunidade que têm preços mais baixos.

Neste momento, os direitos niveladores sobre importação de carne de bovino são nulas, pelo que «se a produção e os grossistas esticam muito a corda haverá importação maciça», prevê, por seu turno, uma fonte da Junta Nacional dos Produtos Pecuários.

Assinale-se, por outro lado, que os produtores de aves, porcos e bovinos tinham ontem exigido ao Governo a clarificação da situação no sector, afirmando que a política de preços que está a ser seguida lhes tem imposto «graves prejuizos».

«A paciência está a esgotar-se e é bom que o Governo perceba que as associações pecuárias nunca estiveram tão unidas como agora», afirmam.

SETE PONTO SETE

SUPLEMENTO SEMANAL DO DIÁRIO DE LISBOA. SAI ÀS TERÇAS-FEIRAS. NÃO PODE VENDER-SE SEPARADAMENTE DO RESTO DA EDIÇÃO. RESPONSÁVEL EDITORIAL: JOÃO MENDES. CORRESPONDÊNCIA: RUA LUZ SORIANO 44, 1.200 LISBOA. TELEF. 320271/320272. TELEX: 12363

O Estado dos Impostos

O cidadão é capaz de pensar que a sua vida se divide em duas: aquela que, durante vários horas, concede à sociedade para poder viver; e a outra que resta desse tempo, julgada como espaço livre, dependente só de si. Do mesmo modo, o cidadão tende a pensar no que vê, e o Estado não é visto senão naquelas instituições destinadas a materializá-lo.
O folhetim semanal que aqui começa, pretende evidenciar a presença do Estado nas duas vidas do cidadão, uma presença invisível e, talvez por isso, importante. Desta vez, ficarão as pistas.

Olhe-se à volta e procure-se em cada objecto, em cada relação entre pessoas a parte que cabe ao Estado. Existe sempre uma pequena contribuição que cada cidadão entrega pelos seus gestos. Esse é o pagamento obrigatório de se viver numa colectividade, numa colectividade que atribui ao Estado o papel de medianeiro, fiscalizador e moralizador das relações entre as pessoas. É o pagamento ainda das funções de apoio, estímulo e a orientação da actividade dos cidadãos que o Estado vem assumindo, nas últimas décadas.

Justiça tributária

O Estado possui, por isso, responsabilidades colectivas, como se, aos seus olhos, todos os cidadãos fossem iguais. De direito assim é: nenhuma pessoa pode gozar de tratamento diferente de outra que praticou a mesma acção. No entanto, de facto, os cidadãos não são iguais: têm fontes de rendimento diferentes, níveis diferentes de vida, desempenham funções diferentes. Por isso, deverão comparticipar de formas também diferenciadas, baseadas num critério de justiça social que as recoloque em iguais circunstâncias. A questão está em saber quais, qual deve ser esse critério e que tipo de impostos devem ser escolhidos: deverão pagar pelo que têm, pelo que recebem ou pelo que despendem?

O actual sistema fiscal

O sistema tributário em vigor sofre de grandes distorsões.

Composto de um número extremamente elevado de impostos, acaba por se perder de vista qual terá sido o objectivo da fixação de diversas imposições. Existe uma sistemática sobreposição de impostos, sendo várias vezes tributados os mesmos rendimentos. Medidas destinadas a estimular certos sectores da sociedade determinam a isenção de alguns impostos, reduzindo-se legalmente a base tributável. Além da sobreposição de impostos, há diversas combinações de regimes: existem beneficiários sujeitos a dois impostos progressivos (maiores taxas para maiores rendimentos), a um imposto progressivo e os que não se encontram sujeitos a nenhum. A evolução do sistema que se tem feito no sentido de reduzir a parte dos impostos sobre rendimentos (directos) e aumentar aquela dos que incidem sobre produtos, transacções, serviços (indirectos) não é fruto de critérios de equidade, mas a forma encontrada de compensar a fuga à cobrança dos impostos directos. Se a tudo isto se acrescentar o elevado nível das taxas de tributação que fazem Portugal ter um nível de fiscalidade próximo do dos Estados Unidos ou da Suíça, pouco abonará a favor do actual sistema fiscal.

Contudo, a crítica mais grave é aquela que vai de encontro à base de qualquer sistema fiscal — a justiça. Com efeito, as receitas cobradas dos impostos directos provêm, na sua maior parte, dos rendimentos que menos participam no rendimento nacional.

A redistribuição compensa?

A injustiça fiscal poderia ser compensada pela acção redistributiva do Estado, através de um sistema de transferências da Previdência Social. No entanto, a participação do Estado no Orçamento da Segurança Social não chega a 10% das receitas, o mesmo é dizer que são os contribuintes activos a pagar o grosso das receitas, ou seja, que a redistribuição se faz entre os mais carenciados.

Sobre esta questão, não esquecer a actual proposta de «reprivatização da Previdência, em que os beneficiários teriam, através de um seguro, de precaver e pagar a sua previdência.

Recorde-se ainda que a Previdência Social apoia-se num regime viciado, dependente da iniciativa e da perseverança reclamativa do beneficiário, em que os serviços externos se encontram desfalcados de pessoal e, mais grave, destituídos de qualquer poder que não o da ameaça.

Evasão e fraude

A Previdência Social é defraudada em montantes avultados através do regime em vigor que estabelece deverem ser retidas nas empresas as contribuições relativas àquela instituição. O mesmo se passa quanto ao Imposto Profissional, cujas quantias servem, em muitos casos, para financiamento das empresas, sem juros, e sem que os trabalhadores aufiram qualquer rendimento suplementar.

As fugas alargam-se a todos os impostos, mas sobretudo à Contribuição Industrial, ao Imposto Profissional, defraudado nos escalões mais elevados pelas profissões liberais, e ao Imposto Sucessório. Existem fugas por retenção abusiva, por falsa declaração ou mesmo por omissão completa de declaração. Exemplo desta última é o caso de parte dos funcionários políticos e detentores de cargos políticos, que se saiba, em risco dos processos serem arquivados.

Fiscalização e tribunais

A fiscalização, nas palavras do secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, não vai ter «semáforo», com cartões vermelhos, amarelos ou verdes, mas vão aperfeiçoar-se os métodos. Sobre os dados recolhidos para o controlo do IVA, diz-se ser possível utilizar os dados informatizados da Contribuição Industrial, com possibilidade de obtenção de resultados sintomáticos de infracção. No entanto; quando apareceu na Televisão, o secretário de Estado não o mencionou e apenas falou dos desvios detectados entre as declarações do Imposto Profissional e do Complementar.

A fiscalização tributária das empresas faz-se, neste momento, de cinco em cinco anos e por sorteio. Refira-se a propósito que o Código Processual de Contribuições e Impostos estipula que uma infracção cometida há mais de cinco anos não pode ser processada e, por isso, condenada!

Como se vê, o Estado cheio de histórias, com muito ainda pr fazer no cumprimento das suas responsabilidades colectivas, um Estado que funciona, mesmo por omissão, nas horas livres do cidadão.

João Almeida

Sala de professores

UM liceu de Lisboa. Após 50 minutos de aula, o esperado, o desejado toque para o intervalo. A campainha da escola retine, é um ruído irritante, demasiado estrídulo, mas neste caso saboroso: alunos impaciente saem para o recreio aos atropelos.

Certos professores juram que já viram alunos a sair não só «aos atropelos», mas também aos trambolhões, às cambalhotas — por vezes mesmo a fazer o pino. Para os alunos, o professor é (quase) sempre um chato, um *representante do sistema,* uma entidade repressora que nos tenta transmitir um saber no qual não estamos interessados, uma quantidade x de informação que *não informa* nada sobre a realidade com que o futuro adulto irá ter de lidar. (Reflexo medíocre do pai ou da mãe, polícia sem farda.) Ingénuos alunos, que ignoram que também não é com os melhores dos olhos que os professores os vêem.

O intervalo é, portanto, *catarse:* no recreio, nos corredores, faz-se o que não se pode fazer na aula, senão apanha-se falta: os alunos brincam, namoram, fumam cigarros, andam ao sopapo: enfim, entretêm-se a quebrar as regras.

E os professores?

Para eles, também o intervalo é catarse. Profissionais da boa vontade, mal pagos como (quase) toda a gente, roucos de tanto se tentarem fazer ouvir, refugiam-se na sua sala, a sala de professores. Que é o mesmo que dizer *no coito* desse jogo de escondidas, de polícias e ladrões que, por vezes, é a relação *stôr/aluno*. Aí, nesse reduto protector, podem *ser* mauzinhos. Ou pelo menos fingir que o são.

Em delírio

A professora de inglês, apreciadora de *nonsense*, dá a deixa, com uma piada não demasiado gasta: outorgar-se o título de Campeã de Terror dos Alunos.

«Isto, em quinze dias, caros meninos, está tudo corrido a chumbos», diz que lhes disse. Os colegas riem-se, é *essa* a função destes diálogos.

O professor de Matemática abana negativamente a cabeça, pouco crédulo que a interlocutora o bata em crueldade:

«Minha querida, sabe qual a alcunha que eles já puseram à minha aula? Auschwitz. Alguém consegue melhor?»

Há quem pense que com coisas sérias não se brinca — professores mais antigos, sobretudo. Mas enganam-se redondamente: *só* com coisas sérias é que se brinca. Outro colega lança mais uma acha para a fogueira:

«Há dias dei uma aula toda inteirinha em checoslovaco. E quando um deles se atreveu a protestar mandei-o i-me-di-a-ta-men-te para o olho da rua.»

«Com falta, espero.»

«Evidentemente. Era o que faltava!»

«Mas, António, você sabe checoslovaco?»

«Não, mas eles também não sabem.»

Por sua vez, a professora de Geografia compõe um ar compungido:

«Tens mais sorte que eu. Eu falo em português e mesmo assim eles ainda não descobriram de que disciplina é que eu sou professora. Alguns, mais espertos, suspeitam que dou Desenho, por causa dos mapas que levo para a aula.»

O sorriso seraficamente simpático do professor de Português cativa as atenções:

«Já alguém experimentou usar um chicote?»

«Eu já pensei nisso. Desisti porque não sabia quem bateria em quem.»

«Talvez não fosse má ideia instalar um sistema de alarme eléctrico nas carteiras. Quando algum menino se lembrasse de rabiscar no tampo da mesa levaria com 120 volts em cima, que era para aprender.»

«Nem pense nisso, Luísa. Eram capazes de gostar. E depois quem é que pagava a conta da EDP?»

«Podia ser só uma cadeira eléctrica.»

«Qual?»

«A piada estaria aí. Os alunos estariam em constante tensão...»

«Alta tensão...»

«Qual deles levaria com a descarga naquele dia.»

«Sim, e se...»

Soa o gong

Trriii!!! O problema do toque é que não é só de saída, há também o da entrada. *Il scherzo é finito,* a brincadeira acabou. Encabulados, os professores sentem-se como que apanhados em falta (aliás, se não se apressarem levam falta). As olheiras regressam aos olhos de onde estiveram afastadas por precários minutos. Como pugilistas castigados, Rockys involuntários, avançam, para a prateleira, a buscar os livros de ponto: mais uma corrida, mais um assalto.

Oh não, agora é o 7.º F, uma turma pavorosa. Todos repetentes, mãe santíssima! Os cristãos de Roma antiga não se sentiriam muito pior, no momento de serem lançados às feras: a única diferença é que *estas* nos acham — ainda bem? — indigestos...

É então que alguém lança uma última *blague,* para insuflar coragem: «Bem... A luta continua/ e agora vão quantos para a rua?»

PS— Há, é evidente, muitos voltes-faces na história, que nem sei se é realista, sub-realista ou hiper-realista. Um caso exemplar passou-se, creio, com o autodenominado «terror dos alunos», a «stôra» de Inglês. A caminho da aula confrontou-se com um incidente imprevisto: um aluno, de cuja turma era directora, tivera uma crise de nervos, forma eufemística de designar uma princípio de epilepsia. Durante hora e meia, paciente, carinhosa, interessadamente, escutou o rapaz, acompanhou-o num sumo, contou-lhe a sua vida para que ele não se inibisse de contar a sua. Gracejou umas vezes com sucesso (o aluno sorriu), outras menos. Ficaram-se assim um em frente ao outro. Uma conversa suave, pausada, silenciosa mesmo. Segundo consta, foi uma aula excelente.

Rui Zink

Suzanne Vega no River Fest

QUARTA-FEIRA, 17 de Julho de 1985. Decorria então o **River Fest,** um festival de música que todos os anos de realiza em St. Paul, capital do Estado do Missesotta, nas margens do Mississipi. De 12 a 21 daquele mês muitas foram as celebridades que passaram pelo palco principal. Por exemplo: os **Kool** & the Gang, Temptations, Four Tops, Jerry Lee Lewis, Reo Sppedwagon, Survivor. Para a noite de 17 estava anunciada «a living legend», como ela a si própria, ironicamente, se designou, **Joan Baez.**

Foi assim para ouvir este monstro sagrado dos anos sessenta que uma pequena multidão se começou a reunir naquele fim de tarde chuvoso. E como não são propriamente as celebridades que nos interessam, continuemos. O espectáculo começou às 19h. e Joan Baez só actuou, envolta num mar de mosquitos (a «ave estadual»), ás 22h. Entretanto, às 21h. foi a vez de John Prine, um palhaço a esquecer, embora tenha encontrado considerável recepção devida às suas «piadas» referentes a sexo, drogas, vagabundagens, etc. Às 20h., David Bromberg, de qualidade indiscutivelmente superior, embora muito próximo (epígono, talvez), de Bob Dylan. Finalmente, às 19h., Suzanne Vega.

Foi, com efeito, com Suzanne Vega que o espectáculo começou, tocando para um público pouco receptivo, ou disponível, para ouvir algo de diferente (aliás, os públicos não são tão diferentes quanto isso, como o sempre atento Oscar Wilde nos avisou). Comparada a Joni Mitahell, entoando melodias com ecos de Laurre Anderson, possuidora de uma voz que por vezes lembra Rickie Lee Jones, combinando uma tradição **folk** e o **rock,** SV foi além de todos eles e criou o seu estilo próprio. Era diferente, e por isso mesmo o público não a acolheu de uma forma tão eufórica como o fez face às palhaçadas de Prine, ou à memória de Dylan que chegava pela voz de Bromberg.

SV vive em Nova Iorque, onde passou, aliás, a sua infância, e estudou em Santa Mónica, na Califórnia. De novo em Nova Iorque, frequentou um curso de dança na School of Performing Arts. A vivência urbana da cantora está presente de uma forma determinante nas composições do seu primeiro álbum, por ela tocado na íntegra no **River Fest.** Observem-se por exemplo alguns temas como **Freeze Tag, Undertow, Knight Moves, Neighborhood Girls** e **Small Blue Thing.**

Em todos eles é um universo cosmopolita que se insinua nos movimentos das ruas, nos passeios pelos parques, na vida da noite, nas ressacas, nas relações humanas tão normais nesses universos e, consequentemente, nas emoções experimentadas. Daí, talvez, a sensação de que nada de especial se passa, de que não existem histórias épicas a narrar. Na realidade, o único instante em que uma história é contada, em **The Queen and the Soldier,** nega-se a euforia épica. Ao começar a ouvir esta canção, tão devedora da tradição narrativa irlandesa, pensei de imediato tratar-se de habitual tema de sedução de um peixe miúdo por um graúdo. O desenrolar da história provou o contrário:

«Out in the distance her order was heard
And the soldier was killed, still waiting for her word
And while the queen went on strangling in the solitude she preferred
The battle
Continued on»

A sedução está, de facto, latente, predomina, todavia, a torre de marfim do poder, a inutilidade da guerra, e a solidão. No fundo, embora num distante cenário medieval, esta canção ecoa temas e formas de sentir tipicamente urbanos. Refira-se, aliás, por curiosidade que **Straight Lines** nasceu de uma conversa ouvida no metro por Suzanne Vega. Dizia uma jovem «I would like to hear a straight line to help me find my away».

Small Blue Thing é, quanto a mim, um dos temas mais fascinantes deste álbum.

«Today I am
A small blue thing
Made of China
made of glass
I am cool and smooth and curious
I never blink
I am turning in your hand»

Ao apresentar **Small Blue Thing** durante o **River Fest,** Suzanne Vega disse que em Itália a interrogaram quanto a isso de ser «uma coisinha azul». Como se essas coisas tivessem que ser explicadas ou inseridas num projecto... É esse **universo lírico** construído nos limites da solidão e do quotidiano que afasta, em definitivo, este estilo do **folk** que o antecedeu. A música de SV estabelece assim uma ponte entre a tradição dos anos sessenta e o mundo da new wave, que ela tem, em certa medida, seduzido, como o prova as presença de Chris Frantz e de Tina Weymouth, dos **Talking Heads,** numa sua actuação em Nova Iorque no Verão passado. Aos 27 anos, Suzanne Vega, «a person who can't wear browns or orange. I wear blues and blacks». Uma das vozes jovens mais curiosas que nos chegam dos Estados Unidos.

Joan Baez? Bom...

Mário Avelar

Ladurie em Lisboa: fascinantes passados

Fosse Le Roy Ladurie um destacado dirigente da maioria que actualmente domina a cena política francesa e talvez a sua passagem breve por Lisboa, para duas conferências, na Gulbenkian e no Instituto Franco-Português, tivesse merecido outra atenção e destaque da «distraída» Informação nacional. Mas o autor da «Histoire du Climat depuis l´an Mil» e de «Les Paysans du Languedoc» nada vinha trazer-nos das delicías da «Europa comunitária» ou do estado actual da coabitação Mitterrand-Chirac. Trazia outras notícias, distantes no passado mas profundamente ligadas ao nosso presente e futuro. E passou, talvez por isso, quase ignorado.

Assisti a parte da sua intervenção no Instituto Francês. Leio no «JL» que também na Gulbenkian, onde abordou o tema da monarquia francesa no Renascimento, teve uma assistência jovem e numerosa. Do mal o menos. Alguma semente ficou. E, sobretudo, o aviso comum de Ladurie e Chesselet(outro investigador que o acompanhou na conferência do Instituto) de que vivemos um tempo bem «mais vulnerável que o dos nossos antepassados».

Para um continuador de Marc Bloch, fugir à regra pré-socrática de que «o homem é a medida de todas as coisas» é tarefa francamente arriscada. Mas Le Roy Ladurie entendeu, ao longo de muitos anos de laboriosa e discreta investigação, que «é mutilar o historiador fazê-lo especialista apenas de Humanidades». E será através da história agrária, onde o homem é ainda personagem central(«Histoire du Languedoc», PUF, 1962 e «Les Paysans du Languedoc», 1966, entre outros trabalhos) que o jovem companheiro de Le Goff, Duby, Braudel e de outros grandes nomes da «Nova História», caminhará para uma «transição lógica e mesmo obrigatória, até à História do clima».

«Mais vulneráveis»

Da sua «Histoire du climat depuis l´an Mil»(cuja primeira edição data de 1967), não se falou o bastante no Instituto francês. Mas dela partíu e viveu o tema do colóquio «Climatologia de ontem e de hoje», com Roger Chesselet, investigador baseado em dados mais actuais e computorizados, e que abordou o papel da atmosfera e dos oceanos nas variações climatéricas, a comentar os dados e observações de Ladurie com a frase, aparentemente irónica, mas sobretudo conclusiva, de que «ciências exactas é com ele e não comigo».

Na obra citada, quer Ladurie demonstrar que é possível uma História científica do clima, desde que apoiada, nomeadamente, em «factos rigorosamente climáticos», na compilação de antigas observações meteorológicas, datas de colheitas, textos, descrições e representações iconográficas de glaciares, e sem a tentação de especulação, «romance» ou «drama» de que Laudrie acusa H.H. Lamb(«Climate History and the Modern World»,ed.1982, Londres e Nova Iorque), num demolidor posfácio inserido na edição de 1983(Flammarion), da sua «Histoire du climat..»(lamentavelmente ainda sem edição portuguesa).

Data de 1956(tinha então 27 anos) o seu primeiro trabalho de investigação climática(«Fluctuations météorologiques et bans de vendanges au XVIII siècle»), seguido do importante ensaio «Histoire et climat», publicado nos Annalles em 1959 e de outros trabalhos parcelares, até 1967, quando publica a História do Clima desde o Ano Mil, obra global que coloca as questões fundamentais da sua pesquisa historico-climática.

Defende o historiador rigoroso, avesso a fáceis ou cómodas sínteses, uma primeira história «pura» do clima, despida de preocupações ou pressuposições antropocêntricas. Franqueada este etapa-sublinha- poder-se-á, então, tentar a «elaboração de uma história ecológica, de uma história climática de incidência humana».

As desastrosas colheitas de cereais e vinho de 1788, motivadas por chuvas ininterruptas em Outubro e Novembro do ano anterior e por um Janeiro seguinte invulgarmente quente, tiveram efeitos profundos na Bastilha do ano seguinte? Roy Ladurie não o contestará, mas a sua atenção primeira será o registo documental dos números, das tabelas, dos factos,em suma, que, ligados a outros factores, talvez mais relevantes, ajudarão a entender «as vinhas da ira» e os tempos do medo infinito do«ano decisivo» de 1789.

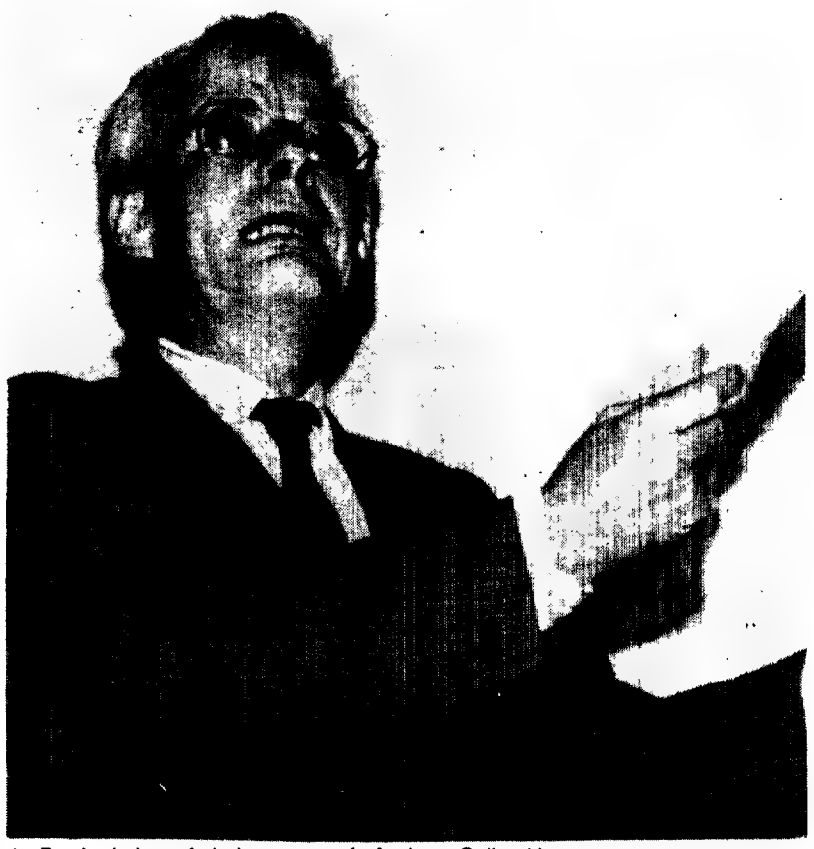
Do século que vivemos não curou Ladurie saber de registos ou documentos(para a sua obra base consultou durante uma dezena de anos arquivos e bibliotecas municipais e monásticas, decifrou números, textos, juntou tabelas, interpretou gravuras). Vive-se já o tempo das calculadoras electrónicas, do computador. São numerosos os ensaios ou obras que comprovam, com rigor, a importância das variações atmosféricas sobre o clima, nomeadamente através da acumulação de gaz carbónico, de origem industrial, na atmosfera terrestre, das erupções vulcânicas(depósito de poeiras nas camadas médias de estratosfera que diminuem a quantidade de radiações solares), da própria «microvariabilidade» da radiação solar e da interacção oceanos/atmosfera(os mares acumulam correntes quente e frias de incidências climáticas duradouras).Explicar-se-ia, assim, o «reaquecimento» das regiões temperadas do hemisfério norte desde o princípio do nosso século. Como se poderia, por razões profundas, de sentido oposto, compreender a «pequena glaciação» dos séculos XVII e XVIII.

«El Nino»

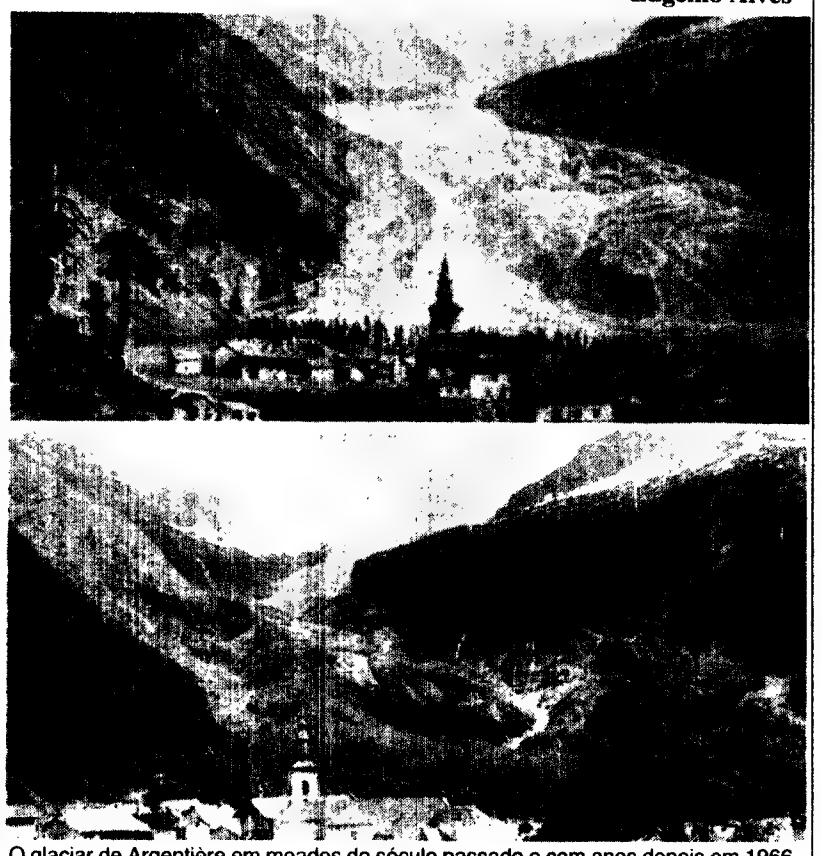
No referido colóquio do Instituto franco-português, Roger Chesselet, especialista da climatologia actual, exibíu um raro e expressivo documentário cinematográfico, baseado nos dados fornecidos por satélite(entre Maio e Novembro de 1982) e que comprovam as profundas mudanças ocorridas nos ventos alíseos que da costa ocidental norte-americana sopram em direcção à Austrália. A variação ocorrida nesse massa atmosférica afectou, por exemplo, «El Nino», corrente fria do mar chileno que favorecia, em apenas 20 km de costa, a mais rica produção mundial de farinha de peixe e a pesca abundante de anchovas. Resultado: desemprego e miséria numa vasta área do Chile e aumento mundial do preço da farinha de peixe. A mesma variação atmosférica terá-disse o conferencista- afectado a meteorologia de boa parte da costa ocidental norte e centro-americana, causando chuvas catastróficas e 100 biliões de dólares de prejuízos materiais.

«Estamos hoje mais vulneráveis que os nossos antepassados», frisou, então, Chesselet, ante o silêncio aprovador de Ladurie. Quem o negará?

Eugénio Alves



Le Roy Ladurie proferindo a sua conferência na Gulbenkian



O glaciar de Argentière em meados do século passado e cem anos depois em 1966

Requeijão

À noite estava agradável e o jantar fora magnífico. A dona da casa — uma jovem professora de Filosofia — esmerara-se e todos se lamberam enquanto devoravam o bacalhau com natas, regado com um Alvarinho, branco e fresco, trazido pelo Sérgio, um arquitecto bem instalado na vida e escritor nas horas vagas.

As outras duas mulheres que entram nesta história ambas jovens e atraentes, e professoras de Filosofia como a dona da casa — estavam particularmente deliciadas com a sobremessa. Cortavam com meiguice o esplêndido queijo da serra e riam com alguma cumplicidade.

«Melhor que isto só o requeijão» — comentou, antes de beber vagarosamente mais um golpe de Alvarinho, uma delas, Teresa de seu nome.

Calado até então, o quinto comparsa — um publicitário lisboeta, quarentão, conhecedor de algum mundo e de alguma vida — sorriu um tanto enigmaticamente, bebeu mais um pouco e perguntou como quem não quer a coisa:

«Requeijão? Melhor que serra? É estranho...»

Teresa, de olhos brilhantes e um tudo-nada maliciosa, respondeu de imediato:

«Podem não acreditar, mas em certas ocasiões, assim à noite, quando estou só e como requeijão vagarosamente, atinjo o orgasmo».

Fez-se um certo silêncio gozado. Entrecuzaram-se os olhares. Surgiram algumas gargalhadas. E Manuela — a professora de Filosofia que rira, cúmplice, com Teresa — foi a primeira a comentar.

«Claro que acredito. A mim acontece-me o mesmo, mas tem que ser requeijão com mel».

O mote estava dado. Nessa noite quente de Lisboa-a-louca, ali, no recato de um sotão habitado por dignos representantes de uma certa burguesia a puxar para o intelectual, discutiu-se o requeijão e as suas virtudes afrodisíacas, ponto de partida para uma pequena orgia de palavras e de outras coisas. E foi então que Catarina, a dona da casa, perante a incredubilidade manifestada pelos companheiros masculinos dessa noite, explicou:

«É perfeitamente natural que numa pessoa possa atingir o orgasmo através da alimentação. Não sei se sabem, mas a boca é um dos pontos mais eróticos e sensíveis do corpo humano. E não é por acaso que na linguagem utilizada correntemente relativa à actividade parassexual, se recorre muitas vezes a expressões que têm a ver com aquilo que se come...»

...E perante a curiosidade de todos os que se sentavam à volta da mesa, Catarina perguntou quem não «tinha feito marmelada» quando era jovem (e mesmo quando a juventude já tinha passado); referiu a expressão, superutilizada em determinadas situações, do «como-te toda(o); e lembrou a frase, ridícula e delico-doce que permite chamar ao parceiro de práticas mais ou menos amorosas «meu torrãozinho de açúcar». E muitas coisas mais.

Sérgio, o arquitecto e escritor nas horas vagas, começou a rir sem parar, interrompendo a exposição de Catarina. E perante a insistência dos companheiros, revelou então, com ar brejeiro, o porquê das suas gargalhadas:

«Só agora entendo, em toda a sua plenitude, o significado e a razão daquela canção do Paulo de Carvalho...»

«Qual?» — perguntaram todos em uníssono.

«Aquela em que ele diz que sem bacalhau nunca mais faz aquela coisa que é feita à mão pelo pessoal...» — rematou o arquitecto, tão púdico quanto o cantor...

Ribeiro Cardoso

Adeus ozono?

Ar condicionado, limpezas a seco, aerosóis estão a liquidar o ozono da Antártida, que filtra a maior parte dos raios ultravioletas. O sol poderá passar a queimar muito mais...

A quantidade de ozono (uma molécula é feita de três átomos de oxigénio) presente na alta atmosfera diminui muito, e muito rapidamente, sobre o continente antárctico, em todos os meses de Outubro, quer dizer: no momento em que o sol reaparece, depois das longas noites do Inverno austral. Por outro lado, à escala anual, tem tendência a diminuir regularmente desde 1979 — e sempre sobre a Antárctida.

Evidentemente, o ozono não é senão uma pequena componente da atmosfera terrestre. Toda a atmosfera, em condições «normais» de temperatura (23 graus centígrados) e de pressão (uma atmosfera) envolveria o planeta sob a forma de uma coroa de oito quilómetros de espessura, em que o ozono não era, até 1979, senão uma «lâmina» de três milímetros. Mas o ozono, que está particularmente concentrado a uma altitude de 20 ou 25 quilómetros, desempenha um papel fundamental como escudo de protecção: é ele quem absorve uma boa parte dos raios ultravioletas. Ora, esta fracção de energia solar tem a propriedade de desorganizar as estruturas da matéria viva que atinge.

O ozono desempenha igualmente um outro papel: a absorção dos raios ultra violetas pelas moléculas de ozono é acompanhada pela libertação de calor, o que explica que a temperatura aumente na alta atmosfera (entre 6 e 40 quilómetros sobre os pólos; entre 17 e 60 quilómetros sobre o Equador). Ora, a alta e a baixa atmosferas não são independentes uma da outra. Qualquer mudança das condições térmicas na alta atmosfera incide forçosamente nas da baixa, e repercute-se nas trocas de energia entre o nosso planeta e a sua atmosfera, que são o motor do nosso clima.

O bizarro comportamento da camada de ozono presente sobre a Antárctida foi primeiro notado pelos britânicos graças às medidas regulares feitas na estação de Halley Bay. Imediatamente a seguir, os americanos analisaram os dados coleccionados pelos seus satélites Nimbus e os japoneses enviaram sondas das sua base de Showa.

Fotoquímica ou dinâmica?

Todos os dados concordam: em Outubro, por cima da Antárctida, a «lâmina» de ozono diminuiu 0,5% por dia, ficando assim reduzida, no fim do mês, à espessura de 1,5 mm em média, embora as variações diárias sejam importantes.

Pensando no decréscimo de ozono sentido desde 1979, temos de reconhecer que à perda regular se acrescentou uma quebra sazonal invulgar. Ora, os mecanismos destas variações não são ainda conhecidos. Eis a razão porque os americanos começaram, em Setembro último, no Pólo Sul e na sua base de McMurdo, uma campanha de investigações incluindo medições do ozono a partir do solo e através de balões, bem como medições das componentes azotadas e cloradas.

Duas espécies de explicações são propostas para o fenómeno observado: as que derivam das teorias fotoquímicas e as que derivam das teorias dinâmicas.

Sabe-se que os monóxidos de cloro têm a propriedade de destruir o ozono. Ora, a actividade humana liberta cada vez mais clorofluormetanos utilizados, em especial, na refrigeração e no condicionamento do ar, nas bombas de aerosóis, nas espumas isolantes, na limpeza a seco... Inertes ao nível do solo, os clorofluormetanos sobem, a pouco e pouco, para a alta atmosfera onde são dissociados pelos raios solares. Reagem e interagem então com os elementos presentes nessa zona e produzem monóxidos de cloro.

A forte diminuição do ozono sobre a Antárctida supõe a presença de uma quantidade de monóxidos de cloro maior do que a que existe sobre latitudes médias. Para explicar essa abundância de monóxidos de cloro, pensa-se que existe um mecanismo especial naquela região.

Por um lado, os aerosóis vindos de todas as partes do mundo concentrar-se-iam ali. Por outro lado, as muito baixas temperaturas (-90 graus centígrados a 20 quilómetros de altitude) permitiriam a formação de nuvens de gelo. Estas inúmeras partículas entrariam em processos químicos característicos da região e favoreceriam a libertação de monóxidos de cloro.

As teorias dinâmicas fundam-se em vários factos. A Antárctica é um continente rodeado de oceanos (contrariamente ao Ártico que é um oceano rodeado de continentes). A circulação atmosférica faz-se, ali, sob a forma de um anel de ar que volteia muito depressa (a cem quilómetros à hora, enre 7 e 30 quilómetros de altitude) de Leste para Oeste. Isso isola o centro de turbilhão. Muito frios durante o Inverno, o continente e o ar sobre ele aquecem rapidamente com o reaparecimento do sol no início da Primavera austral.

Um desequilíbrio térmico produz-se então, criando um movimento ascendente do ar no centro do anel e um movimento descendente nos seus bordos. O ar próximo do solo é pobre em ozono, donde a forte diminuição de ozono em Outubro, quando a alta atmosfera é rica em ozono: daí as grandes percentagens de ozono medidas na mesma época na periferia do anel.

Segundo os primeiros resultados da campanha americana em curso, o Conselho Internacional das Uniões Científicas (ICSU) pensa organizar um programa internacional de investigações sobre o caso do ozono da Antárctida.

Yvonne Rebeyrol

Guatemala: guerra na selva

Frederico acabara já de beber a bica, quando trouxeram o chá que Joana pedira. Na mesa de um pequeno café de Lisboa, o «bule» de metal parecia ter cumprido a sua função. Nada naquele objecto despertara a atenção dos presentes, até que Frederico ao examiná-lo disse naturalmente: «isto é que dava jeito nas povoações em resistência». Não compreendi, o significado da observação até que Joana o explicou: «é por causa do fumo». Nas montanhas e selva de um país distante, aquele objecto anódino aparecia como uma garantia de sobrevivência... Só então percebi a enorme distancia que separava aqueles dois guatemaltecos das pessoas que, em Lisboa nessa hora incerta do crepúsculo se cruzavam com eles.

Deixam-se fotografar mas não podem mostrar a cara. Vêm de outro mundo, o país dos quatro arco-íris e dos desaparecidos

DIZEM da Guatemala que é o país da Primavera eterna de vulcões e lagos, das cores que se cruzam em arcos-iris no céu e preenchem as roupas dos indígenas. Não há guatemalteco que resista a falar sobre a beleza do seu país. Pelo menos, assim aconteceu com aqueles que conheci, tal como uma conversa interrompida que se retoma voltando ao ponto de origem.

Nessa repetida descrição de um pequeno país da América Central há, contudo, um «mas» que a afasta de um qualquer anúncio sobre o paraíso: vinte anos consecutivos de um poder militar que fez da violência a sua primeira lei e que tranformou os habitantes desse país longínquo em seres que o terror desloca para um mundo à parte.

Em 1984, uma delegação da Guatemala que passou por Lisboa a convite do GSAL, (Grupo de Solidariedade com a América Latina) descreveu em pormenor o que se passava no seu país: 35.000 desaparecidos, 80.000 pessoas concentradas em aldeias estratégicas, onde estão sujeitas a um regime militar, 900.000 homens inocorporados à força nas chamadas Patrulhas de autodefesa civil, o massacre das populações indigenas, os cemitérios clandestinos, os milhares de presos assassinados antes de serem julgados, as cabeças dos rebeldes espetadas em paus à beira dos caminhos...

Diziam então que o governo militar combatia a guerrilha queimando povoações camponesas e obrigando os civis a protegê-los nas patrulhas já citadas. Traziam consigo imagens da destruição, de aldeias transformadas em ossários.

No entanto, em Dezembro de 1985, a Guatemala elegeu o seu primeiro presidente civil desde há 20 anos, o democrata-cristão Vinicio Cerezo. À semelhança do que sucedeu em outros países latino-americanos, supôs-se que a transferência de poderes implicaria também aí o fim da repressão. Mas a semana passada, na sede do GSAL, Joana e Frederico eram só por si a negociação desta suposta mudança: identificação, só os nomes próprios, fotografias, só de costas...

Joana é membro do Comité de Unidade Camponesa. Frederico das «Povoações em Resistência» ou seja, é um dos 15 a 20 mil camponeses que se refugiaram nas montanhas e selva guatemalteca para fugirem ao controlo militar. Vivem há cinco anos em «habitações» que mais não são do que telhados construídos de folhas. Cozinham apenas á noite para não serem detectados pelas constantes patrulhas de aviões e helicópteros. Quando amanhece os vestígios da sua presença são diminutos. Têm contudo um ponto fraco: para sobreviverem necessitam de praticar a agricultura e, como diz joana, os «campos de milhos são visíveis à distância». Eles são o sinal de presença humana esperado pelos aviões militares para iniciarem os bombardeamentos.

A sua teoria é a mesma que serviu de base á política de terra queimada ou seja, quando não se mata o geurrilheiro, destrói-se tudo quanto lhes possa servir de ponto de apoio ou de meios de subsistência.

Frederico sublinha, no entanto, que ao contrário do que diz o presidente Cerezo as «povoações em resistência» não são constituídas por guerrilheiros mas sim por civis, homens, mulheres e crianças. São civis, acrescenta, que recusam ser transferidos para aldeias estratégicas e que se cansaram de morrer nas patrulhas de autodefesa civil para proteger os militares.

Nem as aldeias estratégicas, copiadas das que foram implantadas pelos norte-americanos no Vietname, nem as patrulhas civis, foram extintas, pelo novo presidente. Assim como não terminou a guerra contra as «povoações em reistência»: desde que Cerezo tomou posse foram assassinados sete dos seus membros, destribuídos dos ranchos e uma povoação, bombardeadas vastas extensões de milho e de outras culturas. Frederico refere ainda que entre Julho e Setembro vários colunas militares, com 280 soldados cada, penetram nas chamadas áreas de resistência.

«Desaparecidos igual a mortos»

No entanto, algo mudou desde que Cerezo tomou posse. A título de exemplo, Joana refere que hoje são permitidas manifestações e que a oposição tem acesso à Imprensa. Mas no seu entender estas mudanças destinam-se sobretudo a consumo externo. Através delas, diz, o novo presidente tenta recuperar ajudas externas canceladas durante o regime militar.

Joana afirma que a abertura existente não contempla qualquer das reivindicações até agora apresentadas. Que a repressão continua a fazer-se sentir: «Antes era massiva, agora é selectiva». Conta o que se passou com o Grupo de Apoio Mútuo (estrutura semelhante às mães da Praça de Maio na Argentina): foram recebidos por Cerezo, a quem pediram um esclarecimento sobre o paradeiro de milhares de desaparecidos. O presidente propôs-lhes que eles fossem todos dados como mortos e que as viúvas passassem a receber uma pensão de 50 pesos. No seu entender, isso faria «esquecer o passado».

Diz que o presidente recusou a realização de uma reforma agrária e que irá continuar a distribuir as pequenas parcelas de terra abandonadas pelos que se refugiaram na cidade — 1 milhão — e no México — 100 mil, deixando as grandes herdades intactas. Recorda que a reforma agrária é uma velha reivindicação dos camponeses, condenados a praticar uma agricultura de subsistência ou a trabalhar, como assalariados, nos latifúndios.

Joana afirma que até agora nada foi feito no campo da educação — a taxa de analfabetos na Guatemala é de 81 por cento —, da saúde e em outros domínios. Salienta que estes aspectos, bem como a dissolução das patrulhas civis, estavam contemplados numa proposta feita ao presidente pelo movimento que agrupa as estruturas de resistência política e armada — a União Revolucionária Nacional Guatemalteca — e que o seu cumprimento era a condição colocada para se abandonar a guerrilha.

«Ajuda igual a armas»

A proposta foi recusada. A guerrilha continua e Joana e Frederico estão convictos de que a situação actual demonstra que Vinício Cerezo apenas chegou ao poder poreue os militares assim o quiseram. No seu entender, são eles ainda os senhores do país. Por isso se deslocaram à Europa, onde tentam demonstrar às autorideades competentes que as ajudas externas prometidas ao novo presidente se traduzirão apenas na compra de mais armas.

Em Portùgal mantiveram um encontro com a comissão parlamentar dos Negócios Estrangeiros e visitaram uma cooperativa agrícola de Alcácer do Sal. Não quiseram revelar quais os outros países por eles visitados ou a visitar. Não deixar rastos significa para ambos a possibilidade de regressarem sem problemas ao seu país.

São indígenas. Joana protege-se do frio com uma manta índia. A marca da sua diferença não se encontra, contudo, aí, mas sim nessa preocupação constante em não deixar vestígios, nos gestos que denunciam os seres escorraçados, naquilo que os leva a ver num bule de chá uma garantia de sobrevivência, porque nas montanhas e selva do seu país, o fumo é um rasto fatal.

Clara Viana

Apesar da ofensiva britânica

Europeus ignoram «conexão síria»

E la é a amiga europeia de Ronald Reagan. Ele é o amigo americano de Margaret Thatcher. Entre os dois existe uma cumplicidade que extravasa o âmbito da NATO e que se assemelha por vezes a uma relação por delegação, quando não uma «troca de favores». Duas faces de uma mesma moeda que de novo desempenharam o seu papel no recente incidente que opôs o Reino Unido à Síria.

No passado dia 24, o ministro britânico dos Negócios Estrangeiros, sir Geoffrey Howe, anunciava na Câmara dos Comuns o corte de relações diplomáticas com a Síria, na sequência de um atentado frustrado que, segundo Londres, fora preparado por serviços sírios. Na mesma altura, Howe revelava a intenção do governo britânico de pedir apoio aos seus parceiros europeus.

Com esta medida, que foi a mais dura dos últimos anos contra o regime de Hafez Assad, a Grã-Bretanha tornava público o que a administração Reagan e os serviços secretos ocidentais vinham insinuando há pelo menos três anos: a existência de uma «conexão síria» com o terrorismo árabe. Mas ao cortar relações diplomáticas com Damasco, o governo de Margaret Thatcher iniciava também um processo que os Estados Unidos dificilmente poderiam encabeçar.

Na verdade, dar o primeiro passo no sentido de impor medidas drásticas contra a Síria poderia significar para a administração Reagan o fracasso das suas tentativas de mediação no conflito do Médio Oriente e o fim das esperanças de libertação dos norte-americanos raptados por milícias árabes no Líbano.

Foram, aliás, vários os observadores que na sequência da decisão britânica salientaram o facto de os Estados Unidos estarem de certo modo com as mãos atadas, uma vez que não poderiam lidar com Assad como lidaram com Muammar Khadafi. Não só porque o poder do líder sírio no Médio Oriente é muito maior do que o de Khadafi, como também pela sua aliança, relativamente perturbada, mas efectiva com a União Soviética.

No entanto, os Estados Unidos, em conjunto com o Canadá, foram os primeiros países e os únicos, à excepção de Israel, a aplaudirem a decisão de Londres. Poucas horas depois da comunicação de sir Geoffrey Howe na Câmara dos Comuns, a Casa Branca anunciava que chamara já o embaixador norte-americano em Damasco e que iria iniciar consultas junto dos seus aliados sobre as formas de isolar a Síria nos domínos diplomático, político e económico.

Washington demonstrava também deste modo que não esquecera o apoio de Londres ao «raid» aéreo contra Tripoli, tanto no que respeita à utilização de bases em território britânico, como na defesa deste junto dos outros parceiros europeus da NATO.

O não da CEE

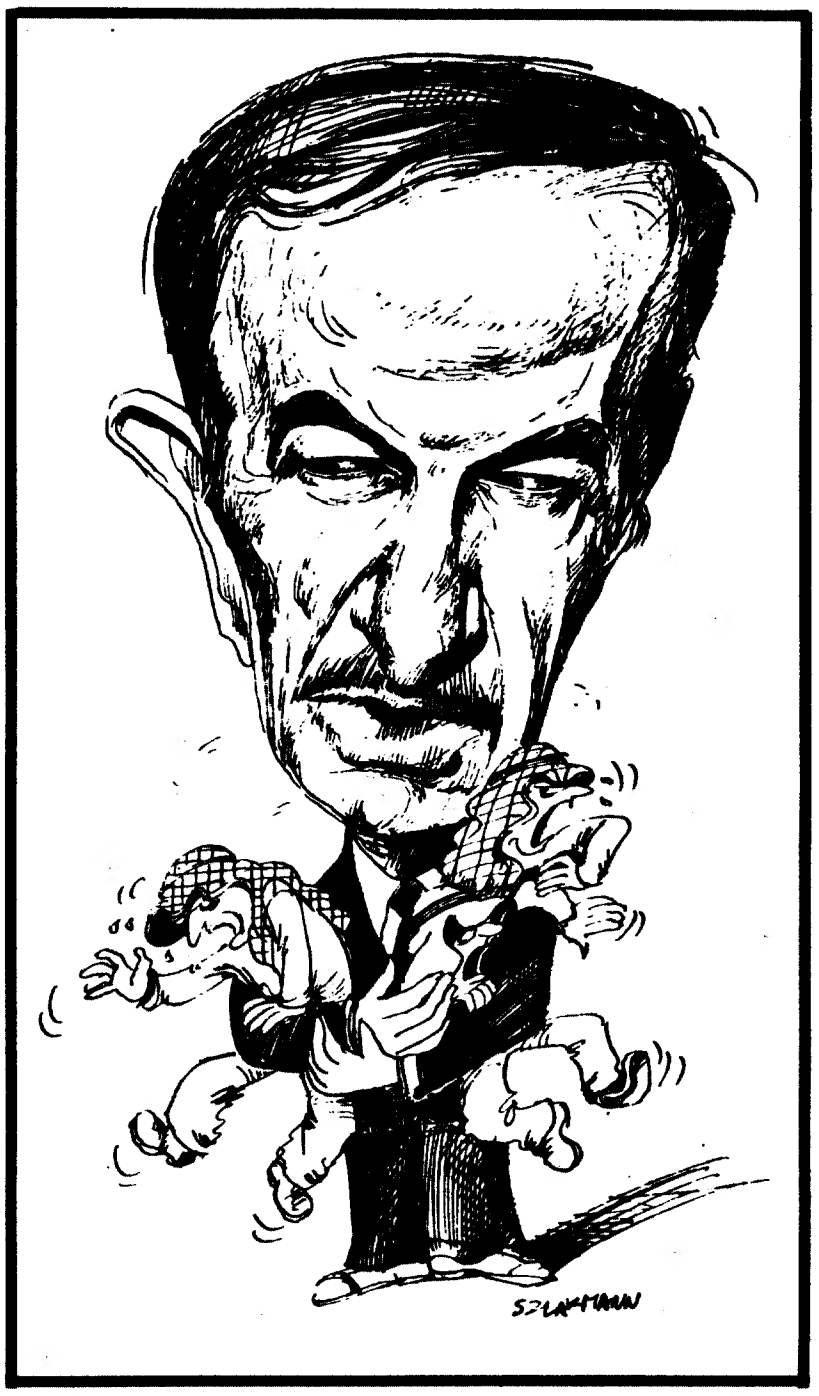
Esta «gratidão» não é, contudo, partilhada pela Europa Ocidental. O pilar europeu da NATO e a CEE não esquece que a Grã-Bretanha tem sido o travão a uma relativa independência da Europa face ao gigante de além-Atlântico, desde a defesa da «guerra das estrelas»contra o projecto Eureka até à oposição de sanções contra Pretória. Por outoro lado, a experiência do terrorismo nos seus países leva vários governos europeus a serem mais cautelosos do que os EUA, face ao que se supõe ser os pontos de apoio e refúgio dos comandos que o praticam.

Tendo isto em conta, não é de estranhar que a resposta da CEE ao pedido de apoio britânico tivesse sido um não. Com efeito, na reunião dos ministros dos Negócios Estrangeiros dos Doze, realizada a semana passada, sir Geoffrey Howe não só não conseguiu que fossem estudadas medidas conjuntas de retaliação contra a Síria, como nem sequer logrou que dela saísse um documento sobre o assunto.

Os ministros da CEE optaram por expressar a sua indignação «por agentes de um Estado (não especificarem qual) estarem envolvidos num incidente tão pavoroso». E mesmo esta nota não obteve a unanimidade, uma vez que a Grécia se recusou a subscrevê-la por considerar que «a Síria não pode ser considerada uma outra Líbia».

Curiosamente, alguns dos obstáculos levantados à pretensão britânica partiram da França. Recorde-se que na altura dos atentados bombistas em Paris, o primeiro-ministro francês Jacques Chirac ameaçou os seus autores e os países que os protegiam com medidas classificadas de drásticas. No entanto, dias depois um jornal francês revelava que o governo de Chirac tinha, logo após a sua posse, encetado negociações por intermédio da Síria e da Argélia. O mesmo jornal adiantava que elementos dos serviços secretos franceses tinham recebido autorização para prometerem a libertação de George Abdallah, exigida pelos autores dos atentados de Paris. Estas negociações teriam fracassado devido a uma intervenção dos Estados Unidos.

Mas a semana passada um outro jornal francês revelava que as autoridades de Paris, de novo



por intermédio da Síria e da Argélia, tinham estabelecido uma trégua com os irmãos Abdallah. Facto a que não parece ser estranho a declaração do ministro francês do Interior, durante uma entrevista concedida a semana passada a um jornal saudita, de que fora «estabelecida uma colaboração real entre os serviços de segurança francês e sírio».

O «envolvimento» de Damasco

Sejam quais forem as razões oficiais do malogro britânico, a verdade é que a CEE achou por bem ignorar o que Londres classificou de evidência, ou seja, a alegada ligação da Síria a actos terroristas. A convicção britânica foi apresentada com base no julgamento, em Londres, de Nezar Hindawi, um jordano de 32 anos de idade, condenado a 45 anos de prisão por tentar colocar uma bomba num avião da companhia aérea israelita, EL AL, em Abril passado.

O tribunal deu como provado que Hindawi possuía um passaporte sírio, que ficara alojado num quarto de hotel reservado pela companhia aérea da Síria, que se refugiara na embaixada daquele país em Londres, após a bomba ter sido descoberta e que fora o embaixador sírio na capital britânica, Leutof Allah Haydar, que garantira a Hindawi o apoio dos serviços secretos do seu país.

Segundo a acusação, em Abril passado, Hindawi acompanhou a sua noiva — uma irlandesa de 32 anos — ao aeroporto de Heathorw onde deveria embarcar num avião da EL AL com destino a Tripoli. Murphy estava grávida de seis meses, mas a sua mala despertou as suspeitas de um agente da EL AL. Uma vez aberta, verificou-se que tinha um fundo falso sob o qual se encontrava um explosivo plástico e um detonador, marcado para as 13.04, altura em que o avião deveria sobrevoar a Áustria. A bordo seguiam 375 passageiros, 220 dos quais eram norte-americanos.

Ann-Marie Murphy, que desconhecia o tipo de bagagem que transportava, diria a Hindawi, durante o julgamento: «Como é que pudeste fazer-me isto? Odeio-te!».

Hindawi respondeu-lhe com uma jura de amor eterno e susteve em Tribunal que a mala fora trocado pelos serviços secretos israelitas.

As «costas largas» de Assad

O «envolvimento oficial sírio» neste atentado frustrado foi, como já referimos, anunciado por sir Geoffrey Howe pouco depois da conclusão do julgamento de Hindawi. Na sua intervenção, Howe anunciou que o embaixador sírio e os 21 membros da sua representação diplomática tinham duas semanas para abandonarem Londres. Este prazo seria depois encurtado para uma semana, uma vez que foi esse o tempo dado por Damasco aos diplomatas britânicos aí acreditados.

Como era previsível, as autoridades sírias negaram qualquer envolvimento no atentado e responderam à decisão britânica com um outro anúncio de corte de relações e de encerramento do espaço aéreo e marítimo nacionais a aviões e barcos britânicos.

Entretanto, os serviços secretos ocidentais parecem não querer perder a oportunidade criada por Londres de substituir, na opinião pública internacional, a figura de Khadafi, enquanto «mentor do terrorismo internacional» por outra bem mais poderosa: a de Hafez Assad. Com efeito, a Síria tem sido acusada implicitamente de cumplicidade em atentados como os registados nos aeroportos de Roma e Viena, da responsabilidade de membros do grupo Abu Nidal, cuja sede se situa em Damasco. Por outro lado, os Estados Unidos acreditam numa ligação da Síria ao ataque suicida, em 1983, contra o quartel-general dos «marines» no Líbano, no qual morreram 241 pessoas. Também elementos da OLP próximos de Yasser Arafat acusaram Damasco de instigar os dissidentes da organização e de apoiar atentados contra colaboradores do líder palestiniano...

Não se esgotam aqui as acções imputadas, directa ou indirectamente, à Síria. Mas as declarações oficiais parecem sempre poupar o nome de Hafez Assad. Como dizia recentemente uma revista norte-americana, ele e os seus conterrâneos vivem num «mundo sem amigos», mas o poder que construiu tem-lhe até hoje servido de escudo, mesmo para aqueles que funcionam como seus aliados.

Noémia Ribeiro

Festival em Tróia abre com Polanski

VOU contar-vos a história de um fim-de-semana diferente, passado em Tróia, vestido de cinema, desde que um mortal se levanta até que se deita, tarde, na madrugada.

Claro: falo-vos do II Festróia, que começou no sábado, envolto em sol e mar, e continua, em ritmo alucinante, até outro sábado, o próximo. São oitenta películas de 22 países, repartidas pelo Estúdio 13, em Tróia, e pelo Charlot, em Setúbal.

Para abrir, oficialmente, o certame, foi escolhida a última obra de Polanski, «Os Piratas», produzida pelo tunisino Tarak Ben Ammar, um novo príncipe do cinema internacional, como relatamos, nesta página, noutro local.

Ora bem: nada melhor que este filme para abrir o Festival de Tróia. Porquê? Porque houve gente que passou a tarde de sábado a olhar para o mar na esperança de ver aparecer o galeão, construído propositadamente para o filme (pela módica quantia de oito milhões de dólares), onde o capitão Red, de perna de pau, evidentemente, fez das suas para gaúdio das multidões que em todo o mundo têm visto esta história digna do século XVII.

É certo que o galeão, certamente devido a imponderáveis do destino, apostado em desmentir os jornais que deram tal notícia, não apareceu. Nas ondas do mar, registe-se, porque no Estúdio 13, à noite, ele lá esteve, esplendoroso, prendendo a atenção de um público que não cabia nas cadeiras e se espalhava pelas coxias, vibrando com as rebeliões de marinheiros, com o ridículo dos senhores que se sentam à mesa do poder cheios de rendas e trejeitos amaneirados, com os golpes certeiros na hipocrisia da santa madre igreja, com a ironia e sarcasmo do velho pirata (espectacular Walter Matthau!) ou com as cenas de amor, inevitáveis, entre o ajudante do perna de pau e uma jovem aristocrata que, romântica, viajava no galeão...

Foi, portanto, do ponto de vista do espectador — o único em que me posso colocar, pois não sou crítico de cinema, convém dizer — uma abertura em cheio. E tão em cheio que, imediatamente após as palavras pronunciadas desajeitadamente, mas com simpatia, por Manuel Costa e Silva, um dos directores do Festival (e imediatamente antes de «Os Piratas»), quem teve a sorte de estar no Estúdio 13 pôde assistir a um curto mas divertidíssimo e inteligente filme de animação intitulado «Festival» (que gozado...) e, ainda, ao documentário de seis minutos «Les Petits Coins» (vai chamar-se em português «Vou ali e já volto»), do francês Pascal Aubier. Dois autênticos achados, que fazem gostar de cinema.

Filmes em catadupa

Mas se a Festróia começou, oficialmente, como acabo de relatar, a verdade é que no sábado pelas 16 horas, a coisa abriu de outra maneira e com uma grata surpresa: «Resposta a Matilde», de Artur Ramos, baseado numa novela de Fernando Namora. Trata-se de uma obra para a televisão, que a RTP vai estrear, na próxima segunda-feira. Pelo que foi dado ver em Tróia, atenção a este telefilme de Artur Ramos, porque vale mesmo a pena. É uma bela resposta, não apenas a Matilde, mas à aposta na qualidade de produção nacional.

Mas deixemos sábado — dia em que passaram ainda outras películas, com relevo para «Inghuit — um povo no topo da terra», do sueco Stefan Julen — e falemos de domingo.

Do que se passou pela manhã, nada direi. Dormir também é preciso. À tarde, porém, Deus meu, tudo ficou por conta da emoção, com muita «vendetta» pelo meio.

Três filmes, das duas às oito da noite, preencheram a «matinée» louca que só visto. Primeiro, a produção colombiana-cubana «Tiempo de Morir», realizada por Jorge Ali Triana com argumento de Gabriel Garcia Marquez. Logo depois, «Kan», do turco Serif Goren. Duas histórias sobre a honra, o machismo, as tradições que, apesar de bem diferenciadas pelo lugar e pelo tempo, têm assustadores elos de ligação. Duas histórias para ver e meditar — seguidas de uma terceira, que dura 111 minutos a contar e ao longo dos quais quase não se tem tempo para respirar. Exacto: falo de «Runaway Train» (talvez se possa traduzir por «Combóio desgovernado»), realizada nos EUA pelo soviético Mikhalkov Kontchalovski. Sem dúvida, um dos grandes favoritos para o Grande Prémio deste Festróia 86. Mesmo sem querer, o espectador embarca no combóio louco e desgovernado, onde viajam apenas três personagens, dois dos quais acabados de fugir de uma prisão da mais alta segurança. Uf!, quando a viagem chega ao fim só com dificuldade uma pessoa se pode levantar da cadeira onde se havia enterrado para melhor seguir a alucinante história, contada magistralmente pelo grande realizador soviético. É verdade: o guião inicial é, nem mais, de Akira Kurosawa.

Adivinhas

Como convinha, e vinha mesmo a propósito, terminado o «Runway Train» foi a corrida até ao restaurante Rosmaninho, para jantar à pressa e correr outra vez até ao Estúdio 13, onde pouco depois começaria o filme do francês Paul Vecchiali «Rosa la Rose, rapariga da vida», uma história que se está mesmo a ver...

Claro: como acontece sempre nestas coisas de festivais, as refeições — e não só, e não só — servem também para as pessoas se verem. E quando se diz pessoas, diz-se também gente conhecida, pois em Tróia há de tudo um pouco: artistas, realizadores, críticos, escritores, políticos, jornalistas, publicitários. Nomes? Sei lá, são tantos... Eunice Muñoz, Mário Jacques, Fernando Assis Pacheco, Dinis Machado, Mário Zambujal, Artur Ramos, Lauro António, António Reis, Io Apoloni, Maria Teresa Horta, Fernanda Lapa (membro do júri), Alfredo Tropa, Heldér Madeira, Maria Santos, Mário Carvalho. Para falar só dos nacionais e mesmo assim esquecendo muitos.

Por entre uma batata frita, um pedaço de bife, um copo de vinho e uma colher de pudim falava-se, sobretudo, do filme de Kontchalovski. E faziam-se prognósticos. Óbvio: todo o mundo gosta de adivinhas e ninguém se espantará se se disser que se fala muito de «Fool for Love», de Robert Altman (passa esta tarde) e de «Cartas de um homem morto», dos soviéticos Serguei Paradjanov e David Abachidze (será exibido amanhã à noite) como os favoritos, juntamente com «Runaway Train».

Mas isso não é o importante — o que interessa é saber que este Festróia é já um êxito, como se podia ver nos sorrisos dos responsáveis por esta iniciativa que, com dois anos apenas, já se impôs.

R.C.

«L'Amant Magnifique» de Aline Issermenn (em exibição amanhã)

«Precis» de Veronique Goel (em exibição quinta-feira)

«Secoal», da Amber Films (exibido ontem)

Tarak Bennamar em Tróia

Tarak defende Terceiro Mundo

TRINTA milhões de dólares foi quanto custou a produção do filme «Os Piratas», de Roman Polanski, que abriu o Festróia 86 — revelou, em conferência de Imprensa efectuada no domingo em Tróia, o realizador tunisino Tarak Ben Ammar, que se deslocou ao nosso país para apresentar a película.

Esses trinta milhões — afirmou ainda Ben Ammar — revelaram-se um belo investimento, pois «Os Piratas» têm sido um sucesso de bilheteira em todo o mundo.

Há, contudo, uma excepção: nos EUA, «onde os órgãos de informação julgam Polanski e não o filme», tal sucesso não se verificou. «Eles desencadearam uma grande campanha contra Polanski, misturando a sua vida pessoal com a sua vida profissional» — comentou.

Desses trinta milhões, oito foram inteirinhos para a construção do galeão onde se passa grande parte da acção de «Os Piratas» e outros três milhões destinaram-se a alargar os estúdios que este homem do cinema possui na Tunísia.

Ora, explicou Tarak Ben Ammar, quer o galeão, quer os estúdios, têm sido alugados para outros filmes, pelo que os investimentos feitos são duplamente rendíveis.

No seu contacto com os jornalistas o realizador tunisino quis passar uma mensagem: «O meu principal objectivo foi demonstrar que é possível fazer um filme de grande qualidade, totalmente, no Terceiro Mundo.» Defendeu que o cinema não tem fronteiras, que o caminho a seguir é a co-produção e o que é necessário é dotar um país com as estruturas indispensáveis para a indústria cinematográfica.

Nascido em Tunis a 12 de Junho de 1949, Tarak Ben Ammar é um dos produtores mais dinâmicos do cinema mundial. Colaborou numa trintena de filmes, entre os quais «A Guerra das Estrelas», «Os Salteadores da Arca Perdida», «Jesus da Nazaré», «Forte Saggane» e «A Vida de Brian». Produziu, a título pessoal, uma quinzena de filmes de sucesso, entre os quais «A Traviata», de Franco Zefirelli, que representou para a Tunísia uma receita financeira da ordem dos cem milhões de dólares. Edificou, em Monastir e Port-el-Kantacui os seus próprios estúdios, caracterizados por uma variedade de sectores que permitiram a produção de «Os Piratas». Ele forneceu a Polanski uma equipa de várias centenas de técnicos, artistas e figurantes tunisinos.

«Durante dois anos empreguei dois mil compatriotas meus» — sublinhou.

Tarak Ben Ammar pertence a uma das grandes famílias do seu país: seu pai serviu como embaixador e depois como ministro; sua tia é esposa do presidente Burguiba. Depois de ter feito cursos de gestão e economia na Universidade Georgetown, de Washington, voltou à Tunísia em 1970. Começou a sua carreira cinematográfica com modéstia, aos 21 anos, servindo de guia a um produtor italiano. Depois foi subindo todos os escalões do cinema. Em troca dos serviços e vantagens que oferece a realizadores estrangeiros impõe os seus estagiários, melhorando assim, de filme para filme, a competência dos técnicos locais.

Em Março/Abril do próximo ano Tarak virá a Lisboa, onde, durante nove semanas rodará um filme sobre a vida de Toscanini, realizado por Zefirelli. A película baseia-se num episódio real da vida do compositor, passado no Brasil. Como aí já não é possível reconstituir o ambiente em que tudo se passou, Lisboa, com o S. Carlos, os seus bairros e os seus arredores foi o local escolhido para cenário natural do filme.

O relatório anual da Amnistia Internacional

Abismo entre promessas e realidades

A Amnistia Internacional publicou, em 15 de Outubro, o seu relatório anual sobre as violações dos direitos do homem em todo o mundo. Como é hábito, o relatório que esta organização humanitária elabora do estado das liberdades um pouco por todo este planeta, é angustiante, mesmo que — observam os redactores do relatório—, «a pressão exercida sobre os governos para incitá-los ao respeito pelos direitos do homem se intensifiquem» e «no mundo inteiro, a força e influência das organizações de defesa desses direitos, não cessem de crescer», e que «a legislação internacional sobre esses mesmos direitos se fortifique».

Esta nota 'optimista' sobre a qual se abre esse grande volume de 432 páginas, que cobre o período que vai de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1985, é enegrecida pelas cruéis constatações do que se passa, o que faz dizer à Amnistia Internacional, que existe «um abismo entre as promessas dos governos e a realidade», em matéria de liberdades.

A introdução do relatório de 1986 tem o cuidado, igualmente, de relembrar que o papel desta organização «é o de um sinal de alarme» e que ela não pretende estabelecer uma espécie de concurso às avessas entre os regimes que praticam a tortura, as prisões arbitrárias, as execuções sumárias ou as «desaparições» de opositores — técnica que conhece um momento favorável nos ditadores contemporâneos. Nem regulamenta, de por si, pelo único motivo da denúncia de tais práticas, todos os problemas para os quais se debatem as vítimas de maus tratos.

Esta tomada de posição, mais desenvolvida que em anteriores ocasiões, visa, sem dúvida, pelo menos parcialmente, responder às objecções e às censuras que um certo número de «dissidentes» da Amnistia Internacional formularam contra esta, em particular da redacção do tradicional relatório anual, antes de abandonarem a organização pouco depois da celebração do seu 25.º aniversário.

Continente por continente, a organização passa em revista as violações dos direitos. Ela anota assim que milhares de pessoas foram detidas sem julgamento prévio no Médio Oriente e em África, por vezes unicamente por terem denunciado e criticado sem violência, o poder local. Observação que se aplica não só à África do Sul, mas também a um grande número de regimes «negros», nomeadamente, Togo, e Zimbabwe.

Na América latina, alguns progressos foram registados, graças ao regresso ao poder dos civis no Uruguai e no Brasil, mesmo que ainda haja muito a fazer no domínio das liberdades. Em muitos outros países do continente, nota a organização, «a prisão política, a tortura, e as execuções continuam a estar no centro das preocupações da defesa dos direitos do homem», e os militantes empenhados no combate pelas liberdades públicas «foram frequentemente vítimas disso».

Esta violência política não poupa países que não são ditaduras, como o México, onde os membros de organizações civis foram assassinados.

Quanto à Ásia, «a detenção sem julgamento, a tortura e os assassínios políticos cometidos pelos governos, foram bastante frequentes», entre outros, no Sri-Lanka contra os Tamoules, nas Filipinas — ainda sob a autoridade do presidente Marcos —, no Camboja, e, bem entendido, no Afeganistão, onde o ocupante soviético» terá morto deliberadamente civis não combatentes.

No que concerne à Europa, a Amnistia Internacional aponta o caso de alguns opositores presos por delito de opinião no Leste, mas também na Turquia, e, dum lado e do outro da «cortina de ferro» dos objectores de consciência, que a organização se esforçou por obter a libertação. Ela felicita-se no entanto, pelos recentes recuos face à pena de morte, nomeadamente graças ao facto de que na Turquia não houve nenhuma execução no ano passado, pela primeira vez depois do começo da década de 80. Tratando-se de França, a organização «inquietou-se pelas informações segundo as quais dois membros do FLNKS foram vítimas de uma execução extrajudiciária», referência a Elói Machoro e Marcel Nounaro, abatidos por elementos do Grupo de Intervenção da Guarda Nacional (GIGN) em 12 de Janeiro de 1985.

Esta organização pediu explicações ao então ministro da Justiça Robert Badinter; na data da redacção do relatório de 1986 ela não tinha todavia «conhecimento das conclusões de algum inquérito oficial...»

R.B.

Residência fixa, exílio fiscal, expropriação do holding? O que lá vai lá vai, e «o empreiteiro mais dinâmico de Espanha» prepara o regresso, ele que «preferia tornar-se um novo mártir da Igreja do que causar prejuízo à Opus Dei»

Ruiz Mateos reinjecta-se no circuito

JOSÉ Maria Ruiz Mateos volta à acção. Aquele que foi o presidente do maior «holding» privado de Espanha, a Rumasa, antes de se tornar o fugitivo e mais tarde o prisioneiro mais célebre do país, após a expropriação dos seus bens, decidiu lançar-se novamente no mundo dos negócios. Anunciou a constituição de uma nova sociedade, chamada pura e simplesmente a Nova Rumasa, a qual acabou de inscrever no registo comercial em nome do mais velho dos seus treze filhos, Zoila Ruiz Mateos.

A Nova Rumasa dispõe de um capital bastante modesto em relação ao do último «hoding»: um milhão de pesetas. Uma soma que poderia no entanto multiplicar-se rapidamente, graças à grande subscrição nacional que será lançada neste Otono!

Entretanto, Ruiz Mateos pai já contactou os representantes do pessoal de uma das suas antigas caves, William e Herbert, que produz o famoso xerez «Dry Sack», prometendo-lhes mundos e fundos se eles acedessem a entrar para o seio de Rumasa.

Embora tenha ainda de responder perante a justiça pelas suas actividades antigas, José Maria Ruiz Mateos nunca deixará de surpreender o seu mundo! A expropriação do seu «holding», feita pelos socialistas a 23 de Fevereiro de 1983, teve o impacte de uma bomba: a Rumasa era um gigante de 775 sociedades, abrangendo os diversos sectores económicos, do xerez ao vinho tinto e da imobiliária aos hotéis, passando pelos grandes armazéns e pelos bancos, que não cessava de se desenvolver comprando sem interrupção as empresas em dificuldades.

A Espanha, estupefacta, descobriu então que os processos através dos quais o polvo estendia os seus tentáculos não eram nada legais: falsificações na contabilidade, burlas na segurança social e no fisco, fuga de divisas; delitos pelos quais Ruiz Mateos iria ser culpado pela justiça espanhola. Informações posteriores revelavam que o défice do «holding» atingia, no momento da expropriação, 350 biliões de pesetas. Refugiado em Londres, Ruiz Mateos quase não fazia declarações de fracasso à Imprensa; dizia-se vítima de um «complot» no qual estavam implicados conjuntamente os socialistas, os bancos privados espanhóis, a Opus Dei (da qual é membro) e talvez mesmo o envolvimento do rei Juan Carlos.

Depois desapareceu durante algum tempo antes de ser preso no aeroporto de Francoforte, por ordem da Interpol em Abril de 1984.

A Espanha pede imediatamente a sua extradição. Em Novembro de 1985, após 19 meses de guerrilha jurídica, é novamente entregue à justiça do seu país. É preso, depois é-lhe consignada residência em Madrid. O que não o impediu de realizar em Janeiro de 1986 uma visita à sua cidade natal, Jerez, onde é acolhido como um herói por uma multidão de 25 mil pessoas.

Em Maio é-lhe imposta uma caução de 300 milhões de pesetas, sob pena de tornar a ser preso durante o decorrer do seu processo.

De início recusa-se a pagar, mas após dez dias de prisão, cede. O facto é que o brio de Ruiz Mateos em nada foi afectado e considera-se mais do que nunca como a vítima de um gigantesco «complot». Ele, que afirmava não há muito tempo: «Prefiro converter-me num novo mártir da Igreja do que causar prejuízo à Opus Dei». Reserva desde então as suas salvas oratórias àqueles que ainda há pouco chamava «seus irmãos na fé»: o juiz encarregado do seu caso, o sr. Barcala — aquele «cretino» como lhe chama —, o procurador, sr. Lablanca; o chefe da Polícia espanhola que tinha levado a cabo a expropriação da Rumasa, o sr. del Rio, todos membros da Opus Dei, garante ele, tendo por isso jurado a sua condenação.

Um objectivo que é também, dadas as circunstâncias, o do presidente do Banco Popular (um dos principais do país), o sr. Valls, presidente da associação espanhola de bancos, do sr. Termes (ambos membros da Opus Dei)) e do presidente do Banco de Espanha, o sr. Rubio. Bem como do chefe do governo, sr. Gonzalez. Decididamente, os inimigos que surgem pelo caminho da Nova Rumasa mostram-se bastante temíveis. Mesmo para o «empreiteiro mais dinâmico de Espanha», título que Mateos gostava de se conceder.

Mensagens Pessoais

Afinidades

Tenho 24 anos. Sou anarquista individualista linha Max Stirner e procuro contactar com leitores/as para fins de amizade/troca de ideias. Escrevam para: Carlos F.P. Calvão — Rua Washington n.º 68-3.º Dt.º — 1100 Lisboa

Inglês/alemão

Universitário. Inglês fluente falado/escrito assim como bons conhecimentos de alemão procura part-time ou full-time como professor, tradutor, expediente escritório, recepcionista ou outras tarefas. Respostas ao tel. 239 25 66

Casaco de lontra

Casaco de lontra com gola de raposa. Casaco de cabedal, verde seco, estado novo. Ambos são compridos. Agradece. Tel. 847622 das 10 às 22 horas.

Ex-soldado procura

Ex-soldado clarim da CART 2516, que esteve em Cabinda, Maiombe, Angola, de 1969 a 1971, deseja contactar ex-companheiros. Sou Osvaldo da Silva Cruz. R. da Benta 36-A, 2430 Marinha Grande.

Grândola

Vende-se prédio, situado na Rua Jacinto Nunes, 19-21 (Rua Comercial). Contactar José Godinho Pinto — Rua Martim Afonso de Sousa, 56 — 7160 Vila Viçosa. Tel. 98319.

Vocalista

Fernando José Ribeiro dos Santos, morador na Rua Laureano de Oliveira, 8-1.º — Moscavide 1885 Lisboa — vocalista com bastante prática oferece-se para conjunto de baile. Resposta para a morada acima indicada ou para o telefone 251 94 54.

Móveis

Vendo grande maple de veludo amarelo-torrado. Motivo falta de espaço. Tel. 772621 depois das 20 horas.

Desenhador

Sou um jovem de 21 anos com o curso de Desenhador Projectista de Construção Civil, oferece-se para empresa de construção civil ou particulares. Contactar: Nuno Manuel Leitão Biscaia — Rua Freitas Gazul 17-3º Frente 1300 Lisboa.

Vivenda Mem-Martins

Mem-Martins c/ 7 assoalhadas, 3 wc, lareira, garagem, água própria furo 65 metros, terreno 1000 m2 c/ jardim e árvores frutos. Telef. 921 26 52 depois 19 horas.

Regulamento

Cada leitor poderá enviar-nos, até à quarta-feira de cada semana, as suas «mensagens pessoais», que o «Sete Ponto Sete» publicará gratuitamente na edição seguinte. Cada mensagem não deve ter mais de 60 palavras (incluindo a identificação), e nem o «Sete Ponto Sete» nem o «Diário de Lisboa» podem ser os destinatários das respostas, quer dizer: cada mensagem deve mencionar a morada ou telefone do seu autor. Dactilografe ou redija muito legivelmente o seu texto, e envie-o para «Mensagens Pessoais», «Sete Ponto Sete», «DL», Rua Luz Soriano, 44, 1200 LISBOA.